

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
Escola Superior de Comunicação Social

Narrativas da Transição – Um olhar sobre a transferência de poderes de Macau vista
pelo jornal *Ponto Final*: 1996-2001

Maria Leonor de Seabra e Sá Machado
Orientador: Professor Rui Fernando Almeida Simões
15 de Novembro de 2013

Declaração de compromisso anti-plágio

Declaro ser a autora deste trabalho, parte integrante das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, que constitui um trabalho original e inédito que nunca foi submetido (no seu todo ou em qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Lisboa, 15 de Novembro de 2013

Macau. Essa cidade metida ali entre os gigantes. Estás presa num tempo que não se conta. Tens a vida boémia e tresloucada dos casinos, a calma do Rio das Pérolas e a serenidade do teu pulmão verde, Coloane. Tens as vendedoras de frutas e legumes à beira rio, mesmo a um passinho do continente. Tens os montes verdejantes das ilhotas, que respiram o único ar puro que existe em ti. És tão bonita que não consigo descrever-te. Tens tanto em ti que não consigo expressar-me. Assolas-me e deixas-me muda. Deixa-me falar por favor. Deixa-me mostrar-lhes o quão perfeita tu és, quanta história tens encarcerada.

Que se danem os casinos! Quero a tua histeria discreta, a tua felicidade serena, a tua busca incessante por tudo aquilo que ainda vais ser. Não deixes de ser porque eu não te quero deixar. Não te deixes abandonar e mantém a tua alma. Constrói o teu futuro em volta do teu passado. Preserva o Leal Senado e as ruas que dão para as Ruínas de São Paulo. Preserva as lojinhas que vendem carnes com um cheiro nauseabundo. Os mendigos que passeiam de carrinho de compras em riste. Preserva tudo aquilo que me obriga a ser tua. As paisagens e os prédios a perder de vista, as casas que parecem barracas e as lojas de antiguidades mais antigas do que as próprias velharias. Preserva os pátios abandonados e sujos, as piscinas públicas abarrotando de pequenos chineses que gritam a plenos pulmões. Preserva os carrinhos de comida que ganham vida de madrugada. Preserva a humidade fétida a cada abrir de janela, a cada sair porta fora, a cada passeata pela baixa.

Leonor Sá Machado (2012)

Agradecimentos

O primeiro grande agradecimento é dirigido ao meu orientador, o Professor Rui Simões, pelo acompanhamento, ajuda e motivação imprescindíveis durante todo este processo, bem como pela paciência e persistência, face à minha teimosia. Agradeço também à Professora Isabel Simões-Ferreira, pelo aconselhamento nas fases mais complicadas desta investigação e à Professora Margarida Cardoso, pelo conjunto de sugestões e observações produzidas.

Agradeço ainda aos meus pais que, para além de nunca terem deixado de me apoiar incondicionalmente, me permitiram conhecer a realidade singular de Macau, possibilitando-me uma infância cheia de experiências diferentes que, de outra forma, não teriam acontecido. Um agradecimento especial à Sofia e ao Alexandre, por estarem constantemente presentes nesta fase da minha vida, motivando-me e apoiando-me moralmente. Agradeço ainda à Sónia, pela ajuda nos “pequenos grandes” reparos e, finalmente, à Isabel, pela ajuda essencial na fase inicial de selecção do material.

RESUMO: A presente dissertação incide sobre o período da transição política de Macau, oficializada a 20 de Dezembro de 1999, entre os dirigentes políticos de Portugal e da República Popular da China. A análise do periódico de língua portuguesa de Macau, *Ponto Final*, permitiu reflectir acerca dos principais temas e problemáticas adjacentes à transferência de soberania. Assim, pretende-se apurar qual a tematização e o tratamento retórico centrados no processo de transição de soberania e circunscrito ao intervalo entre os anos 1996-2001. Após a leitura desta investigação, deverá ser possível traçar uma linha de acontecimentos em dois momentos distintos e separados pela transição de Macau.

Abstract: this dissertation focuses on Macau's political transition period, made official on the 20th December 1999, between China and Portugal. The analysis of Macau's Portuguese newspaper, *Ponto Final*, allowed me to reflected about the main themes and questions concerning the sovereignty transition. Having said that, it interests me to draw upon the main themes and the rhetoric treatment, centered on the following handover years: 1996-2001.

After reading this dissertation, one must be able to attain a distinctive and clear perspective of the Macau handover in *Ponto Final*.

Índice

1. Introdução	1
2. Problemática	2
2.1. Os portugueses em Macau	7
2.2. A imprensa portuguesa de Macau	10
2.3. Transição	13
3. Abordagem	
3.1. Corpo conceptual	16
3.2. Metodologia	23
4. Análise	
4.1. Intervalo em estudo e constituição do <i>corpus</i>	30
4.2. Análise: As teias da transição	32
4.2.1. Temáticas	33
4.2.2. Protagonistas	68
4.2.3. Retórica	79
5. Conclusões	87
6. Bibliografia	89

Anexo I. Declaração Conjunta Sino-Portuguesa

Anexo II. *Corpus* por unidades discursivas

1. Introdução

A dissertação propõe uma leitura sobre a transferência de poderes de Macau vista pelo jornal *Ponto Final* entre os anos 1996-2001, procurando determinar as principais motivações, sentimentos e questões sociais enunciados pela imprensa periódica em língua portuguesa, dirigida para a comunidade local. Esta análise procura inventariar e sistematizar os temas objecto de tratamento jornalístico e o seu tratamento retórico. O apuramento dos factores e características sociais acima descritos será realizado através da análise de notícias do jornal diário de língua portuguesa, *Ponto Final*.

O trabalho consiste em analisar as narrativas do processo de transição de Macau, situando-as a um tempo nas relações sino-portuguesas e nas dinâmicas comunitárias locais. A abordagem circunscreve-se ao período próximo ao processo de transição e o intervalo em estudo toma-o como epicentro, suscitando antecipações, cenários e justificações. A abordagem poderá permitir, por extrapolação, ver reflectida na análise do discurso noticioso – em função do seu enquadramento contextual – alguns aspectos do posicionamento da comunidade portuguesa face à transição de soberania. Centrado num *corpus* relativamente restrito e orientado para a produção discursiva sobre a Transição, procura situar-se nas contribuições para o estudo da Imprensa portuguesa no território.

2. Problemática

A presença política dos portugueses em Macau acabou, oficialmente, em 1999, embora ainda grande parte da população resida no território. Para compreender o contexto sob o qual esta investigação incide, é necessário esclarecer alguns pontos acerca da história da actual RAEM.

O último Governador de Macau foi o General Vasco Rocha Vieira, que regia o território, juntamente com um conjunto de Secretários nomeados. Existia, igualmente, uma Assembleia Legislativa, constituída por cidadãos portugueses e macaenses. Estes dois organismos do Estado regiam-se pela Lei Básica¹.

O panorama político sofreu depois de 1999: a nomenclatura de Governador deixou de existir, para dar lugar a Chefe do Executivo, ocupado por um cidadão chinês nomeado pelo Governo Central da China; A Assembleia Legislativa continua a reger todos os outros órgãos, mas a participação neste órgão não inclui cidadãos portugueses; os comunicados do governo são efectuados em cantonês, com o auxílio de intérpretes que fazem a tradução para português; A Lei Básica é oficializada enquanto documento regulamentador de Macau; É instaurada a política de *Um país, dois sistemas*: “Na Região Administrativa Especial de Macau não se aplicam o sistema e as políticas socialistas, mantendo-se inalterados durante cinquenta anos o sistema capitalista e a maneira de viver anteriormente existentes”². A 20 de Dezembro de 1999, Edmund Ho Hau-wah torna-se no primeiro Chefe do Executivo da RAEM, nomeado pela população de Macau, em conjunto com o PCC, presidido na altura por Jiang Zemin.

A relação entre a China e Portugal durante os anos da transição foi, como descrita por Yee³, relativamente harmoniosa, mas desequilibrada, onde o poder chinês se sobrepunha, de certa forma, ao português. Macau detinha um sistema semelhante àquele preconizado para Portugal, tanto a nível governamental, como legislativo, sendo que o Direito aí praticado era o português.

¹ Documento oficial, semelhante à Constituição portuguesa que compreende um conjunto de leis fundamentais para o funcionamento de Macau e ilhas adjacentes (Taipa e Coloane).

² DECRETO-LEI n.º 5 “Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China” (31/03/1993). Macau.

³ YEE, Herbert S. (2001) *Macau in Transition: From colony to autonomous region*. Londres: Palgrave Macmillan, p. 77

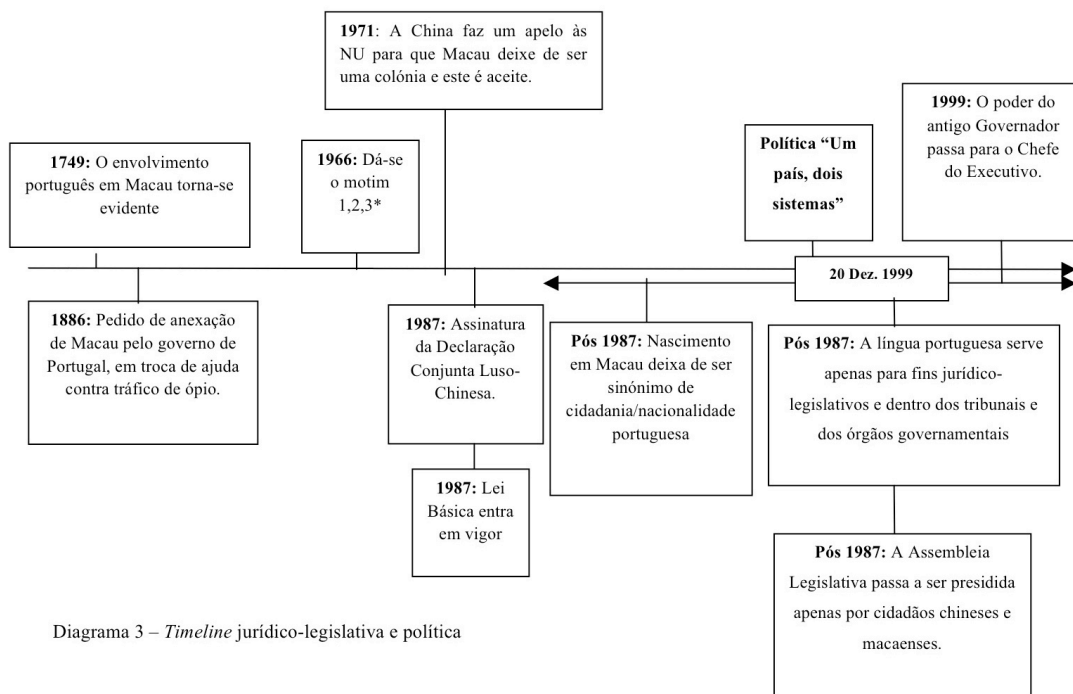


Diagrama 3 – *Timeline* jurídico-legislativa e política

Os grupos de *lobby* – ou de interesse – foram uma constante na história de Macau, tal como as associações⁴ e a sua influência e poder políticos são um factor inquestionável, tal como a sua presença activa durante toda a transição. Essencialmente, eram particulares e governamentais, materializando-se sob a forma de fundações ou empresas, subsidiadas por fundos monetários estatais e criadas por personagens da elite portuguesa e macaense. Por norma, os dirigentes destes grupos detinham um lugar na Assembleia Legislativa. De acordo com Chou, o poder destes grupos de *lobby* acabava por servir mais interesses privados (empresariais) do que públicos (sociais). De acordo com o mesmo autor, o Chefe do Executivo (e os seus Secretários) são eleitos por uma comissão composta por directores de grandes indústrias, impossibilitando a entrada de novos dirigentes, eleitos pela população:

“(…) patron-client networks can be dated back to the colonial era. The governor often appointed his friends to be his under-secretaries, the most senior officials below the governor. The

⁴Mais à frente, a necessidade da existência e a presença destes grupos deverá tornar-se clara, pois fizeram parte da transição, traçando-a e moldando-a.

undersecretaries in turn nominated their friends, relatives or trusted civil servants to other senior positions. After the handover, local Chinese elites who were concurrently major interest groups' leaders replaced the Portuguese to become the patrons. To a large extent, interest groups are the bases of patron-client networks.”⁵

Posto isto, pode concluir-se que a transferência não alterou este paradigma, continuando as empresas e o capital a ter um papel preponderante nas decisões governamentais, canalizados através dos grupos de interesse. O mesmo autor frisa a presença de *lobbys* políticos em ambas as administrações portuguesa e chinesa: no primeiro caso, “Before the handover, Macau’s interest groups were proactive in bridging the gaps and mediating the disputes between the Portuguese political elites barely understanding the Chinese community, and the Chinese community largely excluded from the closed political system”⁶. Durante a governação chinesa, estes grupos servem os interesses de Pequim. Tanto num caso como noutro, as necessidades e preocupações da população são relegados para segundo plano.

Comparativamente, a China é um país com mais poder do que Portugal, devido ao seu tamanho, mas principalmente, à sua influência na economia e indústria mundiais, não esquecendo o crescimento exponencial significativo a que se tem assistido nos últimos dez anos. Será, então, legítimo, reforçar a ideia de que Portugal não exerceu uma governação com acções e efeitos positivos em Macau? Segundo a literatura, é possível que as forças políticas comunistas (chinesas) existentes durante o período da transferência confirmassem essa ideia. Contudo, a sua posição negocial não permite legitimar a ideia acima referida:

“(…) before the handover, the pro-Beijing camp was freer to blame the Portuguese administration for all sorts of problems, especially when their staunch criticism was conducive to Beijing’s Macau policy. Their provocative approach was appealing to a significant portion of the population. But the reunification of Macau with China turned the city government into an extension of Beijing authorities. The pro-Beijing interest groups were obliged to support the new regime and became pro-government. Their political orientation sometimes put the interest groups

⁵ CHOU, Bill, K., P (2007) “Interest Groups Politics in Macau after Handover”, in *Journal of Contemporary China*. Grã-Bretanha: Routledge, p. 197.

⁶ *Ibid.*, p. 193.

in a dilemma: they had to decide between following Beijing's instruction to advocate the SAR Government on the one hand, and safeguarding their constituencies' interests on the other hand.”⁷

O processo de estabelecimento dos portugueses em Macau teve um carácter profundamente religioso, alicerçado na evangelização (jesuíta) da população aí residente. Durante os séculos XVI e XVII, o território ficou conhecido como sendo “o Vaticano do Oriente”. Contudo, a cultura do jogo e dos casinos, transformou Macau na “Las Vegas da Ásia”. Simbolicamente, esta ambivalência de valores – a região vangloria-se de ter mais mesas de jogo do que Monte Carlo e mais igrejas do que o Vaticano – é aquilo que constitui o ambiente social de Macau e que acaba por funcionar em simultâneo, os dois extremos caracterizadores equilibrando-se e compensando-se mutuamente⁸.

O tecido social do território foi, quase sempre, relativamente homogéneo – mesmo depois de uma mudança de soberania. Chou alega que, actualmente, o sistema legislativo de Macau não é democrático, facto que tem origem na administração portuguesa (pré-99)⁹; o único movimento social migratório dos últimos dez anos foi provocado pela transição, mesmo antes desta ter lugar: de 1996 a 2000, o número de residentes portugueses em *Ou Mun*¹⁰ desceu significativamente – não só não emigravam, como chegavam mesmo a voltar para Portugal.

Na verdade, Pina-Cabral traça a relação entre o aumento da taxa de imigração e o fenómeno do jogo em Macau¹¹. O final dos anos 70 e início dos 80 constituíram dois momentos de grande fluxo de imigração para Macau – em 1996, mais de metade (cerca de 56 por cento) dos residentes eram naturais da República Popular da China. A percentagem de portugueses imigrantes no território nunca foi superior à de chineses. Ainda assim, entre 1987 e 1999, a comunidade portuguesa em Macau aumentou cerca de

⁷ Ibid., p. 202.

⁸ CHENG, Christina Miu Bing (2002) “Cultural Significance: The Identity of Macao”, in *The Conservation of Urban Heritage: Macao Vision Internacional Conference*. Macau, 10-12 de Setembro de 2002. Macau: Centro Cultural de Macau, p. 65.

⁹ CHOU, Bill, K., P (2007) “Interest Groups Politics in Macau after Handover”, in *Journal of Contemporary China*. Grã-Bretanha: Routledge, p. 196.

¹⁰ A tradução literal da expressão chinesa *Ou Mun* é “Porta da Baía”, mas é utilizada correntemente como sinónimo de “Macau”.

¹¹ PINA-CABRAL, João (2002) *Between China and Europe: Person, Culture and Emotion in Macao*. vol 74. (eds) London School of Economics. Londres: Continuum, pp. 29-30.

83 por cento. Esse fluxo de imigração intensa deveu-se à procura de emprego, consequência do acelerado desenvolvimento industrial e económico da região. Uma vez que a língua portuguesa era uma das línguas oficiais utilizadas pela Administração pública e pelo Governo, a permanência dos portugueses e macaenses (na sua maioria, educados com base na língua portuguesa) era importante para o funcionamento da região.

	1999	2001	2005	2012
Total de residentes	437 455	436 686	488 144	582 000
População adulta (15-64 anos)	69,10%	71,30%	76,10%	80,10%
Número de mulheres	52,80%	52%	51,70%	51,80%
Número de homens	47,20%	48%	48,30%	48,20%
Imigrantes	5 904	5 148	21 811	19 200

Quadro 1. Fonte: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos – Macau. DSEC.

Os dados apresentados no Quadro 1 permitem concluir que a população total de indivíduos residentes na região aumentou exponencialmente desde a data da transição. Contudo, deve reparar-se na quebra no número de imigrantes, de 1999 para 2001, voltando a aumentar no último ano. A justificação para este acontecimento demográfico poderá, eventualmente, residir no facto de se desconhecerem as possíveis consequências da mudança de governo. Cerca de dois anos depois da transição (2001), verificou-se o retorno de uma grande percentagem de portugueses – Em 2005 registou-se a entrada de mais 16 663 imigrantes do que em 2001. Estes valores não implicam, necessariamente, que se trate de indivíduos somente de nacionalidade portuguesa, embora, na verdade, grande parte daqueles que foram para Portugal antes da transição tenha voltado alguns anos depois. A taxa de desemprego relativa a 1996 e 1999 deveu-se, sobretudo, à crise económica que afectou o continente asiático no final do século XX. A diminuição da taxa de desemprego, a partir de 2000, é consequência directa da aprovação da Lei de Exclusividade, que permitiu a construção e funcionamento de grupos hoteleiros ligados ao jogo. O desenvolvimento deste sector (a principal fonte de receitas de Macau) provocou, inevitavelmente, a criação e o fomento ao emprego – com incidência na

população adulta (15-64 anos). Salienta-se ainda um aspecto demográfico que, em Macau, sucede com frequência: entre 75 e 85 por cento dos residentes são naturais da China Continental, tendo apenas cinco por cento nascido em Macau¹².

A população residente de Macau foi e é constituída por uma maioria de cidadãos chineses (96 por cento) e uma minoria estrangeira, que abrange os portugueses (menos de dois por cento), entre outras nacionalidades. As comunidades portuguesa, macaense e chinesa coexistem no mesmo espaço geográfico, mas não se relacionam entre si. Estes vivem paralelamente num mesmo ambiente, mas os denominadores comuns entre si são raros, devido à forte divergência em termos culturais, de costumes e tradições.

2.1. Os Portugueses em Macau

A utilização da designação *portugueses*, como se poderá ver adiante, comporta uma ambivalência de utilização, compreendendo ou dissociando os portugueses metropolitanos e locais – macaenses ou filhos da terra – sem que se possa determinar de forma adequada a sua prevalência entre os leitores do *Ponto Final*. Curiosamente, a investigação sobre as comunidades presentes em Macau é significativa no que toca à totalidade da comunidade portuguesa, destaca em vários trabalhos – como se indica adiante – a comunidade macaense, mas poucas referências isolam e abordam a comunidade e as sociabilidades entre as os portugueses não-locais que, por comodidade, designamos por metropolitanos.

Em 2002, João de Pina-Cabral, em *Between China and Europe: Person, Culture and Emotion in Macao*, retoma o tema da identidade da comunidade macaense, abordando algumas das suas manifestações, na sequência da Terra de Tufões, publicada em 1993; estes trabalhos inscrevem-se nas discussões sobre a identidade comunitária, tema já abundantemente tratado por Ana Maria Amaro, de que se destaca *Filhos da Terra* (1988) e, também, por Almerindo Lessa (1970), *Antropobiologie et Anthroposociologie de Macao: L'histoire et les hommes* e, também, pelo Padre Manuel Teixeira (1965), em *Os macaenses*.

¹² Desde 1999, consideram-se estrangeiros todos aqueles que não possuam nacionalidade chinesa. No entanto, antes da transição, os chineses eram considerados “não portugueses” e, por isso, estrangeiros, ainda que possuíssem o Bilhete de Identidade de Residente (BIR).

O conjunto das abordagens referidas, contraditórias em tese, discutem ora a diversidade de origem – fundada em elementos antropológicos, linguísticos, culturais – ora em argumentos sobre a sua afirmação identitária, tomada como uma produção em si. No período mais próximo ao nosso trabalho, Lima da Costa (2005) retoma o tema em *Fronteiras da Identidade: Macaenses em Portugal e em Macau*; com uma perspectiva interior à própria comunidade, Sofia Rangel (2013) procura inventariar e caracterizar os elementos desta afirmação identitária, caracterizando os seus costumes, tradições, gastronomia, entre outros elementos, *Filhos da terra: a comunidade macaense, ontem e hoje*.

Embora o conceito de identidade seja complexo e multifacetado, a questão macaense tem sido explorada nas últimas duas décadas, ganhando ênfase no intervalo próximo, anterior e posterior à transição. Christina Cheng (2002) caracteriza esta comunidade como híbrida:

“Although the Portuguese have shown an unrelenting attempt to assert inalienable differences between races, the ideological pan-racial vision only projected a phantasmagoria of diverse hybrid progeny as one aspect of the colonial legacies (...) These Eurasians live in the interface between the coloniser and the colonised and represent a ‘Third Space’ in colonial discourse. (...) In the situation of cross-ethnic interaction, Eurasian heritage once spoke not of a proud melding of two cultures but of a shameful confluence of coloniser and colonised; of marauding Western men and subjugated Eastern woman.”¹³

A ambivalência identitária – tanto individual como colectiva – provocou, ao longo dos anos, a criação de duas tendências sociais divergentes: por um lado, verificou-se a auto-exclusão de alguns macaenses, no que concerne ao envolvimento com a sua própria comunidade; por outro lado, houve quem assumisse a diferença cultural e identitária, transportando, para o seio da comunidade macaense, o desejo de reforçar a sua singularidade, tal como confirmado por Francisco Lima:

¹³ CHENG, Christina Miu Bing (2002) “Cultural Significance: The Identity of Macao”, in *The Conservation of Urban Heritage: Macao Vision Internacional Conference*. Macau, 10-12 de Setembro de 2002. Macau: Centro Cultural de Macau, p. 60.

“A identidade é (...) assumida como um recurso que se mobiliza quando é necessário estabelecer demarcações, visando um efeito performativo: através da interpretação da estrutura social, eventualmente negociar um posicionamento particular na mesma.”¹⁴.

Ou seja, o reforço identitário expressa a cada vez maior necessidade da comunidade macaense em se afirmar enquanto pedra basilar e reconstrutora dos valores culturais, intelectuais e de identidade do território, num momento crucial da sua história socio-política. Resta, então, delinear as várias formas de representação das comunidades portuguesa e macaense no jornal *Ponto Final*, discorrendo acerca da sua pertinência em termos de relevância noticiosa, tendo a interdependência entre audiência e jornalista em mente.

Durante o período em que se situa o *corpus* estudado, uma grande percentagem da população portuguesa residente tinha mais de 30 anos e estava empregada, desempenhando funções nos serviços públicos e privados, nas áreas da engenharia, de arquitectura, da educação, da economia, da política, entre outras. Antes de 99, existiam várias escolas e secções de ensino (educação pré-primária, primária e secundária) em português, onde os currículos e as disciplinas eram consonantes com as de Portugal¹⁵. 2000 foi o primeiro ano lectivo onde os alunos de todas estas escolas foram transferidos para a Escola Portuguesa de Macau (EPM). Em 1999, o estabelecimento tinha 1150 alunos, mas este número foi diminuindo ao longo dos anos, contando com 463 inscritos, em 2009¹⁶ – uma vez que os alunos inscritos são familiares dos residentes portugueses na região, este é um parâmetro que, associado à integração de escolas em língua inglesa ilustra o visível “emagrecimento” da comunidade portuguesa.

É, em grande parte, através das associações macaenses que existe a activação do reforço identitário – Associações de cariz primordialmente cultural e intelectual que, entre outras actividades, promovem exposições de arte e publicação de obras escritas por

¹⁴ COSTA, Francisco Lima (2004) “Fronteiras da Identidade: O caso de dos macaenses em Portugal e em Macau”, in *Sociologia, Problemática e Práticas*, nº46. Lisboa: Mundos Sociais, p. 143.

¹⁵ Ex.: Infantário D. José da Costa Nunes; Colégio D. Bosco, que estava equiparado aos Salesianos de Portugal; O Colégio Santa Rosa de Lima; A Escola Comercial; O Liceu de Macau, etc.

¹⁶ Escola Portuguesa de Macau perdeu 700 alunos em dez anos, in *Expresso*. 17/12/2009 [Acedido a 05/10/2013]. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/escola-portuguesa-de-macau-perdeu-700-alunos-em-dez-anos=f553617>.

artistas locais, realizam peças de teatro em Patuá¹⁷ e organizam refeições e cerimónias de pratos tipicamente macaenses¹⁸. Ex.: Associação dos Macaenses, Clube de Macau, Instituto Internacional de Macau. Se, por um lado, estas servem os propósitos políticos e económicos preconizados por Chou, por outro, procuram satisfazer – ainda que com uma expressão mínima – os interesses de preservação de uma cultura específica.

Como pode verificar-se, o renovado interesse dos macaenses na promoção e legitimação da sua comunidade enquanto pedra basilar da região tem vindo a crescer exponencialmente desde a transição:

“(…) neste momento o sentimento que domina é o de afirmação da identidade macaense. Justifica-o o receio de que esta desapareça, diluindo-se noutras identidades de enquadramento – em Macau e nos países da diáspora. A reduzida expressão demográfica da comunidade e a sua dispersão, aliadas ao facto de se tratar de uma pequena minoria no seu próprio local de origem (Macau), são alguns aspectos que estão presentes nas preocupações dos macaenses.”¹⁹

2.2. Imprensa portuguesa de Macau

Inicialmente, os periódicos de língua portuguesa eram escassos, tendo começado com *A Abelha da China* (1822) e, mais tarde com a *Gazeta Macaense* (1824) e o *Crónica Macaense* (1835). A propósito do desenvolvimento da imprensa de língua portuguesa em Macau, Daniel Pires publicou (em 2013) o *Dicionário da Imprensa de Macau do Século XIX*, onde faz um inventário das publicações periódicas desde a sua criação, contando com os jornais de língua portuguesa e chinesa. Alguns trabalhos sobre as relações entre a imprensa e o território escapam a esta discussão, por se situarem no exterior de Macau, versando embora sobre ele: Ana Horta publicou, em 1999, uma obra cujo enfoque recai sobre a visão que os *media* de Portugal têm acerca de Macau.

¹⁷ O Patuá é um crioulo macaense com base na língua portuguesa e que foi criado durante o século XVI, embora, actualmente, esteja em vias de extinção. O Dóci Papiaçám é o grupo de teatro mais prolífico do território, tendo sido formado em 1993. Todos os anos leva cerca de duas peças a palco, inteiramente faladas em Patuá.

¹⁸ A culinária macaense é uma fusão entre a gastronomia portuguesa e condimentos e especiarias tipicamente orientais, provenientes da China, da Índia, da Malásia e da Tailândia.

¹⁹ COSTA, Francisco Lima (2004) “Fronteiras da Identidade: O caso de dos macaenses em Portugal e em Macau”, in *Sociologia, Problemática e Práticas*, nº46. Lisboa: Mundos Sociais, p. 142.

O inventário da imprensa portuguesa de Macau pode situar-se na obra do Pe Manuel Teixeira (1999 [1965]). *A imprensa periódica portuguesa no Extremo Oriente* e na sucessão de capítulos publicados na *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, [Macau: ICM] ou, ainda, em João Alves das Neves (1999). *A imprensa de Macau e as imprensas de Língua Portuguesa no Oriente*. No que respeita à sua análise mais localizada, é um reduzido número de trabalhos – para além da sua contextualização editorial - entre os quais se enumeram, para os Séculos XIX e XX as obras de José dos Santos Alves (2000). *A opinião pública em Macau: A imprensa macaense na terceira e quarta décadas do Século XIX* e a tese de Márcia Rosa dos Reis Ferreira (2006). *Cultura e Sociabilidades em Macau nos finais de Oitocentos: O Eco Macaense (1893-1899)*, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Para o século XX, a imprensa é suporte, amiúde, da concretização de trabalhos sobre outros temas, em especial sobre a vida social, política e desportiva, geralmente mais como fonte de que como objecto; o tratamento seriado, sistemático, de periódicos e do seu conteúdo aparece pontualmente, em trabalhos como o de Isabel Braga (1999) sobre *O Desporto em Macau durante a IIª Guerra*, recorrendo para isso a um periódico - *o Boletim de Educação Física* -, editado por uma Escola de Educação Física existente nesse período, - ou em artigos como o de José Miguel Encarnação (2008). *Imprensa Portuguesa de Macau: Enquadramento na realidade jurídica e social da RAEM*, Macau: SAFP, ou, quanto às suas temáticas recorrentes, os trabalhos de Henrique Rola da Silva (1991), *A Imprensa Chinesa de Macau*, (1992), Informação Portuguesa de Macau ou, após a Transição (2001), *Macau: De Mário Soares a Jorge Sampaio*.

A imprensa é, sem dúvida, uma área de grande interesse para os Estudos da Comunicação, especialmente no caso de Macau, que se torna único, devido às características do próprio território.

Em 2001, Clara Gomes desenvolveu a sua tese de mestrado – denominada *Freedom of the Portuguese Press during the transition period (1987-99) in Macau* – em volta da problemática da liberdade de expressão dos jornais de língua portuguesa em Macau durante a transferência, tendo entrevistado jornalistas do *Ponto Final* e de outros jornais da região. De certa forma, o trabalho de Gomes reflectiu sobre vários momentos da transição, tendo a relação sino-portuguesa como pano de fundo.

A singularidade de Macau permite fazer a triangulação entre as características do território, a imprensa aí estabelecida e, finalmente, a transição enquadrada pelos mesmos meios de comunicação. Naturalmente, o jornalismo aí praticado influenciou e foi influenciado pela transferência de soberania. À luz dos trabalhos já redigidos sobre esta e outras temáticas co-relacionadas, a presente dissertação servirá para apurar as principais ansiedades, expectativas e opiniões da população portuguesa e macaense residente em Macau aquando da transição.

O universo da imprensa periódica, noticiosa, em língua portuguesa é relativamente circunscrito, constituído por três jornais em língua portuguesa e complementado, durante os anos tratados, pela programação em português da Rádio e Televisão de Macau (RTDM). Para o mesmo período são publicados seis periódicos em língua chinesa e dois em língua inglesa. Os chineses *Tai Chung Pou*, o *Va Kio Pou* e o *Ou Mun Iat Pou* têm significativo sucesso junto dos leitores, o último perfazendo cerca de 80 por cento da tiragem total de jornais. Os meios de comunicação destinados à comunidade portuguesa são a RTDM e, finalmente, três periódicos – *Tribuna de Macau* (1982), *Ponto Final* (1991) e *Hoje Macau* (2001). *The Macau Daily Post* e *Macau Daily Times* são os dois diários de língua inglesa publicados no território.

A despeito da colocação eventual de jornalistas ou colaboradores chineses nas redacções da imprensa portuguesa em Macau, sobretudo com funções de tradução (para a tradução de artigos e entrevistas), estas eram maioritariamente constituídas por jornalistas portugueses.

O *corpus deste trabalho* limita-se à transição de Macau vista por um jornal de língua portuguesa, o *Ponto Final*. Para compreender o universo de estudo, é útil compreender alguns aspectos sobre a sua audiência, constituída sobretudo por portugueses residentes ou naturais de Macau e da relação destes com o fenómeno da transição de soberania, geradora das necessidades de informação que se contextualizam.

A mediação noticiosa realizada pelo *Ponto Final* inscreve-se numa lógica de proximidade com a audiência a quem se dirige. Ou seja, esta parece reflectir as principais necessidades informativas dos falantes de língua portuguesa de Macau. Por sua vez, essas “necessidades” traduzem-se no quotidiano e no *status quo* que caracterizam este grupo de indivíduos. Um evento político com a envergadura de um a transição de soberania pode

implicar mudanças no *status quo* das comunidades presentes, tornando-se, portanto, objecto privilegiado do tratamento noticioso.

Parece relevante, também, discutir a questão da liberdade de expressão dos *media* antes da transição, para compreender alguns modos de operacionalização dos discursos, pelos jornalistas. Clara Gomes (2001) aborda retrospectivamente esta temática, concluindo que, havendo liberdade de imprensa durante este período, teria ocorrido, ainda assim, algumas pressões governamentais que, de uma forma ou de outra, tinham tendência para coartar essa mesma liberdade:

“The government was responsible for most of those constraints, through the control of its own civil servants, creating a climate of constraint, through restricting access to sources and the distribution of advertising and last but not least, through a patriotic stance that presupposed journalists would be defenders of the national design, even against their professional ethics. (...) constraints on the press were also a consequence of the lack of economical independence of the Portuguese press, with a substantial part of newspapers’ advertising coming from the government and a dependency on its owners, (ownership) which interests were not always coincident with the public interest (representativity). Last but not least, the journalists own cultivation of sources and intimacy with power members (sourcing), due in part to a difficulty in accessing sources through a clear administrative process, may have taken them to share politicians views and save them from criticisms in certain cases.”²⁰

Posto isto, é legítimo afirmar que a análise da informação recolhida tem, como base, o ambiente social acima descrito, tendo em conta que o mesmo determina as condições de produção dos *media* em Macau durante o período estudado.

3. Transição

Os portugueses desembarcaram em Macau há cerca de cinco séculos. Este conjunto de três ilhas – Macau, Taipa e Coloane – encontra-se a sul da China continental, tal como Hong Kong. Começou por ser um entreposto comercial entre os países da Europa, o Japão e a China, atingindo o seu apogeu no século XVII. Já no século XX,

²⁰ GOMES, Clara (2001) *Freedom of the Portuguese Press during the transition period (1987-99) in Macau*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Leicester: Leicester, pp. 51-52.

Portugal renuncia à soberania perpétua de Macau, acordando que o território voltaria a ser considerado chinês a partir de dia 20 de Dezembro de 1999. A Declaração Conjunta Sino-Portuguesa é assinada em 1987 por Aníbal Cavaco Silva e Zhao Ziyang.

Os trabalhos proventura mais substanciais sobre Macau são de carácter histórico, predominando as abordagens sobre as relações comerciais e económicas entre a Europa e a Ásia, a que se associa também a presença cultural e linguística no território.

Com menor volume editorial, fruto de uma produção sobretudo contemporânea, algumas abordagens sociológicas e socio-demográficas – nomeadamente sobre os processos migratórios na Ásia, de e para Macau – e antropológicas – sobretudo centradas no tema da identidade e das relações entre comunidades – são igualmente pertinentes para o desenvolvimento do trabalho.

Para a contextualização do período e do processo em estudo, recorre-se, assim, aos trabalhos de Fernando Correia Oliveira, (1998), *500 anos de Contactos Luso-Chineses*, que permite um percurso cronológico até à contemporaneidade. O trabalho de António Vasconcelos Saldanha (1995) *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês (séculos XVI-XIX)*, clarifica a natureza das relações diplomáticas entre Portugal e a China. Sobre a natureza destas relações, com contribuições mais diversificadas, as colectâneas sobre Portugal e a China, decorrentes dos Colóquios da Arrábida (1999-2000).

Zhidong Hao (2010) edita *Macau: history and society*; além de discutir questões de identidade, de pertença e de integração das comunidades desta região, o autor reflecte sobre o futuro político e social de Macau através de uma série de interrogações sobre a legalização do jogo, o aumento da imigração e a mudança de soberania.

O processo de transição de Macau foi um dos eventos políticos mais relevantes da história do território. Mesmo depois de consagrada, houve questões e problemáticas sobre as quais vários autores se debruçaram. A manutenção da Lei Básica, por exemplo, foi um tema amplamente estudado na área do Direito. Outros autores focaram-se, ainda, na questão da implementação do lema “Um País, Dois Sistemas”, igualmente em vigor em Hong Kong – ex-colónia britânica e a primeira a experienciar o *handover* para a China, em 1997.

Sobre a abordagem de Francisco Gonçalves Pereira (1995) em *Portugal, a China e a Questão de Macau*, Santos Neves destaca duas temáticas aí tratadas:

“(…) the historical evolution of Macau’s political status determined by changes in the relative positions of Portugal and China and the interaction between their individual strategies towards Macau; and the impact of the transition process on the nature and main features of Macau’s present constitutional status and system of government”²¹.

À parte de questões relacionadas com a Lei Básica e a manutenção do actual sistema governamental, legislativo e judicial, a transição suscitou o interesse por outras áreas, tais como a relação entre Portugal e a China e o impacto do processo político na mesma; a delimitação das principais problemáticas do *handover*, como demonstra Jorge Morbey, quando publicou a obra *Macau 1999: o desafio da transição*, cerca de dez anos antes do evento ter lugar. Em 2001, Herbert Yee focou a mesma questão, com a publicação de *Macau in Transition: from Colony to Autonomous Region*; a tese de Rute Saraiva (2004) discute a Lei Básica, reflectindo acerca da sua solidez face aos novos desafios económicos, sociais e políticos. Recentemente (2013), Carmen Amado Mendes publica *Portugal, China and the Macau Negotiations: 1986-1999*, prosseguindo o ciclo de discussão sobre a natureza das relações sino-portuguesas e o seu impacto na forma como o processo de transferência se desenrolou.

Esta centralidade da problemática da transição nos trabalhos editados, maioritariamente situada na sua contextualização, causas e efeitos, encontra, contudo, um limitado tratamento e análise do seu impacto mediático, como se propõe neste trabalho.

A transição foi, simultaneamente, a causa e o efeito de um vasto conjunto de situações e eventos que envolveram diferentes personagens dos panoramas social e político de Macau, tendo sido um dos acontecimentos históricos mais marcantes na história do território. A sua importância foi, durante a década de 90, inquestionável para o desenvolvimento e para a estrutura geral daquilo que é actualmente conhecido como RAEM (Região Administrativa Especial de Macau).

²¹NEVES, Miguel Santos (1998) Revisto a partir de Francisco Gonçalves Pereira “Portugal, a China e a “Questão de Macau”, in *The China Quarterly*, nº 156. Londres: Cambridge University Press.

3. Abordagem

3.1. Corpo conceptual

Antes de proceder à contextualização e à análise efectiva, é necessário compreender aquilo que se entende por *media* e por jornalismo. Andrew Edgar e Peter Sedgwick (2008) definem *mass media* como sendo “(...) those institutions that produce and distribute information and visual and audio images on a large scale.”²² Entre os vários formatos de *media* encontram-se os meios de comunicação, instituições (públicas ou privadas) que praticam o jornalismo: “non-fictional writing about current events, for pay and publications. Journalism is an occupational category and practice (...)”²³ Hoje em dia, existem vários formatos nos quais o jornalismo é realizado, os mais “clássicos” sendo a imprensa, a rádio e a televisão.

As áreas dos Estudos da Cultura e da Comunicação encaram os *media* como instituições socialmente activas e que, enquanto tal, desempenham um papel importante na(s) sociedades. Consequentemente, também o desempenho dos jornalistas não é linear, pois tem relações intrínsecas e directas com noções de poder, ideologia ou audiência. A realização do jornalismo pelos profissionais da área não funciona num “espaço de vácuo”, obrigando à inevitável relação com todos os elementos circundantes.

Foi Max Weber – com base nos estudos de Karl Marx – quem primeiramente definiu o conceito de poder numa perspectiva clássica: “the probability that one actor in a social relationship will be in a position to carry out his will despite resistance, regardless of the basis on which this probability rests.”²⁴ Mais tarde, Michel Foucault (seguindo Weber) definiu poder como algo inerente a qualquer sociedade, intrinsecamente relacionado com o conceito de ideologia, termo definido em *Communication, Culture and Media Studies* como sendo

²² EDGAR, Andrew & SEDGWICK, Peter (2008) *Cultural Theory: The Key Concepts*. 2ª Ed. Londres: Routledge, p. 199.

²³ HARTLEY, John (2011) *Communication, Cultural and Media Studies: The Key Concepts*. 4ª Ed. Nova Iorque: Routledge, p. 151.

²⁴ WEBER, Max (1947) *The Theory of Social and Economic Organization*. ed. PARSONS, Talcott. EUA: The Free Press Glencoe, p. 152.

“knowledge and ideas characteristic of, produced by, or in the interest of a particular social class, over against the ideas characteristic of other classes. (...) Ideology is seen as any knowledge that is posed as natural or generally applicable (...).”²⁵

O poder é exercido pelas instituições sociais que são, simultaneamente, aparelhos ideológicos, pois defendem estratégias, ideias e, mais importante, mantêm a ordem social. Partindo desta perspectiva, torna-se legítimo encarar os *media* como aparelhos ideológicos.

Contudo, qual é o valor acrescentado que permite aos meios de comunicação serem entendidos como uma “instituição de poder”? Pierre Bourdieu (1989) desenvolveu uma série de conceitos que servem para responder a esta questão. Referindo-se ao campo da escrita e da literatura, afirma que os indivíduos (criadores) e o alcance dos seus objectivos estão dependentes do sistema de relações sociais em que se inserem. Todos os seus objectivos resultam de actos de comunicação e do lugar que ocupam na sociedade. Bourdieu distingue três diferentes tipos de capital, os quais conferem poder aos “agentes” de uma sociedade:

“(...) these fundamental powers are economic capital (in its different forms), cultural capital, social capital, and symbolic capital, which is the form that the various species of capital assume when they are perceived and recognized as legitimate (...) Thus agents are distributed in the overall social space, in the first dimension, according to the overall volume of capital they possess and, in the second dimension, according to the structure of their capital, that is, the relative weight of the different species of capital, economic and cultural, in the total volume of their assets.”²⁶

Esses agentes manifestam-se sob forma individual ou colectiva, podendo ser grupos de interesse ou de influência, que, devido à sua reputação social, têm o direito de mediar (logo, de exercer poder) o tecido social:

“(...) in the determination of the objective classification and of the hierarchy of values granted to individuals and groups, not all judgments have the same weight, and holders of large amounts of

²⁵ HARTLEY, John (2011) *Communication, Cultural and Media Studies: The Key Concepts*. 4ª Ed. Nova Iorque: Routledge, p. 132.

²⁶ BOURDIEU, Pierre (1989) “Social Space and Symbolic Power”, in *Sociological Theory*, vol. 7, nº 1. EUA: American Sociological Association, p. 17.

symbolic capital, the nobles (etymologically, those who are well-known and recognized), are in a position to impose the scale of values most favorable to their products-notably because, in our societies, they hold a practical *de facto* monopoly over institutions which, like the school system, officially determine and guarantee rank.”²⁷

Tal lógica apenas ganha relevância se o campo intelectual funcionar autonomamente, ainda que tendo, em dado momento, dependido de factores económicos, legislativos, governamentais, etc. O teórico imputa valor às classes intelectuais e ao valor simbólico que lhes é inerente – como é o valor dos discursos, por exemplo. O poder simbólico descrito pelo autor é, na verdade, uma das formas de materialização do poder na sociedade; o reconhecimento (intelectual, por exemplo) é uma das formas mais usuais de exercer o poder:

“(…) symbolic power has to be based on the possession of symbolic capital. The power to impose upon other minds a vision, old or new, of social divisions depends on the social authority acquired in previous struggles. Symbolic capital is a credit; it is the power granted to those who have obtained sufficient recognition to be in a position to impose recognition.”²⁸

De acordo com a perspectiva de Bourdieu, pode entender-se que a “classe” jornalística, enquanto organismo social detentor de capital intelectual, tem a capacidade para impor e exercer o poder. Isto é, tem a capacidade para funcionar enquanto reguladora social e, em certa medida, enquanto força ideológica activa.

Denis McQuail (2003) sublinha a importância do conceito de hegemonia, directamente relacionado com questões ideológicas – representação da sociedade através de um pequeno grupo que mantém determinados valores. Na maioria dos casos, a hegemonia é praticada por grupos de influência, seja esta política, social ou intelectual. De acordo com Antonio Gramsci, o conceito relaciona-se com a dominação por grupos sociais sobre outros grupos sociais, assegurando o seu consentimento espontâneo, através da construção negociada de um consenso político e social que incorpora os grupos dominantes e os grupos dominados²⁹. McQuail refere a dificuldade de acesso (aos meios

²⁷ Ibid., p. 21.

²⁸ Ibid., p. 23.

²⁹ GRAMSCI, Antonio (1995) An introduction to theories of popular culture. Londres, Routledge.

de comunicação) que algumas minorias frequentemente enfrentam, resultando numa fraca representação social das mesmas nos *media*: “There is a good deal of evidence that news (in particular) not only tends to focus on a narrow set of problems, especially as defined by governments or other ‘elites’ or ‘official’ sources (...).”³⁰ Anteriormente, confirmou-se que o jornalismo pode ser entendido enquanto organismo detentor e passível de exercer o poder e que este pode ser hegemónico, parcial. Ou seja, incluir ou favorecer determinadas entidades e excluir ou desfavorecer outras. A mesma corrente de pensamento defende a noção de que, tal como acontece com a escolha dos participantes, toda a restante informação noticiosa é alvo de uma selecção por parte dos jornalistas. Essa escolha pode, ou não, estar relacionada com questões de hegemonia, sublinhando a relevância de determinadas entidades (individuais ou colectivas), em detrimento de outras.

O termo “valor-notícia”³¹ é fundamental nos Estudos de Comunicação e define-se como o conjunto de características que conferem “noticiabilidade” a um evento/momento. O facto do *Ponto Final* se dirigir à população falante de língua portuguesa e especificamente, seleccionar a publicação de determinadas notícias e não de outras tem, precisamente, que ver com a lógica do valor-notícia, definido por Barbie Zelizer e Stuart Allan (2010) como sendo:

“a subjective set of criteria that journalists use to assess the newsworthiness of events or topics. Though rarely written down or codified, journalists are thought to invoke news values in deciding what merits attention as news.”³²

Um dado evento torna-se noticiável quando reúne um conjunto de características. Pamela Shoemaker e Stephen Reese (1996) referem seis dessas propriedades:

- Proximidade – Os eventos locais têm, por norma, mais relevância para o leitor, ao contrário daqueles que acontecem em sítios mais distantes.
- Proeminência – “The importance of a story is measured in its impact: how many lives it affects. Fatalities are more important than property damage. Actions of the

³⁰ MCQUAIL, Dennis (1992) *Media Performance: Mass Communication and the Public Interest*. Grã-Bretanha: Sage, p. 174-175.

³¹ Um termo que ganhou especial relevância com Johan Galtung e Mari Ruge (1973), que definiram 12 valores-notícia: entre eles a composição, a consonância ou a referência a nações e personalidades “elite”.

³² ALLAN, Stuart & ZELIZER, Barbie (2010) *Keywords in News and Journalism Studies*. Grã-Bretanha: McGraw-Hill, p. 89.

powerful are newsworthy, because what the powerful do affects the general public.”³³;

- Conflito ou controvérsia – A discórdia gera mais interesse do que a harmonia, uma vez que pode ter efeitos na população;
- Insólito – Refere-se a casos excepcionais, que diferem dos eventos quotidianos e que têm valor por isso mesmo: a raridade com que sucedem;
- *Timeliness*³⁴ – Os eventos temporalmente mais próximos (ontem ou hoje) têm mais interesse público do que eventos distantes no tempo (há uma ou duas décadas atrás);
- Interesse Humano – A componente humana incute valor nas notícias (incluindo celebridades, chefes de Estado, etc.).

Ou seja, pode assumir-se que todos os factores constituintes do “valor-notícia” são, no fundo, produto da selecção jornalística acima referida. Por outro lado, esses mesmos elementos dependem, inevitavelmente, da relação entre o organismo de *media*, o seu poder, as suas ideologias e a população a quem se dirige, commumente denominada de audiência.

A propósito desta questão, Allan Bell (1984) refere a lógica de *design* de audiência: “(...) at all levels of language variability, people are responding primarily to other people. Speakers are designing their style for their audience.”³⁵ Em última análise, cada indivíduo (neste caso, cada jornalista) tem a sua própria percepção das realidades sociais circundantes. Partindo deste pressuposto, é legítimo afirmar que não só existe uma relação bilateral entre jornalista e audiência, como estas duas entidades se influenciam mútua e constantemente, pois a produção noticiosa é realizada de acordo com aquilo que os respectivos receptores esperam ver reproduzido.

No fundo, os *media* funcionam enquanto “mediadores” do espaço público, produzindo, reproduzindo e representando a atmosfera social circundante; num nível mais abstracto, essa mediação, inerente aos meios de comunicação, é não só dirigida ao espaço dito público, mas primordialmente, ao ambiente político, determinando aquilo que é, ou não,

³³ SHOEMAKER, Pamela & REESE, Stephen (1996) *Mediating the Message: Theories of Influences on Mass Media Content*. 2ª Ed. EUA: Longman, p. 106.

³⁴ Traduzido neste contexto, significa “actualidade”.

³⁵ BELL, Allan (1984) “Language style as audience design”, in *Language in Society*. vol. 13, nº 2. Grã-Bretanha: Cambridge University Press p. 197.

informação relevante para a audiência a quem se dirige. O exercício da mediação é uma das principais formas de instrumentalização do poder dos *media*. Contudo, existem outras menos visíveis, mais abstractas. A concordância entre informação produzida e informação esperada está intimamente relacionada com o conceito de *framing*, primeiramente discutido por Erving Goffman. Mais tarde, George Lakoff (2004) entende *frames* como sendo “(...) mental structures that shape the way we see the world”³⁶, concluindo-se que *framing* é sinónimo da selecção de informação noticiosa, que sucede inevitavelmente. Em suma, o *framing* (enquadramento) é aquilo que capacita os *media* a seleccionar os conteúdos cuja inclusão se considera essencial.

Através dos conceitos acima explorados, conclui-se que os *media* detêm e exercem poder sobre a sociedade à qual se dirigem (audiência) e que esse mesmo poder pode ser determinado através daquilo que é, ou não, incluído ou excluído durante a produção noticiosa. Contudo, é necessário compreender como e através de que ferramentas pode esse poder ser instrumentalizado. Entre outros autores, é Fairclough quem desenvolve a relação entre as várias fases e elementos de ordem social, afirmando que os discursos funcionam, efectivamente, enquanto ferramenta activa do Poder, neste caso exercido pelos jornalistas do *Ponto Final*. Seguindo esta linha de conceptualização, Foucault considera os discursos como sendo elementos da retórica (argumentação) e da linguística que, conjuntamente, são dois elementos que servem para demonstrar ou representar um determinado ponto de vista, ideia ou perspectiva:

“(...) each discourse contains the power to say something other than what it actually says, and thus to embrace a plurality of meanings: a plethora of the 'signified' in relation to a single 'signifier'. From this point of view, discourse is both plenitude and endless wealth.”³⁷

A perspectiva teórica postulada por Norman Fairclough inscreve os discursos enquanto ferramentas de instrumentalização do poder, onde elementos como os actores presentes no discurso ou a retórica e a linguística utilizadas têm um papel fundamental na propagação de ideias – frequentemente associadas a questões políticas e de representação

³⁶LAKOFF, George, DEAN, Howard & HAZEN, Don (2004) *Don't think like an elephant!: Know your values and frame the debate*. Grã-Bretanha: Chelsea Green. p. xv.

³⁷FOUCAULT, Michel (1972) *The Archaeology of Knowledge & the discourse on language*. Tradução de A. M. Sheridan Smith. Nova Iorque: Pantheon Books. p. 118.

social e que podem, ou não, estar relacionadas com lógicas de hegemonia e de favorecimento de entidades sociais, como é o caso das instituições governamentais.

A “riqueza” e “plenitude” discursiva de Foucault apenas se torna possível através do acesso a essas ferramentas. Se os discursos são, inevitavelmente, representações hegemónicas de poder, então a existência de *framing* torna-se, também ela, inquestionável. A inclusão e exclusão de informação pode ser realizada de várias formas, entre as quais o texto, a fotografia ou o vídeo (no caso de reportagens televisivas, por exemplo). Fairclough defende que a questão dos *frames* – diferentes perspectivas (enquadramentos) de um mesmo acontecimento – tem que ver com as diferentes vozes presentes num discursos, que podem implicar concordância (quando o objectivo é corroborar uma ideia) ou discordância (quando a intenção é mostrar diferentes pontos de vista): “One issue is 'framing': when the voice of another is incorporated into a text, there are always choices about how to 'frame' it, how to contextualize it, in terms of other parts of the text — about relations between report and authorial account.”³⁸

Se, tal como pôde verificar-se acima, a relação entre o jornalista e a sua audiência é de interdependência – pois ambos se influenciam mutuamente –, então em que medida é legítimo encarar os *media* enquanto instituição representativa de um grupo social? As ciências sociais acreditam que o termo “representação” podem tomar várias formas:

“the practices and norms of representing and which may, for example, be used in the mass media, in order to present images of particular social groups. (...) ‘representation’ may be characterised as misrepresentation: as the ‘presentation’ or construction of identity. Such constructions of identity may be closely allied to questions of ideology and power, and to the forms of discourse implicated in the procedures whereby such images are created.”³⁹

De acordo com esta perspectiva, o poder mediador da imprensa é, um mecanismo de representação de entidades sociais, sejam estas individuais ou colectivas. A questão da representação tem, directamente, que ver com lógicas de identidade e de pertença. Se na identidade se circunscreve as preocupações, os interesses e a própria persistência

³⁸ FAIRCLOUGH, Norman (2003) *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. Londres: Routledge, p. 53.

³⁹ EDGAR, Andrew & SEDGWICK, Peter (2008) *Cultural Theory: The Key Concepts*. 2ª Ed. Londres: Routledge p. 294.

colectiva da comunidade, é importante questionar a adequação dos discursos suscitados pelos jornalistas à efectiva intensidade dos problemas e posicionamentos dos seus leitores, tratando-se de determinar qual o enquadramento discursivo do *Ponto Final*, relativamente ao estabelecimento e/ou (re)formulação do *status quo* da comunidade portuguesa e macaense no território.

3.2. Metodologia

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um método de análise do tipo qualitativo e visa o estudo de formas discursivas, mais precisamente, de textos. É frequentemente utilizado em investigações que integrem material jornalístico e/ou questões políticas (campanhas eleitorais e sua representação nos *media*, por exemplo).

Sucintamente, a ACD consiste no cruzamento constante entre a análise (de acordo com um conjunto de variáveis inerentes a este método) do material recolhido, a exploração bibliográfica referente ao tema e, finalmente, a definição do contexto social, económico e político em que a problemática em estudo se insere. A intersecção entre estas variáveis possibilita o apuramento de resultados e conclusões que, muito possivelmente, seriam inatingíveis através de outro qualquer método de análise. É importante notar que o material recolhido não tem sentido *per se*, sem que exista um contexto onde interpretar a informação nele contido.

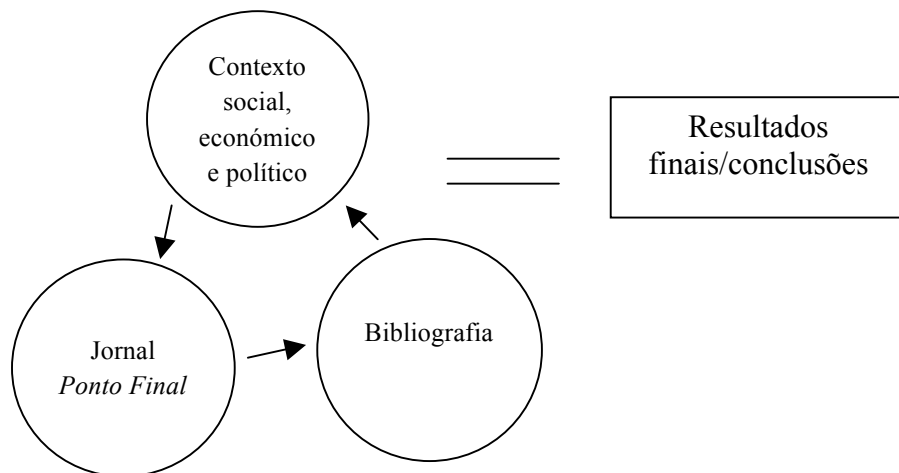


Diagrama 1 – Intersecção cíclica entre os vários elementos da ACD.

Foi Norman Fairclough quem desenvolveu este método, defendendo que era o mais pertinente no caso da averiguação de discrepâncias – de foro político, principalmente – nos discursos e de que forma é que estas poderiam ser indicativas do exercício de poder, apenas visível através do cruzamento entre textos e contextos. De forma simplificada, a ACD incide sobre as práticas e formas discursivas e sua relação constante com as práticas sociais, cruzando contextos e representações:

“CDA is analysis of the dialectical relationships between discourse (including language but also other forms of semiosis, e.g. body language or visual images) and other elements of social practices. Its particular concern (in my own approach) is with the radical changes that are taking place in contemporary social life, with how discourse figures within processes of change, and with shifts in the relationship between semiosis and other social elements within networks of practices”⁴⁰.

Fairclough (2001a) traça lógicas relacionais entre vários elementos teórico-abstractos como a ideologia, a hegemonia e o poder. Estas funcionam enquanto elemento agregador entre as práticas discursivas e o contexto, criando o “efeito de espelho”, onde os textos se fundem e se reflectem nos contextos e vice-versa:

“Analysis of texts includes ‘interdiscursive’ analysis of how genres, discourses and styles are articulated together. These are categories which are distinguished and related at the level of social practices (as elements of orders of discourse). At the level of social events – texts – they are drawn upon in ways which give rise to hybridity or ‘mixing’ of categories, ie a text may be hybrid with respect to genres, discourses and/or styles (...) Interdiscursive analysis is a central and distinctive feature of this version of CDA. It allows one to incorporate elements of ‘context’ into the analysis of texts, to show the relationship between concrete occasional events and more durable social practices, to show innovation and change in texts, and it has a mediating role in allowing one to

⁴⁰ FAIRCLOUGH, Norman (2001a) “The dialectics of discourse”, in *Textus*. vol. 14, nº2 (s. ed), p. 1.

connect detailed linguistic and semiotic features of texts with processes of social change on a broader scale.”⁴¹

Ao invés de o investigador classificar determinada palavra ou expressão pelo número de vezes em que esta ocorre num texto, a ACD realça a importância de diferentes vozes num discurso (intertextualidade) e dá primazia aos elementos de retórica – principalmente se esta estiver relacionada com eventos políticos e *agenda setting*, por exemplo.

Mais importante, a Análise Crítica do Discurso serve enquanto catalisador das diferenças numa sociedade, dando especial atenção às dinâmicas sociais representadas nos discursos. Enquanto instigadores de poder, os *media* estão munidos de ferramentas de argumentação que permitem sublinhar a importância de determinados pontos de vista, em detrimento de outros (provavelmente opostos). Assim, o método de análise aqui utilizado serve, não só para avaliar a natureza dos discursos mediados, mas também para apresentar possíveis dicotomias, através do delineamento dos temas contidos num periódico, por exemplo.

A ACD entra em prática efectiva no momento em que o investigador atinge o ponto de saturação, que acontece quando vários elementos (linguísticos, sociais ou temáticos) se repetem uniformemente, tal como Ruth Wodak (2008) demonstra:

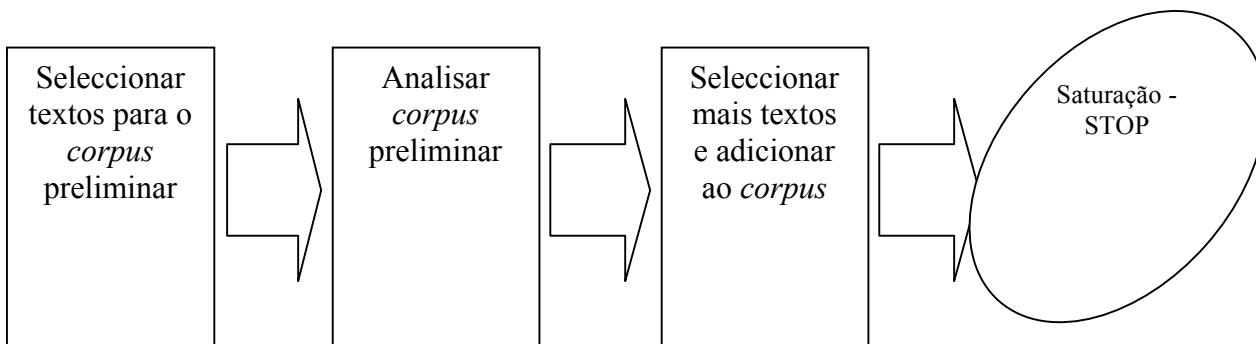


Diagrama 2 – Construção cíclica do *corpus* para a pesquisa qualitativa.⁴²

⁴¹ FAIRCLOUGH, Norman (2001) *Critical Discourse Analysis*. (s. ed). (s.l), p. 5.

⁴² Modelo adaptado a partir de MAUTNER, Gerlinde (2008) “Analyzing Newspapers, Magazines and Other Printed Media”, in *Qualitative Discourse Analysis in Social Sciences*.(eds.) WODAK, Ruth & KRYŽANOWSKI, Michał. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, p. 35.

Antes de mais, é necessário explicar que o método escolhido assenta na existência eminente e inevitável da conotação e da denotação ao nível discursivo. Não é possível ignorar a sua presença na relação entre significado e significante ou, por outras palavras, entre as formas simbólica e material de uma unidade verbal:

“These relations [entre os vários elementos discursivos] can be denotative (literal), whereby the word blue signifies the mental concept of the colour. However, the relationship can also be connotative, whereby further (often nonliteral) signifiers are ascribed to the signified. For example, blue has a range of different connotative meanings which can differ across different cultures. Among other things, it can connote nobility (blue blood), sex (blue movie), sadness (feeling blue), rarity (once in a blue moon) or coldness (turning blue with cold). Such meanings require additional knowledge of social context in order to be correctly interpreted. Connotations often express positive or negative attitudes.”⁴³

A lógica por detrás da conotação e da denotação estará presente durante toda a investigação pois, de certa forma, é a base da mesma; sem a noção da existência constante de conotação no quotidiano da sociedade, a análise dos discursos deixaria de fazer sentido.

Ao contrário de outros métodos de análise, a ACD requer, por parte do investigador, a atenção a determinados aspectos do discurso que, noutras abordagens não apresentariam o mesmo destaque; a mesma exige, também, diferentes ferramentas daquelas utilizadas na Análise de Conteúdo, por exemplo:

- Modalização: Elementos linguísticos e/ou gramaticais que transformam uma frase, atribuindo-lhe um sentido específico.

- Actores: São quem, por meio de citações ou na primeira pessoa, participa nos eventos e situações representados nas notícias – inclui os jornalistas e figuras políticas, entre outras.

- Enquadramento⁴⁴(político e noticioso): “Capacity to one actor to convey his/her views and positions through the media, by having them represented by journalists (...)”⁴⁵.

Embora o factor “deliberação” esteja presente em toda a produção noticiosa, vai apenas

⁴³BAKER, Paul & ELLEGE, Sebonile (2011) *Key Terms in Discourse Analysis*. Nova Iorque: Continuum, p. 20.

⁴⁴ Traduzido do original em inglês *Framing*.

⁴⁵ CARVALHO, Anabela (2008) “Media(ted) Discourse and Society”, in *Journalism Studies*. vol. 9, nº2. Reino Unido: Routledge, p. 168.

apurar-se sob que perspectiva é que os jornalistas escolhem ou excluem determinados actores e respectivos discursos.

- Tematização: “The ‘topic’ of a particular stretch of discourse, as opposed to what is said about the topic (the Rheme). There are several ways of defining themes – for example, we could say that the SUBJECT is also the theme, or we could focus on the position of the theme within a stretch of discourse”⁴⁶. Durante o tratamento dos dados, apurar-se-ão qual ou quais foram os principais temas referidos pelo *Ponto Final* durante os dez anos de pesquisa. Carvalho argumenta que a contagem diacrónica de ocorrências – técnicas utilizada na análise de conteúdo – serve para ajudar a estabelecer os temas contidos na publicação.

- Estratégias discursivas: Embora englobem a modalização e os actores, estas estratégias têm, principalmente, que ver com o ângulo que o jornalista perspectiva os acontecimentos e consiste em duas fases – selecção e composição.

- Linguagem, gramática e retórica: Para além da modalização, os operadores discursivos e as figuras de estilo – metáfora, ironia, hipérbole – são elementos que servem para descrever e reproduzir a realidade social própria de Macau e da transição.

Para este trabalho, é ainda necessário focar alguns aspectos referidos por Wodak⁴⁷ e que são inerentes à produção jornalística. Estes traçam a relação directa e óbvia entre o emissor (jornalistas) e sua audiência. A coesão e a coerência são ferramentas de análise internas, inerentes ao texto em si. Os restantes elementos entendem-se como sendo externos. Ou seja, não existem no texto mas sim fora dele, funcionando como parte da relação entre os textos e contextos.

Coesão – Este elemento dá sentido às várias partes de uma mesma frase ou texto e é geralmente representada por figuras de estilo como a anáfora, a elipse, a metonímia, entre outras.

Coerência – Tem que ver com a lógica existente entre o texto e o contexto. Ou seja, em grande parte, é fortemente influenciada pela pressuposição, que depende da percepção de cada um do seu contexto cultural, por exemplo.

⁴⁶ BAKER, Paul & ELLEGE, Sebonile (2011) *Key Terms in Discourse Analysis*. Nova Iorque: Continuum, p. 151.

⁴⁷ WODAK, Ruth (2008) “Discourse Studies: Important Concepts and Terms”, in *Qualitative Discourse Analysis in Social Sciences*. (eds.) WODAK, Ruth & KRYŻANOWSKI, Michał. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, p. 8-9.

Aceitabilidade – Grau de aceitação/expectativa com que determinado discurso é percebido pelos seus receptores, tendo em conta factores como a identidade do emissor, o conteúdo noticioso e o contexto inerente.

Informatividade – Característica relacionada com o grau de novidade da informação contida no discurso.

Situacionalidade – Aquilo a que Wodak denomina de “situation in which the speech takes place”⁴⁸ pode também ser entendido como o contexto em que o discurso ocorre, que nem sempre é o social.

Posto isto, torna-se claro porque é que a ACD foi o método escolhido para analisar o material recolhido: Fairclough afirma que as práticas discursivas são reflexo das práticas sociais, ou por outras palavras, o seu sinónimo:

“CDA is analysis of the dialectical relationships between discourse (including language but also other forms of semiosis, e.g. body language or visual images) and other elements of social practices. Its particular concern (in my own approach) is with the radical changes that are taking place in contemporary social life, with how discourse figures within processes of change, and with shifts in the relationship between semiosis and other social elements within networks of practices”⁴⁹.

Naturalmente, a abordagem analítica de Fairclough aponta para uma abrangência informacional. Ou seja, foi desenvolvida para definir dois ou mais padrões sociais e não um único ponto de convergência, como acontece com outros formatos de análise – a análise de conteúdo, por exemplo, prima pela descoberta de indicativos comuns e que levem a uma só conclusão.

Robert Yin (2011) defende duas abordagens possíveis, no que toca à recolha e análise da informação em estudo. A visão *relativista* assenta numa interpretação mais livre e menos condicionada a uma única realidade – são valorizadas várias opiniões e perspectivas de diferentes intervenientes, preferencialmente pertencentes à comunidade em estudo –, ao passo que a *realista* tem o objectivo de descrever uma só realidade. Ou seja, aquilo que se pretende nesta dissertação é “signal a leaning toward accepting a single reality by

⁴⁸ Ibid., p. 9.

⁴⁹ FAIRCLOUGH, Norman (2001a) “The dialectics of discourse”, in *Textus*. vol. 14, nº2 (s. ed), p. 3-10.

triangulating across different sources of data and seeking to establish a common set of facts (...) to define a certain reality, and within this reality you would be trying to minimize the contamination between your own interpretations and those of the participants”⁵⁰.

A exploração das várias ferramentas utilizadas pelos jornalistas, bem como a escolha das vozes contidas nas notícias vão demarcar a forma como a transição foi representada no *Ponto Final*.

Um evento político com a envergadura da transição de soberania, ainda que tenha garantido grande parte da continuidade institucional e jurídica do Território, gerou uma série de tensões que interrogaram as expectativas de desempenho social – laboral, económico, educacional - e de participação política no território. Essas alterações, inerentes à própria natureza do evento, estarão na origem de uma construção especulativa prolongada, a antecipar as decisões resultantes dos acordos e, de seguida, na expectativa de verificar o seu efectivo cumprimento. Depois de confirmada a existência dessas pressões e eventual alteração da ordem social, importa justificá-las perante um determinado conjunto de valores, esperanças, receios e/ou expectativas.

Assim, compreende-se, pois, que a compreensão das fontes que caracterizam o contexto de Macau sejam tão importantes como os materiais recolhidos (jornais) são, para averiguar a centralidade deste projecto político, encabeçado pelos interesses chineses e portugueses, negociados pelos estados e vividos localmente.

⁵⁰ YIN, Robert (2011) *Qualitative Research From Start to Finish*. Nova Iorque: Guilford Press, p. 13.

4. Análise

4.1. Intervalo em estudo e constituição do *corpus*

A história do *Ponto Final* começa em 1991, com Herculano Estorninho. Primeiramente pensado enquanto jornal diário, abandona este formato em 1992 e passa a ser publicado semanalmente. Uma década depois voltou ao seu formato original, saindo de segunda a sexta-feira. Pela sua direcção passaram Luís Ortet e Ricardo Pinto, e à sua redacção pertenceram os jornalistas Maria João Leal, João Paulo Meneses ou Paulo Rego.

Para apurar os enquadramentos jornalísticos predominantes e as expectativas e/ou mentalidades e pensamentos das comunidades portuguesa e macaense acerca da transição e suas consequências, recorreu-se à análise dos conteúdos noticiosos do *Ponto Final*.

Cronologicamente, esta investigação centra-se em 1999, ano da transição de soberania. Contudo, um ano de periódicos não parece reflectir nem conter informação suficiente para que daí se possam obter conclusões e resultados. Por isso, a mesma incidu sobre a recolha e análise de 290 jornais *Ponto Final* ao longo de seis anos – de 1996 a 2001. O género dos textos jornalísticos estudados varia entre a notícia (notícias regulares e “breves”⁵¹) e a reportagem.

O intervalo de análise tem início a Janeiro de 1996 e final em 22 de Dezembro de 2001, dividindo-se em dois momentos críticos: Período pré-transição e período pós-transição. Decidiu-se que 1996 seria o período de começo da investigação, porque é o ano que antecede à transferência de território de Hong Kong, Região Especial vizinha e a primeira a sofrer uma mudança desta natureza. Os três anos seguintes – de 1997 a 1999 – expressam os momentos antes da transição de Macau e, de certa forma, são tidos como os mais relevantes para as conclusões contidas nesta dissertação. O período posterior a 1999 diz respeito a uma nova fase, onde se vão delinear as várias mudanças e questões que advieram do *handover*, sob a égide da análise discursiva.

⁵¹ O *Ponto Final* utiliza a expressão “breves” para denominar peças jornalísticas de menor dimensão, que pretendem informar da forma mais sucinta possível. Estas são redigidas na margem do jornal ou numa página criada para esse fim. A extensão deste tipo de peças oscila entre os 300 e os 600 caracteres, aproximadamente.

O percurso deste jornal não pode considerar-se pacífico, tendo a sua periodicidade sofrido várias alterações ao longo dos anos. O facto do corpo de jornalistas ser altamente crítico em relação à administração portuguesa e às políticas praticadas no território, criou pressões entre a direcção do periódico e o Governo vigente, logo a seguir à sua criação (1991). A escassez de publicidade e de outras formas de financiamento obrigaram à suspensão do jornal, durante o verão de 1992. Pouco depois, voltou com um novo formato (tablóide) e era publicado semanalmente – às sextas-feiras, tendo Pedro Correia como director. As pressões políticas continuaram e, durante a governação portuguesa, o jornal nunca recebeu o subsídio estatal que era seu por direito, situação que apenas se regularizou com a administração chinesa. A normalização do quadro financeiro do *Ponto Final* possibilitou que o órgão de comunicação voltasse ao seu formato inicial: No início de 2002, recomeçou a ser publicado diariamente, desta vez com Ricardo Pinto na direcção.

A audiência do jornal tem sido essencialmente homogénea desde a fundação, sendo constituída pelos falantes de língua portuguesa residentes em Macau. Existem outros órgãos de comunicação em português, cujas especificidades serão referidas mais à frente. O *Ponto Final* reflecte, principal e primeiramente, sobre questões regionais. Em segundo plano, são apresentadas notícias relativas à China e ao restante continente asiático, cuja publicação se encontra em pé de igualdade com as de conteúdos sobre Portugal, pois, embora os leitores residam em Macau – parte da China –, são, inegavelmente, portugueses.

De acordo com as lógicas atrás referidas, é seguro afirmar que a transição – e suas consequências – teve, para os portugueses e macaenses residentes em Macau, especial importância. Assim, entende-se que os conteúdos noticiosos referentes ao *handover* coincidiam com a necessidade de conhecimento por parte da audiência.

Acontece que – tal como o diagrama 2 ilustra –, o volume de discursos relativos ao evento vai aumentando à medida que a data se aproxima. Pela mesma lógica, o publicação de discursos sobre o processo de transferência de poderes sobre um efeito inverso, no período seguinte: o volume de notícias relativas a esta tema vai diminuindo, à medida que 1999 se vai “afastando”.

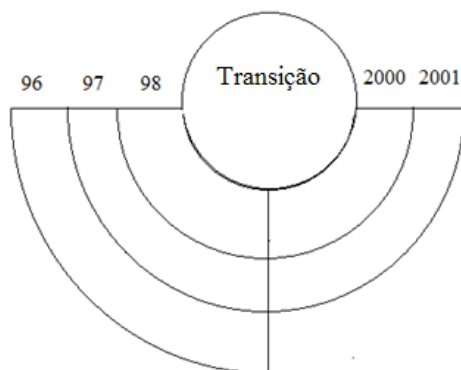


Diagrama 4 – Representação gráfica do volume de notícias respeitantes à transição.

A recolha inicial privilegiou todas as notícias sobre a transição e suas problemáticas adjacentes. Esta selecção englobou os conteúdos noticiosos que mencionassem essa questão, enunciando-a textualmente através de expressões como *transição (de poderes)*, *handover*, *(depois de)1999*, *transferência de soberania*, *RAEM*⁵².

A segunda fase de selecção cingiu-se a questões de índole económica, legislativa, política ou social e que, alegadamente, influenciaram e/ou foram responsáveis pelos receios, medos, instabilidades e/ou inseguranças, etc. dos habitantes de Macau. Finda a leitura de *Narrativas da Transição*, deverá ser possível responder às seguintes questões:

- À luz do discurso jornalístico, quais foram as principais expectativas e sentimentos da população macaense e portuguesa de Macau, face à transferência de poderes?
- Quais foram as problemáticas e momentos – relativos à transição – que mais surgiram no *Ponto Final*?
- Que perspectivas e enquadramentos noticiosos foram construídos em volta do evento político?

4.2. Análise: As teias da transição

⁵² A utilização da sigla RAEM depreende que a notícia aborda Macau após a transferência de soberania, uma vez que “Região Especial Administrativa de Macau” foi a designação escolhida para apelidar o território enquanto estando sob a alçada do lema “um país, dois sistemas”, preconizado para Hong Kong e querido também para Taiwan.

Este ponto de *Narrativas da Transição* reserva-se à análise dos enquadramentos predominantes na produção noticiosa no *Ponto Final* durante um período determinado da transferência de soberania para a administração chinesa. Aqui, irão explorar-se os principais temas que figuraram no periódico, bem como os protagonistas e os principais actores do evento, à luz dos discursos. As estratégias discursivas e as retóricas escolhidas serão, também, alvo de análise, tornando possível determinar quais os principais enquadramentos e perspectivas discursivas, tendo igualmente em conta a lógica diacrónica da produção e dos acontecimentos, simultaneamente.

4.2.1 Temáticas

Entre 1996 e 2001, houve temas largamente mediatizados referentes ao *handover*. À medida que 1999 se aproxima, assiste-se a um aumento significativo de notícias da transição focadas na comunidade portuguesa, por exemplo. O conteúdo torna-se “personalizado” e os protagonistas são figuras políticas e outras, conhecidas do universo social local, assunto explorado aquando da análise dos actores do discurso.

Embora a transição seja o tema principal, existem outros que também prevalecem activos durante todo o espectro temporal de análise; por essa razão serão considerados “macro-temas”, reunindo um conjunto de “micro temas”.

A mudança de soberania de Macau surge reproduzida sob diferentes enquadramento. No entanto, verifica-se a predominância de um enquadramento específico: estabilidade/instabilidade, que percorre todo o eixo de análise. O material permitiu concluir que mais de metade das notícias surgem sob a égide desta dicotomização, reproduzida através de discursos antecipatórios, questão que será explicada mais à frente⁵³.

⁵³ A análise dos excertos jornalísticos por ordem cronológica permite uma melhor e mais clara percepção do desenvolvimento e/resolução dos temas focados em cada um.

Macro temas ⁵⁴	Temas	Micro temas
<u>Política/Questões</u> <u>Jurídicas</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Laboral • Social • Política 	<ul style="list-style-type: none"> • Identidade • Questão da Nacionalidade⁵⁵ • Localizações – dos quadros públicos⁵⁶, da língua e das leis • Transição de Hong Kong • Criminalidade e insegurança • Estacionamento das tropas do Exército de Libertação Popular⁵⁷ • Candidatura e governação de Edmund Ho • Transição de Hong Kong
<u>Instituições</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Fundações • Institutos • Escolas • Meios de comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundação Oriente; • Fundação Jorge Álvares; • Escola Portuguesa de Macau • Imprensa portuguesa de Macau • Publicação e venda de obras e periódicos em português

Tabela 1 – Representação dos principais temas, macro-temas e micro-temas da transição

Através da análise de conteúdo foi possível registar o número de ocorrências de cada um dos temas nos diferentes anos da análise. O gráfico 1 demonstra a tendência de

⁵⁴ São transversais a todo o período aqui estudado.

⁵⁵ A questão da nacionalidade esteve presente entre 1996 e 1998 e tinha que ver com uma medida que a China queria ver implementada e que visava que todos os cidadãos de Macau fossem obrigados a ficar com nacionalidade chinesa, não podendo escolher a portuguesa. Era uma questão que afectava, principalmente, os macaenses.

⁵⁶ Estes dois “micro” temas dizem respeito à questão da permanência e colocação de funcionários portugueses no sector público de Macau.

⁵⁷ Já na fase final da transição (1998-1999), a China decidiu colocar uma guarnição militar do ELP em Macau, alegando que serviria para prevenir eventuais precalços durante a mudança política.

crescimento e diminuição do volume de notícias, relacionando-o com a data da sua publicação e, naturalmente, com o contexto em que têm lugar.

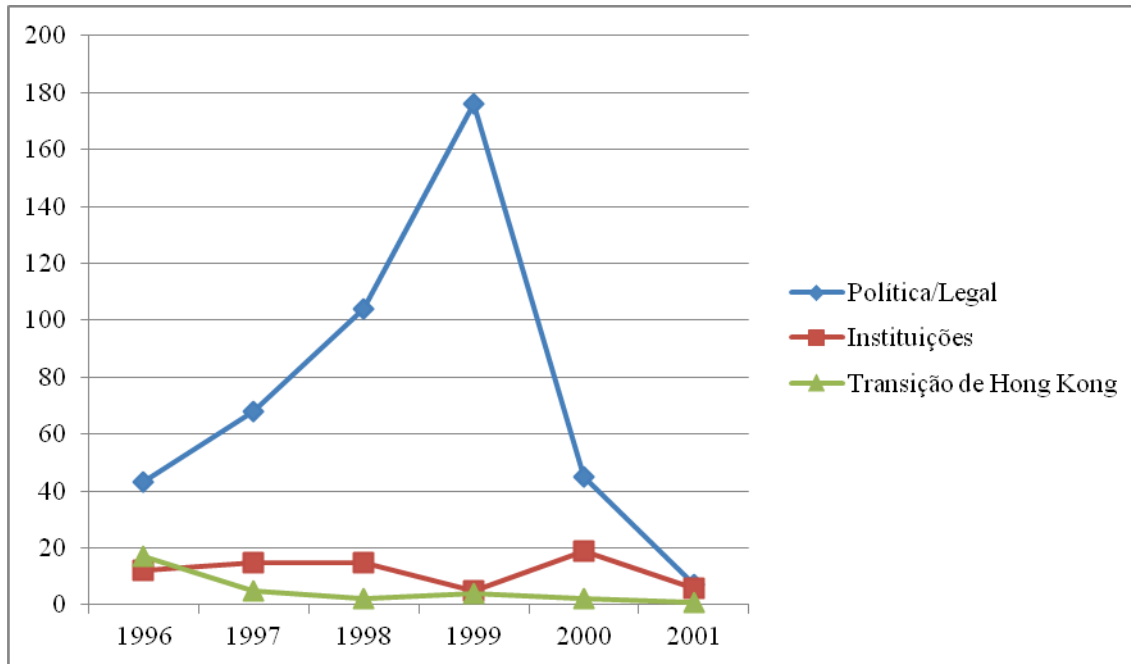


Gráfico 1 – Número de ocorrências de cada tema – 1996-2001⁵⁸.

Finda a leitura dos excertos por ordem cronológica, nota-se a predominância de alguns micro temas em determinados momentos da história do território e que se concentram, maioritariamente, na fase imediatamente anterior à transição.

A nacionalidade é um dos micro-temas que surgiu com mais frequência na análise e que, de acordo com os discursos, mais divergência suscitou entre as partes portuguesa e chinesa: “Sobre a questão da nacionalidade, o governo de Lisboa e a parte portuguesa do GLC têm discursos diferentes. (...) A diferença entre as duas posições tem consequências decisivas para 90 mil portugueses de Macau. (...)”⁵⁹. Foi uma questão amplamente debatida no jornal, desde finais de 96 até inícios de 98 – nos excertos seleccionados, esta

⁵⁸Foram registadas, ao longo dos seis anos de análise, 443 notícias relativas ao macro-tema da política e das questões legais, 72 sobre as instituições e 31 discursos jornalísticos referentes à transição de Hong Kong. Embora o último *item* não se classifique enquanto macro-temas identificados, é considerado essencial para a posterior análise. No total, foram identificadas 546 notícias relativas à transição, recolhidas a partir dos 290 periódicos que constituem o *corpus* desta dissertação.

⁵⁹ Ser ou não ser português, in *Ponto Final*. 09/02/1996. Macau, p. 4.

questão surge (como tema de notícia) cerca de 45 vezes ao longo de cerca de dois anos e meio.

“Enquanto Portugal tem uma lei que admite a dupla nacionalidade, para a China cada pessoa tem apenas uma nacionalidade, assente em laços sanguíneos. Para os muitos portugueses de Macau de etnia, língua e cultura chinesas, levantar-se-ão problemas difíceis de resolver se quiserem conservar o actual estatuto, incluindo a protecção consular e a liberdade de viajar sem passaporte português”⁶⁰. [1996/09/13]

Os discursos de 1996 e 1997 sugerem uma estagnação do acordo (no seio do GLC) sobre o poder de escolha da nacionalidade⁶¹. A parte chinesa defendia que todos os cidadãos macaenses e chineses de Macau deveriam assumir automaticamente a nacionalidade chinesa a partir de 99, independentemente de até aí terem sido considerados portugueses:

“Acho que não devo optar [entre duas nacionalidades]. Tenho a nacionalidade portuguesa e quero continuar a ter. (...) Mesmo que em termos de nacionalidade optasse pela nacionalidade chinesa nunca viveria como uma chinesa, portanto seria uma falsa nacionalidade. Penso que a nacionalidade deve corresponder às características culturais da pessoa e eu sou culturalmente portuguesa. Seria impossível algum dia ser como os chineses”⁶². [1996/08/16]

“O tempo corre para a inevitável retirada assumida pela assinatura da Declaração Conjunta. E a nostalgia anunciada, há dez anos, agarra-se hoje à pele. A comunidade portuguesa divide-se ainda em sentimentos de optimismo e pessimismo em relação ao futuro do Território. Menos dúvidas parece haver em relação aos destinos pessoais, canalizados em massa para Portugal. E a debandada já começou, antes que o regresso se complique. Curiosamente, o inverso também é verdadeiro: ainda há quem aterre em Macau em busca do fascínio do Oriente. Mas agora em assumida aventura a prazo. Em Portugal, por muito pouco que se ligue a Macau, 1999 é uma data que vai minando a consciência colectiva. Mas, afinal, há quem pense que mais vale arriscar, mesmo à última da hora, do que render-se à crise portuguesa.”⁶³ [1997/04/11]

⁶⁰ “Convergência Mínima”, in *Ponto Final*. 13/09/1996. Macau, p. 15.

⁶¹ Entre 1996 e 1998, foram publicadas 35 discursos (apenas notícias e reportagens) que relacionam a questão da identidade com a da nacionalidade, verificando-se, a partir dos discursos, a existência de uma relação de causalidade entre ambos os micro-temas.

⁶² Filhos da terra: “Recuso ser estrangeira em Macau”, in *Ponto Final*. 16/08/1996. Macau, p. 4-5.

⁶³ Nostalgia conjunta, in *Ponto Final*. 11/04/1997. Macau, p. 5.

Os discursos deixam patente a ideia de que a população receava não só a diluição identitária, mas principalmente, a mudança de regime em si. Antes de mais, é necessário esclarecer o conceito de identidade.

Para o último Governador, Rocha Vieira:

“A questão dos macaenses pode ser colocada no topo das prioridades das acções do último governador quando se fala na necessidade de dar continuidade à presença portuguesa em Macau, após 1999. Um claro sinal desta preocupação foi a escolha de dois secretários-adjuntos macaenses, para a área da Educação, Juventude e Desporto (Jorge Rangel) e para a área da Saúde e Acção Social (Ana Peres). Desenvolvendo um apoio concreto à comunidade local, foi possível incentivar os valores da cultura macaense, em particular, promovendo o *patuá*, reconhecendo o seu papel no reforço da sua identidade”⁶⁴

É commumente entendida como um conjunto de valores partilhados por um grupo de indivíduos, identificando-os enquanto isso mesmo: um grupo de indivíduos com os mesmos valores e costumes. Contudo, Stuart Hall (1996) defende uma noção representativa de identidade, encarando a sua conceptualização como puramente imaginada:

“(…) actually identities are about questions of using the resources of history, language and culture in the process of becoming rather than being: not 'who we are' or 'where we came from', so much as what we might become, how we have been represented and how that bears on how we might represent ourselves. Identities are therefore constituted within, not outside representation. (...) They arise from the narrativization of the self, but the necessarily fictional nature of this process in no way undermines its discursive, material or political effectivity, even if the belongingness, the 'suturing into the story' through which identities arise is, partly, in the imaginary (as well as the symbolic) and therefore, always, partly constructed in fantasy, or at least within a fantasmatic field.”⁶⁵

⁶⁴ ALVES, Jorge Manuel dos Santos & SALDANHA, António de Vasconcelos [eds.] Pinto, Paulo Jorge de Sousa; Vale, António Martins do; Silva, Teresa Lopes da & Dias, Alfredo Gomes. *Governadores de Macau*. Macau: Livros do Oriente, p. 508.

⁶⁵ HALL, Stuart (1996) “Who needs ‘Identity’?” in *Questions of Cultural Identity*. (eds) HALL, Stuart & DU GAY, Paul. Londres: Sage Publications, p. 4.

A análise dos discursos permite reflectir sobre a questão da narrativização da identidade, expressa por Hall. O autor afirma que, na maioria dos casos, a conceptualização deste termo não passa a barreira teórica, ou seja, trata-se, simplesmente, de um elemento presente no imaginário dos indivíduos de determinado grupo. Pode ser representado, mas não faz parte do quotidiano de cada um. No entanto, o mesmo conceito parece resultar num paradoxo: por um lado, a presença de uma identidade parece ser essencial – contrariamente, os indivíduos sentir-se-iam excluídos. Mas por outro, se não passa de uma representação imaginada, de que forma é reproduzido e socialmente efectivado? Na verdade, as marcas identitárias não são mais do que elementos simbólicos (re)criados para inculcar valor e sentido à relação que o indivíduo mantém com o outro – com quem partilha um conjunto de valores e ideais, no sentido grupal.

Se a identidade pode ser entendida como um mecanismo presente no imaginário dos indivíduos, poderá servir enquanto ferramenta de instrumentalização, reproduzida através da exaltação de valores, de costumes e de tradições partilhadas? Ou seja, será legítimo admitir que a identidade surge como modo de operacionalizar necessidades efectivas (muitas vezes associadas a questões de carácter político)?

“(…) Carlos Marreiros vai mais longe: considera que o fim da tropa «foi um dos maiores erros políticos de Portugal» porque se tal não tivesse acontecido «teríamos hoje uma Comunidade macaense e lusófona muito mais expressiva [...]”, dando maiores garantias da presença da língua e macaenses tradicionais e os chineses. (...) O acentuar desta tendência, diz Carlos Marreiros, foi e vá eliminando a componente portuguesa (...) O conceito de macaense tem sofrido várias evoluções ao longo dos anos, e face ao período de transição assiste-se a agora a um processo de adaptação às novas realidades — com 1999 tão perto é tempo de fazer novas alianças para o futuro.”⁶⁶
[1996/05/03]

“Construir um modelo de sociedade com uma identidade própria ao nível cultural, político e económico deverá ser a prioridade de Macau até 1999 – considera uma fonte diplomática, que preferiu manter o anonimato. (...) Portugal tem todo o interesse em que, depois de 1999, a RAEM mantenha as suas características próprias. Por seu lado, a China precisa de Portugal para manter uma identidade forte em Macau, o que passará, acima de tudo, pelo reforço da autonomia do

⁶⁶ Os novos macaenses, in *Ponto Final*. 03/05/1996. Macau, p. 2-3.

Território e pela manutenção do grau de abertura internacional que actualmente detém. (...) a grande aposta de Portugal deverá ser a de formar as futuras elites do Território.”⁶⁷ [1996/07/12]

“Carlos Marreiros manifestou-se “moderadamente optimista” quanto ao futuro de Macau como Região Administrativa Especial da China mas afirmou ter “receio” de uma diluição da identidade própria de Macau. “Tenho alguns receios sobre a perda de identidade porque as instituições portuguesas em Macau têm a ‘pátina do tempo’, mas só poderão subsistir com a participação efectiva da comunidade”.”⁶⁸ [2000/01/21]

Num dos excertos anteriores – através da citação de Carlos Piteira – é possível associar questões como a nacionalidade, ou a eventual impossibilidade de representação política por parte dos macaenses, a perdas de liberdade em Macau, pois “serão golpes fatais para a cultura macaense”. O discurso perspectiva algumas questões respeitantes à transição como causas da diluição identitária dos macaenses. Contudo, o inverso também acontece: os discursos jornalísticos sobre a identidade estão, na generalidade, interligados com poderes políticos e liberdades cívicas – ou a sua perda.

Aqui, a dicotomização discursiva do eixo estabilidade/instabilidade torna-se visível, uma vez que os discursos utilizam a questão da perda e ou diluição identitária (dos macaenses e, num sentido mais lato, até da génese da região de Macau) enquanto ferramenta de instrumentalização de necessidades efectivas; no fundo, o debate sobre a identidade assume, no seio do Grupo de Ligação Conjunto (GLC), um cariz essencialmente negocial, tornando-se no principal argumento na proclamação de determinados direitos cívicos e políticos.

Contudo, a conceptualização de “ser macaense” é complexa e, em alguns casos, torna-se, até, ambígua. A análise dos discursos sobre a identidade macaense permite referir a existência de uma manipulação polissémica do conceito “portugueses”. Em alguns momentos, os portugueses são descritos como sendo todos os cidadãos de Macau que partilham uma ou mais características agregadoras e que podem variar entre a língua falada, a ascendência (nacionalidade dos pais) ou mesmo o local de nascimento. No entanto, importa notar que parte das notícias encaram as comunidades macaense e

⁶⁷ As teias da transição, in *Ponto Final*. 12/07/1996. Macau, p. 2.

⁶⁸ Apoio às tropas, in *Ponto Final*. 21/01/2000. Macau, p. 6

portuguesa como uma só, algo patente nos discursos sobre as principais problemáticas da transição, como é a da nacionalidade, por exemplo.

Para tentar explicar a questão da identidade macaense, é primeiro preciso explorar a definição daquilo que se entende por comunidade portuguesa de Macau. São duas as abordagens encontradas nos discursos e que descrevem os portugueses residentes no território de forma diferente:

- Portugueses são todos os indivíduos naturais e nacionais de Portugal e residentes em Macau – esta perspectiva pode, ou não, incluir os macaenses na comunidade portuguesa.
- Portugueses são todos os indivíduos naturais de Portugal e que não são macaenses – premissa que exclui os macaenses enquanto parte integrante da comunidade portuguesa e, naturalmente, todos os indivíduos chineses⁶⁹.

Partindo das premissas acima delineadas, poderá afirma-se que existe uma manipulação dual da identidade macaense? Naturalmente, em alguns casos, surge em oposição à comunidade portuguesa. Esta perspectiva remete a questão identitária macaense para uma perspectiva de singularidade, com um conjunto de valores, de tradições e de costumes próprios, que não podem, à luz do que as notícias mostram, ser encarados como puramente portugueses, ou puramente chineses.

Ainda assim, parece existir nos discursos, um consenso, no que toca ao facto dos macaenses se *sentirem* portugueses. É, por isso, possível afirmar que existem diferentes enquadramentos daquilo que é a identidade macaense, e que estes dependem da perspectiva sob a qual o discurso é produzido. Os macaenses surgem integrados em vários grupos. Ao longo dos anos, foram descritos como “portugueses”, como “macaenses” e, finalmente, como “culturalmente portugueses”. Esta última designação coloca algumas interrogações.

Por um lado, identificam-se com a cultura portuguesa. Contudo, essa identificação apenas diz respeito ao campo cultural. Assim, deverão estes indivíduos ser considerados *chineses com cultura portuguesa*? Ou, por outro lado, deverão ser vistos como

⁶⁹ Esta premissa aponta para a existência de três grupos separados: chineses, macaenses e, finalmente, portugueses “metropolitanos”, assim apelidados por manterem um modo de ser e de viver português, em toda a sua plenitude.

portugueses de Macau? É uma questão que, de acordo com os discursos estudados, suscitou alguma dualidade quanto à sua definição efectiva:

“A «urgência em melhor caracterizar e conhecer a comunidade macaense, quer no seu modo de pensar e actuar, quer nas suas aspirações e intenções, enquanto realidade viva dessa herança inegável» é uma preocupação também sentida pelo antropólogo Carlos Piteira, que no decurso do seu trabalho sobre a comunidade macaense concluiu que, ao contrário do que seria de esperar, «todas as instituições contactadas, quer a nível oficial ou informal, admitiram uma lacuna neste contexto, ou seja, a inexistência de uma base de caracterização sólida da população macaense residente no Território». A ausência de um termo jurídico para a definição de macaense e a dificuldade em encontrar um conceito jurídico aplicável à totalidade do universo de estudados macaenses tem sido um dos obstáculos encontrados no âmbito das negociações sobre a nacionalidade. A definição sociológica e antropológica do macaense também não é consensual (...).”⁷⁰ [03/05/1996]

“[Carlos Piteira] Defende a ideia de que essa cultura híbrida e minoritária na panóplia de etnias que polvilha esta complexa malha urbana, foi capaz de se afirmar, apenas em razão directa da tolerância do poder político português. E essa malha de acolhimento desenlaça-se inexoravelmente nos dias da transição.”⁷¹ [1997/01/24]

“O Ponto Final apurou que o próximo passo é a necessidade de conseguir disponibilidade chinesa para apreciar o caso dos «culturalmente portugueses», ou seja, é necessário estabelecer critérios para que a questão não se limite aos ascendentes portugueses (...) A China chegou a falar numa «prova de sangue», medida que Portugal pensar ser dispensável. Os descendentes de portugueses poderão – na esmagadora maioria dos casos – prová-lo com recurso a documentos. (...) A situação dos culturalmente portugueses (...) é bem mais complicada, estando Portugal disponível para deixar que a outra parte estabeleça a primeira linha de critérios para se encontrar um modelo.”⁷² [1997/10/24]

“Como seria de esperar, o ponto mais sensível continua a ser a maneira como será tratado, em termos concretos, o estatuto dos macaenses que, a ser aplicada de forma inflexível a lei da nacionalidade da RPC, seriam considerados chineses. Ora, conhecendo-se a profunda ligação a Portugal (em termos de nacionalidade) da generalidade dos macaenses, qualquer solução que não

⁷⁰ Um olhar sobre os macaenses, in *Ponto Final*. 03/05/1996. Macau, p. 3.

⁷¹ Morte anunciada, in *Ponto Final*. 24/01/1997. Macau, p. 11.

⁷² A tecla «cultural», in *Ponto Final*. 24/10/1997. Macau, p. 18.

resolva de maneira airosa este ponto sensível arrisca-se a gerar novos problemas, de acordo com opinião comum nos meios macaenses. (...) Onde as ideias parecem não estar tão assentes é em relação ao estatuto que essas mesmas pessoas terão entre as zero horas do dia 20 de Dezembro de 1999 e o momento em que fizerem a opção: serão consideradas portuguesas, chinesas ou gozarão de um estatuto indefinido?”⁷³ [1998/10/16]

“Os macaenses consideram-se portugueses e assim querem continuar, por mais respeito que tenham pela China e pela cultura chinesa. Para o presidente da associação «Macau Sempre», Carlos Marreiros, «é difícil aos macaenses aceitar que, depois de tantos anos como portugueses, sejam considerados chineses». Por outro lado, «o facto de sermos macaenses, portugueses, residentes em Macau, que temos dado provas de que respeitamos a cultura chinesa e termos que fazer a opção por uma coisa que já não somos faz profunda confusão a todos». (...)”⁷⁴ [1998/10/30]

A atribuição, ou não, da nacionalidade portuguesa a cidadãos nascidos em Macau surge patente nos discursos enquanto condição essencial para a permanência no território:

“A questão da nacionalidade é outro aspecto essencial do processo de transição. É cada vez mais urgente a definição do quadro das pessoas que, após 1999, terão garantias de permanecer em Macau como portugueses (...)”⁷⁵ [1996/07/12]

“A conclusão de um acordo sobre a nacionalidade é encarada pelos macaenses como um ponto fundamental para a sua permanência após 1999. A maioria não aceita ficar se não houver uma garantia clara e explícita de que poderá manter a nacionalidade portuguesa e não quer correr o risco de lhe ser imposta a nacionalidade chinesa. (...) Rita Santos afirma que existe entre os funcionários macaenses um sentimento de desilusão e diz mesmo que «se o governo continuar com este tipo de nomeações penso que os macaenses perdem a confiança no futuro». A permanência de uma forte permanência portuguesa em Macau depois de 1999 é encarada como a melhor garantia de sobrevivência da comunidade macaense. A afirmação de uma identidade cultural diferente é a aposta da nova geração que não quer ser absorvida pela China. «os macaenses que continuarem em Macau vão teimar na manutenção da diferença, caso contrário o Território passará a ser um bairro de Zhuhai, o que seria uma tristeza», afirma Carlos Marreiros.

⁷³ Culturalmente correcto, in *Ponto Final*. 16/10/1998. Macau, p. 2.

⁷⁴ O dia seguinte, in *Ponto Final*. 30/10/1998. Macau, p. 18.

⁷⁵ As teias da transição, in *Ponto Final*. 12/07/1996. Macau, p. 2.

(...) Acima de tudo, os macaenses lamentam não terem sido ouvidos durante o processo de transição.”⁷⁶ [1996/09/20]

“Os dois ex-dirigentes [Jorge Fão e Francisco Manhão] recordam ainda que, devido aos sinais positivos dados pela China (incluindo os relativos à nacionalidade), verificou-se uma mudança de atitude entre a comunidade macaense, com um grande movimento no sentido da permanência em Macau, ao contrário da tendência para deixar o Território, que se tinha constatado nos primeiros anos após a assinatura da Declaração Conjunta (...).”⁷⁷ [1998/10/30]

Essa relação directa entre a questão da nacionalidade e conseqüente permanência em Macau parece ter sido, entre 1996 e 1999, a justificação para a produção de uma série de notícias focadas na demarcação e renovação identitárias. Existe uma grande diversidade de perspectivas – dos agentes discursivos e, naturalmente, dos jornalistas – presente nos discursos, sendo possível identificar a predominância de uma dessas abordagens, que aponta para o crescente desaparecimento da forma tradicional de ser macaense. Deste ângulo, Macau é visto como um local que, em 1999, pode vir a perder as suas características básicas, para “ser «engolido» por qualquer uma das regiões vizinhas”.⁷⁸

“Quanto a Macau, dá como provado não haver qualquer hipótese de manutenção da forma tradicional de ser e de estar macaense. Resistir é mudar, adoptando a nova cultura dominante. Diz, Carlos Piteira, que a cultura macaense, no território de origem, «vai perdendo os seus referenciais básicos e, tal como no seu processo evolutivo, tenderá a ser aglutinada por outras culturas dominantes que tratarão de apagar os seus traços e os seus modos específicos de viver». Carlos Piteira advoga que a «ausência de configuração territorial que lhe era peculiar em termos de legitimidade, a aplicação do estatuto de estrangeiro em terra própria e a ausência da relação preferencial com o poder enquanto interlocutor privilegiado assente no bilinguismo», conseqüências da transição, serão golpes fatais para a cultura macaense.”⁷⁹ [1997/01/24]

O micro-tema das localizações, também inscrito na temática da política, foi um dos mais debatidos durante todo o processo, somando mais de 45 ocorrências no material

⁷⁶ Um olhar sobre os macaenses, in *Ponto Final*. 20/09/1996. Macau, p. 18-19.

⁷⁷ O dia seguinte, in *Ponto Final*. 30/10/1998. Macau, p. 18.

⁷⁸ O que vai acontecer depois de 1999?, in *Ponto Final*. 18/12/1998. Macau, p. 8.

⁷⁹ Morte anunciada, in *Ponto Final*. 24/01/1997. Macau, p. 11.

seleccionado. Carmen Amado Mendes ilustra a relevância desta questão, categorizando-a em três subtemas: serviços públicos (ou civil), língua e leis. Eram, aparentemente, três questões que ambas as partes pretendiam resolver com rapidez antes da mudança de soberania, uma vez que iriam ter efeito imediato a 20 de Dezembro de 1999. A localização dos serviços públicos foi, de entre todos, o *dossier* que parece ter gerado mais discórdia, pois visava tanto o pagamento de pensões a trabalhadores da função pública portuguesa que se haviam reformado antes da transferência, como a reintegração daqueles que queriam voltar para Portugal.

Os negociadores portugueses alegavam que as reformas deveriam ser pagas com as receitas do estado da RAEM, mas a China aprovou esta medida apenas para os indivíduos que, a 19 de Dezembro, já se encontrassem reformados.

Outro ponto fundamental é a reforma dos serviços da administração pública. «Precisamos de deixar uma moderna e mais eficiente» (...) A transição no sector da administração pública é consensualmente considerada como a mais problemática. Teme-se que a quase paralisia dos serviços públicos, devido à inexistência de quadros que possam satisfazer as necessidades da máquina administrativa pós-99. (...) O processo de localização de quadros que o governo de Macau tem vindo a efectuar levanta sérias dúvidas, especialmente entre a comunidade portuguesa, que acusa o governo de estar apenas a achinesar os quadros.»⁸⁰ [1997/07/12]

“O governador Rocha Vieira admitiu ontem de regresso a Macau após a reunião do Conselho de Estado, compreender a «ansiedade» da China sobre a localização de quadros, mas rejeitou quaisquer formas de pressão para acelerar o processo. (...) Rocha Vieira assegurou que o Governo local está empenhado na localização, mas considerou que o processo tem o seu «ritmo próprio», tendo em conta a eficiência da Administração Pública.»⁸¹ [1997/04/18]

“Médicos e enfermeiros do hospital Conde de S. Januário afirmam estar «cada vez mais preocupados» com o atraso na localização das chefias, ao mesmo tempo que acusam o não reconhecimento das respectivas competências e denunciam falta de apoio, nomeadamente no campo da formação. Com o aproximar da transição de Macau para a administração chinesa, estes profissionais da Saúde dizem estar a ser «prejudicados», já que a anunciada retirada dos colegas portugueses, que regressarão a Portugal, «não está a ser feita de forma coordenada», o que

⁸⁰ As teias da transição, in *Ponto Final*. 12/07/1996. Macau, p. 3.

⁸¹ Localização de quadros, in *Ponto Final*. 18/04/1997. Macau, p. 7.

significará, no seu entender, um vazio «que depois pode ser aproveitado pela China para o ocupar com médicos e enfermeiros» da RPC.»⁸² [1997/09/05]

“Ao todo, perto de 1900 exerceram o que a lei lhes facultou, mas o correr do tempo acabou por fazer mudar de opinião um já elevado número de trabalhadores. Números arredondados apontam para 50 os que já desistiram da integração, 40 os que abandonaram a ideia de uma aposentação antecipada e 200 os que retrocederam nos pedidos de desvinculação. Todos voltaram ao início, ou seja, querem continuar a trabalhar em Macau mesmo quando o território for Região Administrativa Especial”.⁸³ [1998/04/17]

Contudo, a produção jornalística relativa à localização dos quadros vai sofrendo uma diluição crescente, para deixar de existir em Fevereiro de 1999, momento em que o assunto é proclamado pelo jornal – referenciando Rocha Vieira – como uma “«(...) aposta ganha e bem ganha»”.

“O vice-director do Gabinete dos Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado chinês, Chen Ziyang, garantiu em Pequim que não ocorrerão «despedimentos em massa», na administração de Macau após 1999. (...) Para Chen Ziyang, acrescenta o Ou Mun, os funcionários públicos devem permanecer e dar «novos contributos para uma transição sem sobressaltos em Macau e para um futuro melhor».”⁸⁴ [1998/08/28]

“O representante português do grupo de trabalho do Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês (GLC) anunciou esta semana que os próximos meses vão registar progressos muito significativos na localização de quadros da função pública.”⁸⁵ [1998/09/11]

“O governo de Macau declarou esta semana encerrado o processo de localização de quadros da função pública em preparação para a transferência da administração do território para a China em 20 de Dezembro. «Podemos dizer com tranquilidade que a localização de quadros foi uma aposta ganha e bem ganha», afirmou o governador de Macau, Rocha Vieira (...)»⁸⁶ [1999/02/05]

⁸² Urgência: localizar, in *Ponto Final*. 05/09/1997. Macau, p. 11.

⁸³ Adeus Portugal, in *Ponto Final*. 17/04/1998. Macau, p. 19.

⁸⁴ Pós-1999 sem despedimentos, in *Ponto Final*. 28/08/1998. Macau, p. 5.

⁸⁵ China pede mais localização, in *Ponto Final*. 11/09/1998. Macau, p. 20.

⁸⁶ Localização encerrada, in *Ponto Final*. 05/02/1999. Macau, p. 18.

A localização da língua também gerou alguma discussão, uma vez que os portugueses faziam tenções de que a língua portuguesa continuasse a ser oficial, enquanto a China queria oficializar o chinês. Segundo Mendes (2013),

“The portuguese decided to publish legislation conferring official status on Chinese (...) In exchange, they wanted assurances that the Portuguese language would remain official in the Macau Basic Law after 1999. (...) the Macau administration gradually adopted measures to extend the official use of Chinese, to improve the quality of the interpreters-translators training, as well as to support Sino-Portuguese education. As a result a team was created by the administration to assess the plans for the bilingualism and linguistic training generalization in the administration.”⁸⁷

Embora a China não recuasse com a decisão de recusar a dupla nacionalidade, permitiu que os cidadãos de Macau pudessem escolher entre serem “nacionalmente” portugueses ou chineses. Uma vez que a nova RAEM não permitia que cidadãos portugueses exercessem cargos políticos de direcção – na Assembleia Legislativa de Macau e outros órgãos públicos –, quem desejasse cumprir funções deste tipo teria que ponderar a questão da mudança de nacionalidade:

“According to the Chinese JLG delegation, Chinese should occupy 97 per cent of middle and high-ranking positions in the future administration or at the very least something approaching the ethnic proportions of the population. (...) The Chinese position on this issue was that the Portuguese civil servants who chose to stay in Macau after the handover could not remain Portuguese civil servants as dual national status would not be accepted in the future Special Administrative Region government.”⁸⁸

É, mais uma vez, possível identificar uma dicotomização relativamente à questão da localização da língua e dos subsídios⁸⁹ – a primeira emerge antes da segunda, mas ambas surgem em 1998 e 1999, simultaneamente enquadradas nas *Questões de peso ainda por resolver* ou enquanto «*Um acto inamistoso*»⁹⁰. A questão das localizações – a par com a

⁸⁷ MENDES, Carmen Amado (2013) *Portugal, China and the Macau Negotiations: 1986-1999*. Hong Kong: Hong Kong University Press, p. 79.

⁸⁸ *Ibid.*, pp. 76-77.

⁸⁹ A questão dos subsídios de reintegração e da língua é discutida em 22 notícias.

⁹⁰ As expressões em itálico são títulos de notícias publicadas pelo jornal aqui em análise.

da nacionalidade – parece ter sido das mais complexas, uma vez que poderia vir a pôr em causa as liberdades do Território e, em alguns casos, o cumprimento da Lei Básica:

“Está aberto mais um contencioso entre as diplomacias de Lisboa e Pequim. O incidente teve lugar ontem na capital chinesa, durante uma reunião do grupo de assuntos jurídicos da Comissão Preparatória. Um membro da Comissão (...) defendeu que o português deixará de ser língua oficial em Macau após a transferência de administração. Analisava-se na altura um diploma do governo de Macau que recomenda o conhecimento do português e do chinês para a progressão nas carreiras da polícia.”⁹¹ [1999/01/15]

“Um exemplo de guerra de desgaste que tem feito a história das negociações luso-chinesas sobre Macau é o da regulamentação do estatuto oficial das línguas portuguesa e chinesa antes da transferência de administração, considerada um ‘ponto de honra’ pela parte portuguesa – que pretende salvaguardar a validade do uso do português em actos administrativos pós-1999 – e uma questão acessória pela parte chinesa. A regulamentação das línguas está agora à beira da formalização do consenso no GLC, mas apenas depois de um ano e meio de impasse, em que as insistências da parte portuguesa se defrontaram em diálogo de surdos com a posição chinesa de que a questão seria assunto a tratar pelo primeiro governo pós-transferência de poderes.”⁹² [1999/09/10]

“A regulamentação do estatuto oficial das línguas portuguesa e chinesa em Macau vai ser formalizada em diploma a publicar na próxima semana. O projecto do decreto-lei da regulamentação das línguas oficiais, que foi um dos principais pontos de atrito nas negociações do Grupo de Ligação Conjunto (GLC), consagra o português e o chinês como línguas oficiais de Macau ‘bem como o princípio da sua igual dignidade.’⁹³ [1999/12/10]

A questão da atribuição de subsídios e de pensões da função pública surge em paralelo com as localizações já referidas. É de sublinhar que os discursos respeitantes a estas problemáticas denotam uma constante discórdia entre Portugal e a China, como ilustram os seguintes excertos, relativos ao pagamento das pensões e dos subsídios:

⁹¹ «Um acto inamistoso», in *Ponto Final*. 15/01/1999. Macau, p. 4

⁹² Questões de peso ainda por resolver, in *Ponto Final*. 10/09/1999. Macau, p. 15.

⁹³ Estatuto oficial das línguas vai ser regulamentado, in *Ponto Final*. 10/12/1999. Macau, p. 7.

“As vozes chinesas uniram-se e em unísono atacaram, durante esta semana, o recente parecer da Procuradoria Geral da República (...) que atribui a responsabilidade aos cofres de Macau no pagamento dos subsídios de reintegração a todos os governantes do Território que exerceram funções após 1974. (...) Para Wang Qiren, Macau dispõe de um quadro legal, como território regidos por leis próprias, que «os regulamentos de Portugal devem ter em consideração, a par dos interesses da população». E para que não restem dúvidas, Wang rematou em seco «a parte chinesa está atenta ao assunto». (...) Posição idêntica demonstrou Pun Iok Lan, vice-presidente da Associação Geral de Operários, reafirmando a inexistência de qualquer razão no pagamento da «bolada» por parte de Macau, onde as «autoridades competentes têm de assumir responsabilidade na defesa dos interesses do Território». (...) Apesar dos protestos, fonte oficial reconfirmou ao Ponto Final a intenção de dar andamento ao processo (...) «O parecer da Procuradoria é claro, é para se pagar e a Administração de Macau vai cumprir».”⁹⁴ [1998/07/31]

“O Governo de Macau tem algumas possibilidades de «contornar» a polémica dos subsídios a serem pagos aos governadores e secretários-adjuntos que cumpriram serviço depois de 1974. Por aquilo que o Ponto Final apurou, o Governador estuda ainda uma solução que se enquadre neste princípio: a lei tem que ser cumprida e a lei é, neste momento, o parecer da Procuradoria Geral da República (...) No caso deste cenário não se concretizar, resta ao governador mandar aplicar a decisão da procuradoria e pagar!”⁹⁵ [1998/08/14]

“Pode ser a decisão mais inesperada na polémica dos subsídios: Lisboa paga! Ainda não há decisão, mas há vontade em que isso aconteça. Para já é Sousa Franco quem faz as contas ao dinheiro disponível. Entre uma previsível polémica legal e o medo de represálias por parte dos chineses, há quem peça «uma atitude construtiva de Lisboa»... O que conseguimos apurar é que, depois da polémica em Macau, agora é a vez do assunto suscitar alguma polémica em Lisboa. Se Lisboa – num gesto de boa vontade para com a RPC – assumir esse pagamento, há que salvaguardar todas as partes envolvidas. (...) Se Lisboa optar por uma «atitude construtiva», (...) chamando a si o pagamento – até porque se trata de uma verba ridícula no global do Orçamento – é de esperar a sensibilização da RPC para a cedência – exigindo contrapartidas, que podem passar pelos inúmeros assuntos bloqueados ou estacionados.”⁹⁶ [1998/09/25]

“Está tudo pronto, o dinheiro até existe, mas os pagamentos ainda não foram feitos: não se sabe como transferir de Lisboa para Macau a verba. Um problema para os especialistas de finanças,

⁹⁴ Críticas cerradas, in *Ponto Final*. 31/07/1998. Macau, p. 4-5.

⁹⁵ Subsídios: e agora?, in *Ponto Final*. 14/08/1998. Macau, p. 7.

⁹⁶ E se Lisboa pagar?, in *Ponto Final*. 25/09/1998. Macau, p. 17.

quando encontrarem tempo...(...) Não há memória de Portugal ter transferido dinheiro para Macau, pelo que resolver tecnicamente este precedente é o grande desafio do momento.”⁹⁷
[1998/11/31]

Já no final de 1997, surge um outro problema – desta vez, de carácter social – associado à segurança pública em Macau⁹⁸. Os anos de 1997 e 1998 foram particularmente prolíficos ao nível da criminalidade – assaltos, tortura e homicídios. Os responsáveis pelos ataques eram membros de grandes grupos das máfia locais (“14K” e “Gasosa”). As vítimas foram, principalmente, membros da Polícia Judiciária (PJ) e outras personagens influentes no meio português, como advogados ou figuras políticas. Especulava-se que o aumento significativo da criminalidade das tríades⁹⁹ estava intimamente relacionado com a detenção de um dos líderes de máfia chineses, Wan Kuok Koi.

Este ciclo de crimes aumentou exponencialmente de 1996 para 1997 e o número de mortes a eles associadas quase triplicou (de 6 para 20). Já em 1999, registaram-se 57 crimes de homicídio em Macau e apenas 10 no ano seguinte¹⁰⁰ – primeiro ano de administração chinesa. O combate a este tipo de crimes estava à responsabilidade do governo de Rocha Vieira, que não conseguiu que vaga de criminalidade cessasse. Consequentemente e tendo em conta a aproximação da data da cerimónia de transferência, os discursos denunciam as advertências do governo central da China – que segue uma política de tolerância zero no que respeita aos crimes (principalmente em casos de tráfico de estupefacientes) – à administração de Macau para que esta tomasse medidas efectivas de combate ao crime na região, tendo-se transformado num tema manifestamente sensível e mediatizado pela imprensa:

“O debate sobre a segurança terminou com os deputados e o Executivo a reconhecerem a necessidade de se melhorar a comunicação entre as autoridades e a população. (...) Manuel Monge, secretário-adjunto para a Segurança, afirmou que «um excessivo tratamento noticioso de actos

⁹⁷ Dinheiro parado, in *Ponto Final*. 13/11/1998.

⁹⁸ A questão da criminalidade e da insegurança soma 10 ocorrências diluídas entre 1997 e 1999.

⁹⁹ Nomenclatura dada às ramificações (subgrupos) de organizações criminosas chinesas.

¹⁰⁰ Dados oficiais do Ministério Público da RAEM. [Acedido a 18/10/2013]. Disponível em <http://www.mp.gov.mo/pt/int/2007-10-30.htm>.

criminosos contribui para a criação de um clima de insegurança», chegando mesmo a afirmar que «a criminalidade em Macau tornou-se numa moda».¹⁰¹ [1997/11/28]

“As autoridades chinesas confundem cooperação bilateral com não-ingerência nos assuntos de Macau, que competem exclusivamente à parte portuguesa até 19 de Dezembro de 1999, disse uma fonte da administração. «A China está a furtar-se à cooperação em matéria de repressão à criminalidade transfronteiriça, sob o argumento de não-interferência nos assuntos do Território», adiantou a mesma fonte.»¹⁰² [1998/05/29]

“O vice-ministro adjunto da Segurança Pública da República Popular da China, Zhu Entao, elogiou em Macau os «resultados positivos» da cooperação entre o território e a China no combate ao crime. (...) Zhu Entao reiterou que, durante o período de transição, «cabe ao Governo do território a manutenção da segurança» local mas manifestou disponibilidade para «encetar mais esforços» para cooperar com Macau no combate à criminalidade e na manutenção da «segurança social».¹⁰³ [1998/12/11]

Aquilo que os discursos permitem apurar é que a China mantém uma posição paradoxal em relação à criminalidade em Macau. Os excertos acima apontam para uma abordagem não intervencionista por parte da China que, por outro lado – como está patente nos próximos discursos – parece pressionar o governo português para agir.

“A China exigiu que Portugal «assuma responsabilidades efectivas» para garantir a segurança em Macau e que, nesse sentido, tome medidas «eficazes» para que o território sob a administração portuguesa «volte a ter boa ordem social».¹⁰⁴ [1998/05/29]

“A China espera que o governo de Macau "assuma verdadeiramente as suas responsabilidades" e melhore a situação da segurança pública no território, disse um responsável chinês pelos assuntos locais. "A menos de um ano (da transferência da administração de Macau, para a China, em 20 de Dezembro) esperamos que o governo de Macau assuma verdadeiramente as suas responsabilidades e melhore a situação da segurança pública como única maneira de concretizar uma transição

¹⁰¹ Continuidade na transição, in *Ponto Final*. 28/11/1997. Macau, p. 25.

¹⁰² Diferendo sobre segurança, in *Ponto Final*. 29/05/1998. Macau, p. 24.

¹⁰³ Cooperação anti-crime, in *Ponto Final*. 11/12/1998. Macau, p. 18.

¹⁰⁴ China exige responsabilidades, in *Ponto Final*. 29/05/1998. Macau, p. 24.

serena e uma transfe-rência de poderes pacífica", disse Chen Ziyong, vice-director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau."¹⁰⁵ [1999/01/08]

Pina-Cabral (2005) estabelece a relação entre a descolonização de um território e eventos inesperados, efectivando a sua pesquisa com o caso específico de Macau e a relação entre a transferência de soberania e a onda de crimes, que cessou completamente, apenas a um mês da cerimónia da transição, como registado pelo seguinte discurso, de inícios de 1999: "O vice primeiro-ministro chinês, Qian Qichen desdramatizou ontem a questão da ordem pública em Macau, afirmando que o território é «muito seguro»."¹⁰⁶

A literatura refere duas questões de interesse. A primeira tem que ver com a mútua "atribuição de responsabilidades" – tanto pelos delitos, como pela demora na sua resolução –; a segunda está relacionada com a justificação para a prática dos crimes e com o facto desta ser coincidente com a transição de Hong Kong.

A advertência, por parte da China, para que este problema fosse resolvido de forma eficaz levou a que a imprensa chinesa (em Macau) e de Hong Kong caracterizassem o governo português de ser corrupto e pouco eficaz, justificando a "Guerra das Triades" com o mesmo argumento: "the media coverage and stage setting of the violence were so intense and excessive that the formal end of colonial administration in Macao will forever be marked by it."¹⁰⁷ A onda de criticismo ao governo português também foi surgiu no *Ponto Final*: "A imprensa chinesa fez-se imediatamente eco deste coro de críticas e voltou à carga no dia seguinte para, a propósito da reacção do governador, expressar o sentir da população local."¹⁰⁸

Em suma, os discursos parecem demonstrar que estes conflitos valeram à administração portuguesa a reputação de um governo despreocupado com a situação social do território, culminando na opinião geral – da população chinesa de Macau e da própria China – de que a mudança de soberania seria algo positivo, tendo em conta os recentes incidentes sucedidos sob alçada portuguesa. No entanto, o clima geral de concordância não implica

¹⁰⁵ Criminalidade em Macau: China atenta, in *Ponto Final*. 08/01/1999. Macau, p. 28.

¹⁰⁶ Macau é seguro, in *Ponto Final*. 19/03/1999. Macau, p. 5.

¹⁰⁷ PINA-CABRAL, João (2005) "New age warriors: negotiating the handover on the streets of Macao", in *Journal of Romance Studies*, vol. 5, nº1. Institute of Germanic & Romance Studies, Londres: Berghahn Books, p. 10.

¹⁰⁸ Tanto dinheiro, ou tanta gente?, in *Ponto Final*. 02/07/1999. Macau, p. 6.

a ausência de divergências, nomeadamente, no que diz respeito à questão do estacionamento das tropas do Exército de Libertação Popular, temática que surge 26 vezes, entre Outubro de 1998 e Dezembro de 1999¹⁰⁹:

“O debate [sobre o envio de tropas para Macau] extremou-se quando se iniciou a intervenção dos académicos da Universidade da Ciência e Tecnologia de Hong Kong. (...) são da opinião que o estacionamento das tropas não garante, por si só, a soberania do Território. (...) os que se pronunciam contra a presença das tropas, também invocaram a Lei Básica, para dizer que a permanência do Exército será encarada como uma questão de defesa nacional e não um garante de segurança da população (...) Por outro lado, consideram ainda que a presença das tropas em Zhuhai é suficiente, uma vez que a distância até Macau é muito reduzida.”¹¹⁰ [1998/10/16]

“Portugal já mostrou e vai continuar a mostrar algum desagrado pela forma como a China, através do vice-primeiro-ministro Qian Qichen, tratou a questão da instalação das tropas em Macau antes de 20 de Dezembro. (...) Para além do incómodo e, mais do que isso, da irritação que todo este contexto provocou no Presidente, (...) Portugal só entende a atitude de Qian Qichen como demonstrativa de algum «desespero» por ainda não ter sido dada uma resposta à pretensão chinesa de fazer avançar alguns militares em regime de preparação.”¹¹¹ [1999/04/09]

“Existem suspeitas, entre a administração portuguesa de Macau, de que a Lei dos estacionamento das tropas contenha disposições que facilitem a intervenção do Exército na segurança interna da RAEM, apurou o Ponto Final. (...) Algumas pessoas que primeiro tiveram acesso ao primeiro texto que a Comissão de Assuntos Jurídicos da Assembleia Nacional Popular está a discutir ficaram um pouco assustadas foi quando surgiu a indicação de que o Exército chinês em Macau teria competências na área da segurança pública (...).”¹¹² [1999/05/28]

“Uma vez que com ou sem Jorge Sampaio, Jiang Zemin estaria presente nas cerimónias (...), o tema das tropas transformou-se no ponto mais complexo das negociações: depois do que o Presidente português disse na despedida de Macau (...), a situação radicalizou-se e a China começou a equacionar a possibilidade de obter uma recusa taxativa de Portugal. Entre o tudo, que seria a autorização para o destacamento avançado, e o nada, que esteve «em cima da mesa»,

¹⁰⁹ O restante período estudado carece de notícias sobre o estacionamento das tropas, pois 1998 foi a data em que a decisão foi efectivada.

¹¹⁰ O Exército da Discórdia, in *Ponto Final*. 16/10/1998. Macau, p. 19.

¹¹¹ Portugal “zangado”, in *Ponto Final*. 09/04/1999. Macau, p. 14.

¹¹² Tropas sob suspeita, in *Ponto Final*. 28/05/1999. Macau, p. 23.

Pequim obteve menos que o meio termo mas ainda assim o suficiente para deixar os responsáveis chineses satisfeitos (pelo menos aparentemente).”¹¹³ [1999/10/29]

O macro temas das Instituições foi, de acordo com a literatura, essencial durante as negociações da transição. A polémica das instituições foi tida de diferentes perspectivas pelo *Ponto Final*. Esta temática inclui questão como a criação e financiamento das fundações Oriente e Jorge Álvares ou da Escola Portuguesa de Macau (EPM). O discurso subjacente a todas as notícias relativas à criação destas instituições tinha que ver, principalmente, com a permanência dos portugueses no território, argumento que surge bastante visível na questão da Escola Portuguesa, como se demonstra mais à frente¹¹⁴.

No caso da Fundação Oriente, o problema residia, aparentemente, no destino das receitas estatais de Macau que, de acordo com a parte portuguesa – tal como descrito no *Ponto Final* – deveria servir para a construção de instituições de carácter educacional e cultural, argumentando que seria em prol da permanência portuguesa em Macau. O caso da Fundação Oriente teve que ver, principalmente, com a gestão da instituição, com relação à origem do seu financiamento, como ilustra Yee (2001):

“One particular issue which the Portuguese refused to include in the agenda was the question of the Orient Foundation. The Orient Foundation was registered in Lisbon in 1988 and its aim was to develop Portuguese culture and its continuity in the Orient. The financial source of the Foundation came mainly from the annual contribution of the local casinos (...), that is, the Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM). The Chinese side raised the issue at the JLG meetings and argued that the Orient Foundation should be based in Macau and managed by a team of local citizens since its financial source mainly came from Macau. The Portuguese argued that since the Foundation was a private non-governmental organization its problems should be discussed at JLG meetings. (...) In the end, the Portuguese side agreed to discuss the issue at JLG meetings. (...) The two sides agreed to terminate the annual contribution from STDM to the Orient Foundation effective from January 1996 and to set up a new local foundation which receives the annual contributions from STDM.”¹¹⁵

¹¹³ “Exército avançado”?, in *Ponto Final*. 29/10/1999. Macau, p. 12.

¹¹⁴ No total, somam-se 32 notícias relativas à criação das Fundações e da EPM – 13 sobre a Fundação Oriente, 8 sobre a Fundação Jorge Álvares e, finalmente, 11 relativas à construção e financiamento da Escola Portuguesa.

¹¹⁵ YEE, Herbert S. (2001) *Macau in Transition: From colony to autonomous region*. Londres: Palgrave Macmillan. p. 12.

Relativamente à questão da Fundação Oriente, o jornal parece fazer a mesma leitura que se encontra expressa na obra de Yee: tal como a sua criação, também a sua continuação compreende um momento crítico e sensível no processo de transferência, ideia patente nos excertos aqui delineados:

“Dos vários *dossiers* pendentes entre Portugal e a China sobre a transição de Macau, a resolução da questão da Fundação Oriente é o único que poderá sofrer avanços significativos a curto prazo. O Ponto Final apurou (...) que estão concluídos os trabalhos preparatórios sobre a reformulação dos estatutos da Fundação Macau, com vista a adaptá-la ao mandato específico de suceder à FO na percepção das receitas previstas no contrato de jogos da STDM.”¹¹⁶ [1996/09/13]

“É a grande novidade do GLC. Se a Fundação Oriente quiser desbloquear o último obstáculo, terá que gastar em Macau dinheiros que transferiu para Lisboa. A bola está agora nas mãos de Carlos Monjardino. (...) o «caso FO» está «por um fio», ou seja, apenas um único assunto divide os diplomatas portugueses e chineses (...) Até Junho, portanto, caberá ao presidente daquela fundação decidir se concorda ou não com o que terá sido proposto pelos chineses, com o posterior processo negocial a abordar qual o montante implicado na tal «retransferência».”¹¹⁷ [1997/03/21]

“«As nossas relações estão perfeitamente arrumadas. Já não há quaisquer contenciosos», disse o presidente da FO, Carlos Monjardino (...) O contencioso ficou resolvido em 1996, quando o Grupo de Ligação Luso-Chinês, o organismo encarregue de acompanhar o processo de transição de Macau, decidiu que os fundos atribuídos à FO passariam para uma nova fundação, com sede em Macau.”¹¹⁸ [2000/03/24]

A questão da Fundação Jorge Álvares foi outros dos temas bastante mediatizado pelo jornal. A centralidade desta questão é, uma vez mais, a fonte de financiamento e, posteriormente, a composição do seu corpo administrativo¹¹⁹. As notícias apontam para potenciais ilegalidades na criação da FJA por Rocha Vieira. Os discursos são caracterizados por um tom crítico e irónico – por parte dos jornalistas – e pensa-se que o

¹¹⁶ Convergência mínima, in *Ponto Final*. 13/09/1996. Macau, p. 15.

¹¹⁷ Os dinheiros da nuvem, in *Ponto Final*. 21/03/1997. Macau, p. 2.

¹¹⁸ Relações «estão arrumadas», in *Ponto Final*. 24/03/2000. Macau, p. 24.

¹¹⁹ As notícias referentes a esta questão surgem apenas em 2000 e 2001, uma vez que a criação da fundação data de finais de 1999.

seu emprego pode estar relacionado com a própria natureza do tema, que causou significativa polémica desde os últimos meses da administração portuguesa, até finais de 2001, como a análise permitiu concluir.

“Rocha Vieira na presidência... da Fundação Jorge Álvares, criada em Macau nos últimos dias da administração portuguesa. Na véspera das cerimónias houve mesmo uma reunião – a primeira – com os ex-governantes e futuros curadores, a que assistiu Stanley Ho. O presidente da STDM levava 50 milhões de patacas no bolso para o arranque. (...) alguns elementos com quem o Ponto Final falou referiram ter dúvidas sobre o processo de constituição da Fundação Jorge Álvares: se Carlos Monjardino foi (e é) muito criticado por presidir a uma instituição que ele ajudou a criar, enquanto governante, o mesmo se passará – em certa medida – com alguns dos elementos que vão integrar a nova Fundação.”¹²⁰ [2000/01/14]

“A FJA nasce marcada pela polémica mas também pelos escassos recursos financeiros: uma fundação com três milhões de contos tem poucas possibilidade de sobrevivência, a menos que receba ajudas regularmente. E esse terá sido outro dos temas discutidos na reunião de curadores: é pacífico entre todos que a Fundação tem de encontrar meios complementares. (...) Vários políticos responsáveis em Lisboa, com quem o Ponto Final falou nos últimos dias, mostraram-se “chocados” com as notícias relacionadas com a Fundação Jorge Alvarez (FJA). “Incredulidade”, “má imagem” para Portugal e “degradantes” foram algumas das palavras que ouvimos junto das pessoas que até há pouco tempo mantinham ligação institucional a Macau ou, em dois casos, ainda estão em funções.”¹²¹ [21/01/2000]

“A opção de Edmund Ho por uma abordagem minimalista, a confirmar-se, poderá estar relacionada (...) sobretudo com o milindre de algumas questões ali [num relatório oficial] suscitadas. (...) Quando ao antigo governador (a que o relatório se refere quase sempre como o sr. Vasco Rocha Vieira), começa por dizer que, enquanto presidente do Conselho de Curadores da FCDM, deveria ter submetido a concessão do subsídio à aprovação daquele mesmo órgão. (...) Depois, o documento cita vários preceitos das leis em vigor para concluir que o ex-governador deveria ter-se considerado impedido (por interesse manifesto na questão) em tudo que estivesse relacionado com a concessão do subsídio. (...) o relatório conclui também, como corolário lógico, que Rocha Vieira violou a lei e que, ao fazê-lo, terá incorrido numa infracção disciplinar grave.

¹²⁰ Vieira a Presidente!, in *Ponto Final*. 14/01/2000. Macau, p. 12.

¹²¹ Choque frontal, in *Ponto Final*. 21/01/2000. Macau, p. 3.

Finalmente, o ex-governador é ainda acusado de ter interferido directamente na concessão de um subsídio de momento elevado sem ter fundamento legal para o fazer.”¹²² [2000/03/24]

Grande parte dos discursos jornalísticos invoca a criação das instituições como mecanismos potenciadores da permanência da cultura e da língua portuguesas, materializadas sob a forma de actividades e iniciativas de foro cultural, artístico e educativo. É útil, então, verificar sob que modelos discursivos surge a construção da Escola Portuguesa de Macau. O enquadramento noticioso – relativamente ao estabelecimento de ensino – predominante secundariza a criação da escola enquanto mecanismo de demarcação portuguesa. Ao invés disso, os argumentos discursivos utilizados apontam para a exploração deste tema enquanto parte integrante das negociações entre as partes portuguesa e chinesa.

Apenas três notícias reportam a criação da Escola enquanto ferramenta de instrumentalização, ou seja, inscrevendo-a como elemento essencial para a demarcação da identidade portuguesa – e, conseqüentemente, da macaense – na RAEM: “A existência de uma escola portuguesa é fundamental para garantir a preservação de uma cultura de matriz portuguesa e manter vivo o uso da língua portuguesa.”¹²³

A análise permitiu criar uma construção diacrónica da questão da EPM, inscrevendo-a no tempo e no contexto de Macau:

“«A criação da Escola Portuguesa de Macau, cujo funcionamento se iniciará em 1998/99, marca (...) o fim de uma fase e o início de outra em que, pelo menos durante 50 anos, mas provável e desejavelmente para sempre, serão muitas as nossas responsabilidades», afirmou. Ana Benavente escusou-se a especificar pormenores sobre a EPM, alegando que a questão continua a ser discutida entre Portugal e a China (...).”¹²⁴ [1997/05/23]

“Até agora, pouco se sabe sobre a Escola Portuguesa. Falta um ano lectivo para a data prevista da entrada em funcionamento. (...) O ano lectivo que vai começar na próxima semana, será o último antes do início da Escola Portuguesa. No ano seguinte, deverá entrar em funcionamento a escola

¹²² Acto ilegal e anulável, in *Ponto Final*. 24/03/2000. Macau, p. 12-13.

¹²³ Os novos macaenses, in *Ponto Final*. 20/09/1996. Macau, p. 19.

¹²⁴ Escola Portuguesa arranca, in *Ponto Final*. 23/05/1997. Macau, p. 11.

que terá como principal função, assegurar a continuidade do ensino da língua portuguesa em Macau.”¹²⁵ [1997/09/12]

“As próximas despesas da Escola Portuguesa vão ser pagas com recurso ao fundo patrimonial da Fundação [Oriente] (...). Por um lado, ainda não existe orçamento aprovado para o próximo ano lectivo, por outro continua a faltar dinheiro para pagar as obras.”¹²⁶ [1999/09/10]

“Uma melhor integração dos jovens na sociedade local, chinesa, está na origem da decisão de maior impacto sobre o futuro próximo da Escola Portuguesa: a introdução – possivelmente já no próximo ano – do chinês como disciplina curricular, logo obrigatória. (...) Se há os que defendem o mandarim pela sua aparente maior facilidade de aprendizagem e pela maior importância que detém, outros contrapõem com a pouca relevância do mandarim a nível local, uma vez que no território o quotidiano é expresso em cantonês.”¹²⁷ [2001/04/12]

Actualmente, a EPM é subsidiada pela Fundação Macau, que assume parte dessa tarefa até 2017. Em entrevista ao jornal de língua portuguesa de Macau, *Tribuna de Macau*, Carlos Monjardino¹²⁸ manifestou-se acerca desta problemática:

“O presidente da Fundação Oriente (FO) garante que o financiamento da Escola Portuguesa de Macau (EPM) é um capítulo fechado, porque “não faz sentido” que uma instituição privada apoie “para sempre” uma iniciativa do Estado português. “Não, acabou, chega. Não fomos feitos para apoiar para sempre uma iniciativa que é do Estado português. Fizemo-lo durante muitos anos, mas não podemos fazer isso a vida inteira. É um disparate e não estamos aqui para isso”, afirmou Carlos Monjardino.”¹²⁹

A análise permitiu determinar que a continuidade dos meios de comunicação e de locais como a Livraria Portuguesa, emergiram nos discursos enquanto potenciais

¹²⁵ No segredo dos deuses, in *Ponto Final*. 12/09/1997. Macau, p. 2.

¹²⁶ Escola recorre ao fundo, in *Ponto Final*. 10/09/1999. Macau, p. 24.

¹²⁷ Factor casa, in *Ponto Final*. 12/04/2001. Macau, p. 13.

¹²⁸ Carlos Monjardino é o Presidente da Fundação Oriente. A Escola Portuguesa de Macau foi um dos projectos de maior relevo da fundação, juntamente com a criação e manutenção do IPOR (Instituto Português do Oriente). Actualmente, a gestão financeira da escola passou para a Fundação Macau, igualmente sediada em Lisboa, Portugal.

¹²⁹ “Não damos mais à Escola Portuguesa”, in *Tribuna de Macau*. 18/03/2013. Macau.

[Acedido a 24/10/2013]. Disponível em <http://jtm.com.mo/local/nao-damos-mais-a-escola-portuguesa/>.

materializações da sobrevivência da marca portuguesa no território¹³⁰. Os excertos abaixo apresentados demonstram como é que a imprensa, por exemplo, é encarada enquanto plataforma de proliferação da cultura e da língua portuguesas. Tal como no caso das fundações e da EPM, a permanência dos *media* em Macau era, em certa medida, sinónimo da permanência dos portugueses e da sua cultura:

“O matutino Macau Hoje apresentou-se (...) com a determinação de continuar a sua publicação para além de 1999 na sequência de uma nova sociedade onde os trabalhadores assumiram 49 por cento do capital (...) Os novos estatutos definem ainda o Macau Hoje como um jornal «objectivo, aberto à opinião entre as diferentes comunidades de Macau» e que «pretende contribuir para a identidade própria de Macau, desenvolvendo a sua expansão num universo cada vez mais heterogéneo de leitores locais que se exprime, ou apenas lê, em português.»¹³¹ [1997/11/07]

“«Os jornalistas desempenham em Macau, e neste período de transição, uma função social de enorme interesse público», afirmou Afonso Camões durante a apresentação dos cursos de formação para jornalistas (...).”¹³² [1996/07/29]

“Reforçando o interesse no serviço da Lusa em Macau, Salavessa da Costa salientou que a agência noticiosa portuguesa «não pode abandonar Macau em momento algum», e referiu ser importante que «os objectivos da Lusa se reforcem face aos desafios que surgirão com o advento da administração chinesa para além de 1999».”¹³³ [1996/08/02]

“A importância dos órgãos de Comunicação Social de Macau na manutenção da estabilidade do território, durante o período de transição, foi defendida pelo secretário-adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura. (...) «A comunicação social tem um papel importante na estabilidade de Macau e na confiança no futuro, após Dezembro de 1999», referiu Salavessa da Costa.”¹³⁴ [1997/02/14]

“O futuro da imprensa portuguesa de Macau é uma questão «de primeira linha», que tem que ver com a manutenção da «autonomia e valores próprios» do Território (...) O secretário-adjunto disse

¹³⁰ Este micro-tema (instituições de proliferação da “marca” portuguesa”) regista 12 ocorrências diluídas durante todo o período estudado.

¹³¹ Hoje Macau quer ficar, in *Ponto Final*. 07/11/1997. Macau, p. 9.

¹³² Jornalismo: função de interesse público, in *Ponto Final*. 29/07/1996. Macau, p. 9.

¹³³ Apoio à Lusa, in *Ponto Final*. 02/08/1996. Macau, p. 10.

¹³⁴ O papel da Comunicação Social, in *Ponto Final*. 14/02/1997. Macau, p. 9.

que a permanência de imprensa de língua portuguesa em Macau depois da transferência da administração é um assunto a que o governo local está a dar atenção.”¹³⁵ [1998/02/20]

A partir de 1999, assiste-se à introdução de uma nova temática no *Ponto Final*: a eleição do novo Chefe do Executivo de Macau, questão que, discursivamente, pode ser dividida em dois momentos – os períodos anterior e posterior a 99. A análise cronológica permitiu concluir um conjunto de premissas, consequência dos discursos patentes no jornal. O então semanário faz transparecer uma potencial divergência popular, no que diz respeito à candidatura de Edmund Ho, enquanto substituto de Rocha Vieira. Nota-se, ainda, a predominância de notícias onde figuram conhecidas figuras políticas de Macau, perspectivadas enquanto apoiantes de Ho nas eleições. A mesma análise demonstrou, ainda, que os discursos denotam uma desconfiança implícita no candidato, como constatado no título *Nomeação de Edmund Ho poderá minar autonomia*, por exemplo. As notícias relativas a esta matéria concentram-se, principalmente, de inícios de 1999 a meados de 2001 e somam 15 notícias ao longo deste três anos.

“O magnata do jogo, Stanley Ho, considerou que o banqueiro Edmund Ho é o único sério candidato ao cargo de chefe do executivo (...). A afirmação constitui uma alteração significativa face às declarações proferidas pelo magnata do jogo de Macau em Abril de 1998 quando previu que a corrida ao cargo mais importante da RAEM teria três candidatos (...).”¹³⁶ [1999/04/01]

“(...) Edmund Ho Hau Wah admitiu hoje a possibilidade de macaenses poderem vir a integrar o primeiro governo do território sob administração chinesa. «A constituição do governo da RAEM não deve ter um regime de quotas para chineses e para macaenses, deve ter como base o encontrar da pessoa certa com disponibilidade para ocupar o lugar certo». (...) Edmund Ho Hau Wah disse que, se for escolhido para chefe do executivo, ao constituir governo, considerará «chineses e macaenses numa base de igualdade».”¹³⁷ [1999/05/07]

“O governador de Macau apelou esta semana para que as comunidades macaense e portuguesa radicadas no território apoiem o chefe do executivo indigitado da futura RAEM. (...) Rocha Vieira (...) garantiu também que Portugal ‘nunca esquecerá’ o território, cujo ‘processo de transição de

¹³⁵ Futuro da imprensa portuguesa, in *Ponto Final*. 20/02/1998. Macau, p. 22.

¹³⁶ Edmund Ho «candidato único», in *Ponto Final*. 01/04/1999. Macau, p. 17.

¹³⁷ Edmund Ho admite macaenses no governo, in *Ponto Final*. 07/05/1999. Macau, p. 17.

poderes e soberania foi executado de forma original, em cooperação, com sentido de responsabilidade e fundamentalmente a pensar no futuro’.”¹³⁸ [1999/10/01]

“Para além de mudanças imediatas ocorridas logo a 20 de Dezembro de 1999 – como a substituição dos símbolos e a entrada em Macau das tropas do Exército Popular de Libertação – os primeiros 100 dias são considerados pelo governo nos seus contactos com a população e empresários como «business as usual». (...) Enquanto a comunidade portuguesa, agora reduzida a pouco mais de mil pessoas, estuda as formas mais correctas de associação para manter a sua identidade em Macau como uma sociedade civil activa e interveniente, os olhos estão postos na visita anunciada pelo chefe do Executivo da RAEM, Edmund Ho, a Portugal.”¹³⁹ [2000/03/31]

“A estratégia política para 2001 é parca em novidades, mas revela os muitos desejos de Edmund Ho em reformar parte do sistema. A liberalização do jogo é dado certo, assim como a intenção do governo em apostar em mais infraestruturas. Os funcionários públicos, esses, saíram «chamuscados». (...) Paralelamente, Edmund Ho apela ao aumento da qualidade dos serviços públicos. Apesar de reconhecer um maior esforço, este foi o ponto mais negativo na apreciação do chefe (...) Consequência directa ou não, o certo é que o principal responsável da RAEM, duas horas mais tarde, poria o dedo nas feridas dos funcionários públicos (...).”¹⁴⁰ [2000/11/10]

“O Chefe do Executivo (...) garantiu que o governo local «respeitará e protegerá os direitos dos portugueses residentes em Macau». Edmund Ho Hau Wah manifestou-se também confiante em que os portugueses residentes e as empresas portuguesas estabelecidas em Macau sejam «parte activa do desenvolvimento da RAEM».”¹⁴¹ [2001/06/15]

A análise temática das notícias permitiu concluir que as estratégias discursivas empregues em parte dos micro-temas – a identidade, a nacionalidade e a criação e/ou manutenção de instituições educativas e culturais (FO, FJA, EPM e Livraria Portuguesa) – são dispostas de forma a refrisar a dicotomia entre duas perspectivas do pós-99: estabilidade *versus* instabilidade. Na maioria das notícias referentes à nacionalidade, a questão da opção de escolha surge enquanto condição primária para a permanência dos macaenses em Macau sob administração chinesa. Ainda que não de forma tão demarcada,

¹³⁸ Apoio a Edmund Ho, in *Ponto Final*. 01/10/1999. Macau, p. 6.

¹³⁹ Os primeiros 100 dias, in *Ponto Final*. 31/03/2000. Macau, p. 7.

¹⁴⁰ Muitos desejos, poucas novidades, in *Ponto Final*. 10/11/2000. Macau, p. 3.

¹⁴¹ Respeito pelos direitos dos portugueses, in *Ponto Final*. 15/06/2001. Macau, p. 6.

também a “sobrevivência” da Livraria Portuguesa ou a construção da Escola Portuguesa surgem enquanto necessidades básicas para a continuidade da cultura portuguesa no território.

No fundo, identifica-se uma tendência geral relativamente à maioria dos micro-temas: a exaltação do património e legado históricos, juntamente com a língua e com a cultura portuguesa, surgem enquanto ferramentas de instrumentalização, utilizadas para dar consistência e sentido às decisões do grupo português do GLC.

Também é visível uma convergência de enquadramento no que toca à problemática do estacionamento das tropas chinesas. Neste caso, a sua chegada a Macau representa – nos discursos – a perda, quase inevitável, das liberdades individuais dos cidadãos, ainda que as consequências desta decisão sejam tidas em conta apenas na perspectiva da audiência do jornal – comunidade de falantes de língua portuguesa em Macau, com mais incidência sobre os “portugueses metropolitanos”.

Os discursos de antecipação e os movimentos discursivos de previsão foram as estratégias predominantes identificadas no *Ponto Final* e surgem no decorrer da polissemia retórica de argumentação, acima discutida.

A transferência de soberania ocorrida em Macau, tal como qualquer evento político, indiciou profundas alterações no panorama socio-político de qualquer região. A *eventualidade* dessas mudanças foi, sobretudo, potenciadoras de um determinado tipo de produção noticiosa. O principal enquadramento dado aos assuntos do processo de transição concentrou-se – como já foi dito – na resposta a perguntas sobre o futuro da região e, principalmente, das comunidades portuguesa e macaense aí residentes. Assim, pode dizer-se que, durante o período analisado, as notícias do *Ponto Final* se caracterizaram, essencialmente, por um visível discurso geral de previsão.

Assim, identificaram-se quatro tipos de abordagem discursiva nos discursos analisados:

- Discursos situados entre 1996 e 1999, mas representativos do futuro para além de 99.
- Discursos produzidos entre 1996 e 1999, mas que representam uma fase de transição posterior a 1996.
- Discursos produzidos no período de pós 1999 e que representam eventos ocorridos antes da transição.

- Discursos produzidos para além de 1999, mas que fazem referência ao período posterior (para lá de 2001).

Por outras palavras, o *Ponto Final* produziu um jornalismo essencialmente orientado para a procura da resposta “o que vai acontecer depois de 1999”? Este enquadramento vive, naturalmente, da dicotomização de posições e da colocação de hipóteses e discussão da *hipotética* multiplicidade de cenários.

Esta variedade de conjecturas expressa nos discursos analisados, obriga a reflectir sobre a questão de Hong Kong que, tal como Macau, sofreu uma transferência de soberania – em 1997. Yee (2001) refere, precisamente, a relação directa entre os dois eventos e a abordagem que foi tomada pelos grupos sino-britânico e sino-português:

“(…) there are striking contrasts between Hong Kong's and Macau's respective processes of transition. First, the power relations between China and the United Kingdom - as compared to that between China and Portugal - are clearly different. Although the UK, as compared to China, is much smaller in terms of area and population, it is a developed country with a GNP even greater than the PRC. Moreover, the UK enjoys an equal, if not higher, international status as that of China because of its influence in the British Commonwealth and its close relations with the United States. Portugal, by comparison, is merely a small underdeveloped European state with relatively little international influence. Nonetheless, Portugal is not an insignificant state. It has substantial influence in Portuguese-speaking countries or regions in Africa, Latin America and Asia, with an area larger and a population equal to Europe. Its cultural connection with the Latinate world has enabled Portugal to play a role very different from the UK in the European Union (EU).”

Ainda que não tenha sido identificado enquanto tema, considera-se que a transição de Hong Kong cumpre um papel preponderante, no que toca à sua utilidade discursiva. Serve, neste caso, o propósito de comparação entre as duas transições, que acontecem com um curto intervalo de distância, sendo que os discursos encaram o evento político em Hong Kong como “bola de cristal”, no sentido da previsibilidade em relação a Macau. As notícias relativas ao evento homólogo – cuja publicação aumenta exponencialmente entre 1996 e 1997, para quase deixar de acontecer, em inícios de 1998 – são produzidas sob a égide da comparação, onde as decisões e posicionamentos sino-britânicos são equiparados e confrontados com os do processo de Macau. O próximo conjunto de excertos confirma isso mesmo:

“Morais Alves é uma das personalidades locais que assume com maior convicção as repercussões decorrentes da transferência da colónia britânica para a China. (...) considera fulcral, em 97, «ver o que se lá vai passar, porque não deixará de ter reflexos em Macau, como sempre teve através da história (...) Por analogia de processos, é comum a ideia de que a análise do comportamento da China em Hong Kong condicionará os comportamentos em Macau. Mas o enquadramento político-diplomático não esconde diferenças abismais no comportamento das economias dos dois territórios. O comentário mais optimista em relação à transferência de Hong Kong foi o de Simões Redinha (...) «Não vejo condições objectivas para ser pessimista, porque o processo de Hong Kong será um bom ponto de referência e, passados alguns meses, quando for possível verificar a normalidade com que espero que tudo aconteça, Macau poderá respirar de alívio».”¹⁴² [1996/12/20]

“Pensa-se que algumas personalidades de Hong Kong, com relações próximas de Pequim terão igualmente um papel fundamental na transição em Macau. Esta ideia indicia a existência de uma equipa coerentemente treinada por Pequim para controlar conjuntamente, em Macau e em Hong Kong, os problemas da transição. Em Macau teme-se que no futuro os interesses do território fiquem, uma vez mais, subordinados aos interesses da ainda colónia britânica.”¹⁴³ [1996/02/02]

“A partir de agora fica mais viva a consciência de que falta menos de um ano e meio para 01 de Julho de 1997, para que a colónia britânica se transforme na primeira Região Administrativa Especial da República Popular da China, e ficará mais viva também a consciência de que dois anos e meio depois surgirá a segunda região administrativa especial, a de Macau. (...) o presidente chinês Jiang Zemin disse que o regresso de Hong Kong à soberania chinesa será o «primeiro passo» para a reunificação da China e deverá «servir de exemplo» para Macau (...).”¹⁴⁴ [1996/02/02]

“Quanto a Macau, Yash Ghai considera que os problemas serão mais fáceis de resolver, «por uma questão de dimensão. Além disso, Pequim confia mais nas intenções da administração portuguesa, em contraponto com a administração britânica». Refere ainda que as maiores dificuldades que Macau terá que enfrentar relacionam-se com a localização da administração pública e do sistema

¹⁴² O teste em Hong Kong, in *Ponto Final*. 20/12/1996. Macau, p. 2.

¹⁴³ Xinhua de Macau em Comissão de HK, in *Ponto Final*. 02/02/1996. Macau, p. 6.

¹⁴⁴ 1997 já tão perto..., in *Ponto Final*. 02/02/1996. Macau, p. 4.

judiciário, «mas a nível político, penso que será mais fácil do que em Hong Kong, até porque foram feitas mais concessões à China».”¹⁴⁵ [1996/08/09]

“Macau vai passar a ser administrado pela China em 20 de Dezembro de 1999, mas terá dentro de pouco mais de quatro meses e meio uma oportunidade de antever o futuro, com a transferência de soberania de Hong Kong em 1 de Julho. (...) Apesar das diferenças de escala entre os dois territórios, a «receita» que a China vai aplicar é a mesma, fundada no princípio «Um País, Dois Sistemas» (...) A generalidade dos observadores políticos locais concorda que os primeiros anos de existência de Hong Kong como Região Administrativa Especial da China será uma «bola de cristal» para observar o futuro de Macau (...) A transferência de soberania de Hong Kong é, entretanto, vista como um factor positivo para Macau quer pelos representantes da China no Território, quer pelo governo local. (...) A menos de três anos de um passo histórico, Macau vai ter o privilégio raro de poder observar com alguma clareza aquilo que o futuro lhe reserva.”¹⁴⁶ [1997/02/14]

“(...) os observadores ocidentais vão manter os seus olhos daquele lado do Rio das Pérolas, já os chineses vão ter mais com que se preocupar. Obviamente com o que vem a seguir. E a seguir vem Macau. Os que acompanham os processos de transição não têm ilusões: depois da questão de Hong Kong estar resolvida, os chineses vão finalmente dar prioridade a Macau, focando a sua atenção no território sob administração portuguesa. Tudo indica que parte destes homens destacados por Pequim transitarão para os assuntos de Macau. E teme-se o pior. Trata-se de diplomatas habituados a negociar com os ingleses, useiros e vezeiros na «diplomacia do trombone», gente sem papas na língua e pouco acostumados a discursos como o da «secular amizade» e etc (...).”¹⁴⁷ [1997/05/01]

“As experiências de trabalho da Comissão Preparatória da Região Administrativa Especial de Hong Kong são importantes para Macau, mas não devem ser copiadas, disse ontem um dirigente chinês (...). O responsável chinês (...) disse ainda que «o governo português de Macau deve reforçar a sua administração para enfrentar os problemas que afectam o território neste fase final do período de transição, nomeadamente no que toca à estabilidade social e desenvolvimento económico».”¹⁴⁸ [1998/06/12]

¹⁴⁵ Os nervos da transição, in *Ponto Final*. 09/08/1996. Macau, p. 15.

¹⁴⁶ Antever o futuro, in *Ponto Final*. 14/02/1997. Macau, p. 11.

¹⁴⁷ Adeus Hong Kong, olá Macau, in *Ponto Final*. 01/05/1997. Macau, p. 21.

¹⁴⁸ Macau não deve seguir Hong Kong, in *Ponto Final*. 12/06/1998. Macau, p. 9.

Se, por um lado, é utilizada a estratégia da comparação – entre as duas transições – para efectivar um plano discursivo de antecipação, por outro, o mecanismo passa, principalmente, pelo emprego de frases interrogativas, do tempo futuro e, finalmente, de condicionalismos.

Discursos de antecipação	
Ex1: Portugueses são “úteis” a Macau, in <i>Ponto Final</i> . 05/01/1996. Macau, p. 7.	“A presença dos portugueses e da sua cultura em Macau vai continuar a ser útil ao Território, no futuro , disse o governador Rocha Vieira na sua mensagem de ano novo.”
Ex2: Adeus Hong Kong, olá Macau, in <i>Ponto Final</i> . 01/05/1997. Macau, p. 21.	Seja lá como for, ultrapassado o problema de Hong Kong é natural que as atenções da China se voltem com muito maior acuidade para Macau e que os portugueses percam alguma margem negocial. Os próximos dois anos não se adivinham fáceis para os negociadores da parte portuguesa.”
Ex3: O que vai acontecer em Macau depois de 1999?, in <i>Ponto Final</i> . 18/12/1998. Macau, p. 8.	“Macau acabará por ser «engolido» por qualquer uma das regiões vizinhas (...)”
Ex4: Governador: portugueses necessários para o futuro, in <i>Ponto Final</i> . 08/01/1999. Macau, p. 17.	“Sublinhando que 1999 será um "ano decisivo" para Macau e que a população local "merece que haja um perfeito entendimento entre Portugal e a China", Rocha Vieira considerou que “ ainda há muito para fazer para que o espírito da Declaração Conjunta possa ser integralmente praticado” e que “ainda há temas da transição que precisam de adequada clarificação.”
Ex5: Futuro está na nova economia, in <i>Ponto Final</i> . 07/07/2000. Macau, p. 6.	“A individualidade de Macau no seio da China terá de ser afirmada por uma aposta estratégica no desenvolvimento sustentado com base nas tecnologias da informação e não na promoção de factores tradicionais.”

<p>Ex6: Factor casa, in <i>Ponto Final</i>. 12/04/2001. Macau, p. 13.</p>	<p>“Uma melhor integração dos jovens na sociedade local chinesa está na origem da decisão de maior impacto sobre o futuro próximo da Escola Portuguesa: a introdução – possivelmente já no próximo ano lectivo – do chinês como disciplina curricular, logo obrigatória (...).”</p>
---	--

Quadro 2 – Amostra de discursos antecipatórios no *Ponto Final* (1996-2001)

Nos primeiros anos analisados (1996-1998), a transferência de Hong Kong assume um papel decisivo ao nível dos discursos presentes no *Ponto Final*. Simultaneamente, surgem, em meados de 1997, outras questões respeitantes ao processo em Macau, das quais a questão da nacionalidade, das localizações – das línguas chinesa e portuguesa, dos quadros públicos e dos subsídios de reintegração da administração pública –, e da identidade macaense. Mais tarde, (em finais de 1998) surge a problemática da Escola Portuguesa, em paralelo com a polémica das Fundações Jorge Álvares e Oriente. As notícias relativas ao estacionamento de tropas do Exército Popular de Libertação Popular são publicadas já em final de 1998, tendo o seu fim em início de 2000.

Os discursos sobre Edmund Ho, a sua candidatura e a sua prestação enquanto Chefe do Executivo são, tal como a transição de Hong Kong, inscritos numa lógica de comparação, verificando-se a presença de uma estratégia discursiva semelhante, de constante paralelismo entre a governação de Edmund Ho e do último governador português de Macau, Rocha Vieira.

Contudo, todos os micro-temas acima referidos se inscrevem, como já foi dito anteriormente, num enquadramento discursivo específico, caracterizado pela dicotomia estabilidade *versus* instabilidade. Através dos excertos acima apresentados, é possível afirmar que mais de metade das notícias analisadas dizem respeito à futura e hipotética falta ou manutenção da estabilidade no território. Este enquadramento percorre todo o espectro de análise e afecta todas os micro-temas analisados.

Em suma, pode dizer-se que os discursos sobre a transição de Macau decorrem sob a égide da dúvida e da procura de respostas, reproduzida discursivamente pela intersecção de temáticas e por um conjunto de ferramentas retóricas e linguísticas que visam

demonstrar a existência de múltiplas hipóteses e posições, no que diz respeito ao futuro da região.

Os discursos pós-99 revelam a mesma tendência de antecipação e de previsão dos factos, como pode verificar-se através dos seguintes excertos. Igualmente patente é a dualidade de posições discursivas, relativamente ao início do ciclo de governação chinesa.

“Como sentimento quotidiano associado à transferência de poderes, Rui Cernadas fala de “normalidade”, mas também do recuo do uso do português que se insinua na administração pública, onde os telefones passaram a ser atendidos quase exclusivamente em cantonês (...) Sinal dos tempos, a loja “The Best of Portugal”, que vendia baixela de prata e porcelanas Vista Alegre na Avenida da Praia Grande, no centro da cidade, fechou as portas e partiu com a administração.”¹⁴⁹ [2000/01/21]

“A aposta na continuidade foi a tónica dos primeiros 100 dias de governo da RAEM. (...) De facto, quem visite hoje Macau poderá dizer que quase nada se alterou desde Dezembro de 1999, mas se olhar com um pouco mais de atenção notará uma linguagem mais patriótica dos membros do Governo, uma maior inclinação para a China, um permanente apelo à participação da população na vida do território e uma clara inclinação para a cultura e identidade chinesas.”¹⁵⁰ [2000/03/31]

“O antigo governador de Macau, general Melo Egídio, afirmou que as ‘relações ente a China e Portugal não esfriaram’, apesar do território ter passado para a administração chinesa. (...) ‘Não vi modificações sensíveis (na atmosfera de Macau) e há traços (da presença portuguesa) que são indeléveis’, disse Melo Egídio.”¹⁵¹ [2000/11/2000]

“Com um ano de existência como Região Administrativa Especial (RAEM) da República Popular da China, Macau mantém o seu modo próprio de vida (...). O que mudou de forma significativa, para além dos símbolos, das bandeiras e das novas caras nos lugares de poder, foi a fisionomia humana de Macau com o êxodo do grosso da comunidade portuguesa, que se retirou com a administração. Contas do Consulado-Geral de Portugal em Macau colocam em cerca de 1.000 o número de portugueses que permaneceram passado um ano sobre a transferência da administração.

¹⁴⁹ Mudanças subtis, in *Ponto Final*. 21/01/2000. Macau, p. 18.

¹⁵⁰ Os primeiros 100 dias, in *Ponto Final*. 31/03/2000. Macau, p. 7.

¹⁵¹ Relações com RPC «não esfriaram»: Egídio, in *Ponto Final*. 03/11/2000. Macau, p. 7.

Em meados dos anos 90 a comunidade portuguesa chegou a atingir cerca de 6.000 pessoas, a grande maioria funcionários públicos.”¹⁵² [2000/12/16]

Aqui, a linha argumentativa dos discursos aponta para uma “normalidade dissimulada”, apenas perceptível aos olhares mais atentos. A ideia que o jornalista parece querer transmitir é a de que, embora não existam alterações visíveis, o factor “mudança” é inevitável para Macau, devido à mudança política sofrida pela região.

4.2.2. Protagonistas

O já referido enquadramento depende, directamente, de quem é referido nos temas das notícias. Esse *quem* é representado por aquilo a que Fairclough denomina de actores, que reproduzem um papel específico nos discursos, normalmente associado a questões de poder e de hegemonia¹⁵³. A escolha dos elementos de uma notícia – como já foi dito – é premeditada e depende do seu autor, incluindo, por isso, as personagens que nela participam. Estes podem cumprir diferentes papéis, o mais comum sendo de representação de um grupo social, tendo uma posição inerentemente hegemónica. Assim, pode afirmar-se que estes são, em si, representativos de práticas e realidades sociais:

“They ‘recontextualize’ other practices (...) – that is, they incorporate them into their own practice, and different social actors will represent them differently according to how they are positioned within the practice. Representation is a process of social construction of practices, including reflexive self-construction – representations enter and shape social processes and practices. Third, discourse figures in ways of being, in the constitution of identities – for instance the identity of a political leader such as Tony Blair in the UK is partly a semiotically constituted way of being.”¹⁵⁴

Seguindo esta lógica, é legítimo afirmar que os discursos apenas são representativos de determinada realidade, devido aos elementos neles contidos. A análise dos vários

¹⁵² Um ano depois: continuidade e mudança, in *Ponto Final*. 16/12/2000. Macau, p. 2.

¹⁵³ Esta questão será abordada no ponto 2.4.3.

¹⁵⁴ FAIRCLOUGH, Norman (2001a) “The dialectics of discourse”, in *Textus*. vol. 14, nº2 (s. ed), p. 2.

personagens referidos pelo jornal permite ao leitor obter um contexto sólido sobre a realidade social, política e económica, tanto no ano da transição, como naqueles que antecederam e que sucederam o evento.

Este parâmetro de análise serve também para sustentar uma breve referência aos panoramas social e político de Portugal no final do século XX e início do novo milénio. Saber como, quando e qual o contexto em que os actores se inserem é um dos principais indicadores para a criação de uma análise diacrónica da transferência, pois revela *quem* esteve envolvido em *quê* e *como*. De uma forma geral, permitirá apurar qual o grau de envolvimento e de importância que cada um desses personagens teve.

A intertextualidade, “which involves using actual content from one text in another”¹⁵⁵, tem um papel fulcral na definição dos actores. Esta define-se pela constante interligação existente entre vários discursos e acontecimentos. No fundo, pode dizer-se que a intertextualidade gere textos e contextos, criando relações dialécticas entre vários discursos. Esta pode materializar-se sob a forma de citações ou através de figuras de estilo como a alusão ou a associação, onde é necessário compreender o contexto implícito que se encontra para lá do texto explícito¹⁵⁶.

A escolha das personagens que figuram nas notícias é uma tarefa do jornalista e tem, normalmente, três funções principais que podem, ou não, completar-se:

- A legitimação do tema tratado, por via de vozes consideradas “especialistas”;
- A corroboração de determinada ideia ou teoria;
- Emissão de opinião por parte do jornalista de forma implícita, recorrendo à inclusão de citações no corpo do texto.

Foi possível detectar a presença de vários actores ou longo dos dez anos de pesquisa. A grande maioria teve um papel activo – de protagonista – no processo da transição; os restantes podem classificar-se de actores “secundários”, estando presentes nas notícias – na representação discursiva da transição –, mas não tendo exercido um papel decisivo no evento em si. Assim, verifica-se a existência de personagens transversais a toda a transição e de outras que, embora possam ter tido um papel

¹⁵⁵ BAKER, Paul & ELLEGE, Sebonile (2011) *Key Terms in Discourse Analysis*. Nova Iorque: Continuum, p. 64.

¹⁵⁶ A questão das figuras de estilo enquanto representativas da intertextualidade será referida no próximo subcapítulo, através de exemplos ilustrativos.

importante, surgem apenas em alguns momentos/anos. Os actores transversais cumpriram ou cumprem funções de carácter político. Os restantes – que surgem periodicamente – cumprem papéis políticos, mas não só; enquanto segundas vozes no *Ponto Final*, exprimem ideias ou demonstram pontos de vista relacionados com a comunidade macaense e portuguesa¹⁵⁷ e, mais precisamente, com o seu futuro na RAEM. No fundo, ocorrem nas notícias enquanto formadores de opinião, influenciando e legitimando os conteúdos.

De acordo com John Richardson (2007), existem várias formas de intertextualidade, das quais a externa e a interna. A intertextualidade externa visa a continuidade, necessitando, por isso, de outros textos anteriores que imputem sentido nos próximos – a compreensão do conceito de Primavera Árabe apenas é possível se o indivíduo tiver conhecimento sobre quais são os países árabes, por exemplo.

“(…) texts are only fully intelligible (or rather: their detailed, more complete meaning is only revealed) when contextualised and ‘read’ in relation to other texts and other social practices. (...) When we read the latest instalment of a running story, we do so in the knowledge that this is the latest instalment – in other words, we are aware that the text is a link in a chain.”¹⁵⁸

A intertextualidade interna materializa-se no discurso sob a forma de citações e pode ocorrer de várias formas, das quais o discurso directo (quando o jornalista recorre ao uso de aspas para incluir as palavras exactas de determinado actor) e o discurso indirecto (quando o jornalista utiliza verbos como *disse*, *afirmou* ou *referiu*, expondo o discurso de outros actores por via indirecta): “This is particularly the case with news reporting which must necessarily reproduce the actions and opinions of others.”¹⁵⁹ Contudo, a forma de citar directamente varia igualmente, podendo apresentar-se nos seguintes formatos:

- Citação indirecta transformada – Utilização do discurso indirecto, substituindo os verbos afirmar ou dizer, por acções transitivas ou estados mentais, como *descobrir*,

¹⁵⁷ É o caso de Carlos Piteira, Carlos Marreiros, Mário Évora, José Pedro Castanheira ou Leonel Alves. São, habitualmente, figuras conhecidas da esfera pública portuguesa e macaense, pelo que sugem enquanto porta-vozes de uma comunidade, de um grupo político, etc.

¹⁵⁸ RICHARDSON, John E. (2007) *Analysing Newspapers: An Approach to Critical Discourse Analysis*. Grã-Bretanha: Palgrave Macmillan, pp. 100-101.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 102.

revelar, acreditar, crer, etc. Esta técnica discursiva “personaliza” a informação e/ou os actores da notícia:

“(…) com alguns macaenses à mistura, vão dançar o malhão. Uma forma, **acredita o gabinete chinês para as cerimónias da transferência** [ênfase da investigadora], de fazer ver que Portugal continuará presente na futura Região Administrativa Especial. (...)”¹⁶⁰ [1999/11/12]

- Citação directa – Utiliza discursos secundários na sua totalidade:

“«Estamos dispostos a continuar a apoiar a agência Lusa, tal como tem acontecido, porque precisamos que a Lusa ajude a que no Território se mantenham, para além de 1999, **órgãos de comunicação social em língua portuguesa**» [ênfase da investigadora], disse Salavessa da Costa.”¹⁶¹ [1996/08/02]

- Citação (directa) estratégica – Utiliza apenas fracções de discursos secundários: “O presidente chinês, Jiang Zemin, disse que o regresso de Hong Kong à soberania chinesa será «**o primeiro passo**» para a reunificação da China e deverá «**servir de exemplo**» [ênfase da investigadora] para Macau e Taiwan (...)”¹⁶²
- Citação directa ostensiva – “The structure of the clause entails direct speech but is conceptually different from direct quotation, in as much as it is made up.”¹⁶³ Esta estratégia tem o objectivo de criar impacto junto do receptor:

“Sampaio **vibrou intensamente**, «**perdeu-se**» entre tantos cumprimentos e saudações (...) e **sentiu-se reconfortado**, quase «**vingado**» [ênfase da investigadora] das arrelias de 1997. Num ou noutro desabafo, o Presidente demonstrou isso mesmo [ênfase da investigadora].”¹⁶⁴ [1999/03/26]

¹⁶⁰ Cultura popular, in *Ponto Final*. 12/11/1999. Macau, p. 18.

¹⁶¹ Apoio à Lusa, in *Ponto Final*. 02/08/1996. Macau, p. 10.

¹⁶² 1997 já tão perto..., in *Ponto Final*. 02/02/1996. Macau, p. 17.

¹⁶³ RICHARDSON, John E. (2007) *Analysing Newspapers: An Approach to Critical Discourse Analysis*. Grã-Bretanha: Palgrave Macmillan, p. 105.

¹⁶⁴ A vingança do chinês, in *Ponto Final*. 26/03/1999. Macau, p. 2.

Actores Políticos		Formadores de opinião/influenciadores	Actores Colectivos ¹⁶⁵
<u>Portugueses</u>	<u>Chineses</u>		Governo português
			Executivo
Vasco Rocha Vieira	Edmund Ho Hau wah	Leonel Alves	Assembleia Legislativa
Jorge Sampaio	Jiang Zemin	Anabela Ritchie	Portugal
Mário Soares	Chen Ziyang	Henrique de Senna Fernandes	Governo Central
António Guterres	Li Peng	Stanley Ho	Associação de Trabalhadores da Função Pública de Macau (ATFPM)
Jaime Gama	Qian Qichen	Rui Cunha	Associação de Turismo de Macau
Vitalino Canas	Bai Zhijian	António Salavessa da Costa	Mercado chinês
Jorge Rangel	Hao Zhaokang	Carlos Marreiros	Associação dos Macaenses (ADM)
José Pereira Coutinho	Li Peng	Carlos Piteira	Empresas portuguesas
Fausto Correia	Wang Qiren	José Pedro Castanheira	Associação Promotora da Instrução dos Macaenses (APIM)
Aníbal Cavaco Silva		Mário Évora	Fundação Oriente
António Santana Carlos		José Sales Marques	Escola Portuguesa de Macau (EPM)
Manuel Monge		Gabriela César	Fundação Jorge Álvares
Moitinho da Silva		Cecília Jorge	agência noticiosa Lusa
Joaquim Morais Alves		Nuno Melo Egídio	Agência noticiosa Xinhua
José Sócrates			Jornal chinês Ou Mun
			Imprensa portuguesa
			Imprensa chinesa

Grande parte das personagens referidas no quadro surgem com frequência durante todo o período estudado. Outros surgem em dados momentos históricos, como é o caso de Jiang Zemin, que surge apenas (quatro vezes) nos primeiros anos da análise – 1996, 1997, 1998 e 1999 –, ainda que tenha sido o Presidente da RPC até 2003. Assim, depreende-se que, embora tenha sido dada especial relevância a Zemin durante os últimos anos da transição – devido ao cargo que ocupava –, a sua importância, enquanto “personagem de referência”¹⁶⁶, foi-se esbatendo.

Antes de 99, os discursos dos governantes portugueses e chineses priorizavam a demarcação portuguesa na RAEM e o reforço da identidade do território. Posteriormente, os discursos relegam estas questões para segundo plano, evidenciando a necessidade de uma boa relação sino-portuguesa, motivada, principalmente, por factores de índole comercial.

Repare-se, agora, no papel dos formadores de opinião e dos influenciadores nos discursos analisados. Excluindo o jornalista português, José Pedro Castanheira, o antropólogo Carlos Piteira e o ex-Secretário Adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura, António Salavessa da Costa, todas as personagens da segunda coluna da tabela são macaneses. Os discursos nos quais surgem enquanto protagonistas têm que ver – salvo duas exceções – com a marca identitária de Macau e, mais especificamente, dos macaenses no território. Este tema percorre toda a transição, mas a perspectiva jornalística de abordagem vai-se alterando, culminando na procura de uma identidade própria (de Macau e dos seus residentes) e na esperança renovada dessa reconstrução identitária. Personalidades como Leonel Alves¹⁶⁷, Carlos Marreiros¹⁶⁸, Henrique de Senna Fernandes¹⁶⁹, Anabela Ritchie¹⁷⁰ ou Rui Cunha¹⁷¹ encontram-se presentes, devido à influência que detêm junto das comunidades portuguesa e macaenses, e aos cargos/lugares que ocupam na sociedade de Macau.

As suas opiniões e fundamentações são validadas pelas funções e/ou posição político-social que ocupam, sendo percepcionadas como “porta-vozes” da comunidade à qual pertencem.

Em suma, pode dizer-se que a inclusão de ideias ou noções preconizadas por Leonel Alves ou por Carlos Marreiros têm, neste caso, uma forte carga hegemónica associada, materializada através da luta pela sobrevivência e demarcação da identidade dos

macaenses e da cultura portuguesa na região. Por outro lado, a inclusão de determinadas vozes nas notícias credibiliza o tecido informativo, consequentemente validando o discurso do próprio jornalista.

“O director da delegação de Macau da agência Xinhua, Wang Qiren, garantiu ontem que o Território terá uma «alta autonomia» após a sua integração na China, em 20 de Dezembro de 1999, e será governado por elementos da sua população” (...) sublinhou que o Governo e o povo chinês «continuam a esforçar-se para concretizar a grande causa» de estabelecer em Macau o princípio de «um país, dois sistemas», após o retorno do Território à «mãe-pátria»¹⁷² [1996/02/16]

Neste caso, Wang Qiren, enquanto “director da delegação de Macau da agência Xinhua”, é um elemento decisivo na transição do território, uma vez que, tal como ilustrado, “garante” que a RAEM será dotada de um elevado grau de autonomia, entre outros factores.

Tal como delineado anteriormente, a intertextualidade – estratégia predominante no *Ponto Final* – não serve apenas enquanto mecanismo de legitimação de teorias e práticas, mas também (como pode verificar-se no próximo excerto) como ferramenta retórica de instrumentalização, onde os discursos dos agentes são manipulados, de forma a suportarem a ideia passada pelo jornalista. A referência a textos exteriores confere, no caso do excerto apresentado, credibilidade ao discurso, simultaneamente legitimando a opinião do seu produtor.

“O governador de Macau **disse que algumas das matérias em discussão** entre Portugal e a China, a propósito da transferência do território, **«estão demoradas»**, e defendeu a necessidade de acelerar a solução de questões como a da nacionalidade. (...) **«Esta matéria tem já muito tempo no Grupo de Ligação Conjunto e era muito importante que a parte chinesa finalmente desbloqueasse essa questão, afirmou.»**¹⁷³

Rocha Vieira surge em mais de metade das notícias analisadas, devido à posição que ocupou, até dia 20 de Dezembro de 99 (Governador de Macau). Tanto nos discursos directos como indirectos, o ex-governador de Macau é frequentemente referido pelo jornal como sendo alguém com autonomia e conhecimento sobre a transição, como ilustra o quadro 3.

Referências a Rocha Vieira	
Transição terminal, in <i>Ponto Final</i> . 05/01/1996. Macau, p. 6	“O governador salientou que Macau vai entrar «numa fase diferente, onde as grandes questões são irreversíveis, encontraram o seu caminho e estão equacionadas». Para Rocha Vieira, a Administração vai agora tratar de «assuntos que não serão visíveis, mas que marcam decisivamente uma época nova» (...).”
Rui Afonso: Recados ao Ou Mun, in <i>Ponto Final</i> . 26/01/1996. Macau, p. 5	“O governador Rocha Vieira deve permanecer em Macau «a fim de assegurar a estabilidade política do Território» - considerou o deputado Rui Afonso em recente entrevista publicada no Ou Mun, o diário de maior circulação em Macau.”
Atentos a Hong Kong... e apostar na estabilidade, in <i>Ponto Final</i> . 06/09/1996. Macau, p. 9	“Rocha Vieira afirmou que a autonomia e estabilidade, confiança e a cooperação com a China são importantes na criação de condições para que as pessoas permaneçam em Macau após 1999 (...).”
Centro de negócios, in <i>Ponto Final</i> . 30/05/1997. Macau, p. 8.	“Macau tem «óptimas condições para se transformar num importante centro regional de negócios e de serviços e numa placa giratória das relações sino-europeias», disse o governador Rocha Vieira.”
Governador: portugueses necessários para o futuro, in <i>Ponto Final</i> . 08/01/1999. Macau, p. 17.	“Salientando que a comunidade portuguesa tem lugar no futuro de Macau "por direito, mas também pelo mérito do exemplo", Rocha Vieira considerou que "só o sentido de cooperação e a plena aceitação dos objectivos da transição por parte dos quadros portugueses explicam que se tenha conseguido tanto em tão pouco tempo" ao nível da localização da administração.”
Um adeus português, in <i>Ponto Final</i> . 20/12/1999. Macau, p. 5.	“Rocha Vieira, o último governador português do território, quase não conseguiu conter as lágrimas e de bandeira junto ao coração olhou pela última vez para o escudo português em pedra que está cravado na fachada do edifício que lhe serviu de gabinete ao longo dos últimos nove anos.”

Quadro 3 – Referências textuais a Rocha Vieira (1996-1999)

Como pode verificar-se, a figura de Rocha Vieira representa, para o jornal e para a audiência, o representante de Portugal em Macau, detendo um papel preponderante na realização de uma transição “suave” e “eficaz”, adjectivos frequentemente atribuídos ao evento político. Contudo, a viragem do novo milénio traz consigo novas personagens

que, embora possam ter surgido antes de 2000, só ganham ênfase efectivo a partir dessa data, como é o caso de Edmund Ho, o primeiro Chefe do Executivo de Macau e, de certa forma, substituto de Rocha Vieira. Em 2000 e 2001, Edmund Ho é, de acordo com a análise realizada, uma das personagens centrais do *handover*, estando presente em quase todas as notícias recolhidas. Mais uma vez, podem não se tratar de conteúdos noticiosos nos quais os discursos de Ho estejam inseridos, mas sim de referências a este dirigente político. Ou seja, os discursos podem falar *sobre* determinado personagem, ser que seja necessário incluí-lo enquanto participante. Se os discursos se concentram numa ou mais personagens, então estas deixam de cumprir o papel de agentes, para se transformarem no tema da notícia:

“A reunião plenária da Comissão Preparatória mostrou pela primeira vez uma «oposição silenciosa» a **Edmund Ho**. **Com a quase certeza da escolha do banqueiro** para o lugar de chefe da RAEM, há quem defenda que o trabalho deva ser todo feito agora. **Para reduzir Ho à mera figura de mestre-de-cerimónias** (...) **Edmund Ho** tem vindo a ganhar terreno e a granjear fortes apoios mas igualmente alguma contestação interna que parece já ter delineado a sua estratégia, à espera da confirmação da vitória do conhecido presidente da Associação de Bancos de Macau.”¹⁷⁴
[1998/07/17]

A análise dos agentes noticiosos permitiu destacar a existência de uma tendência predominante, no que diz respeito aos actores políticos chineses. A ter consequências depois de 1999, a transição política em Macau deverá engloba todos os residentes da região. Contudo, os discursos espelham uma representação parcial da comunidade e dos seus receios e expectativas, evidenciando os problemas das comunidades portuguesa e macaense e raramente referindo os restantes grupos de residentes¹⁷⁵. A quantidade de discursos referentes à comunidade chinesa é residual. No entanto, o volume de notícias relativos ou que fazem referência aos chineses é significativo¹⁷⁶. Na verdade, quem são os *chineses* representados no *Ponto Final*? E de que forma surgem enquadrados?

“O director da delegação agência Xinhua, Wang Qiren, garantiu ontem que o Território terá uma «alta autonomia» após a sua integração na China, em 20 de Dezembro de 1999, e será governado por elementos da sua população. (...) Wang Qiren sublinhou que o Governo e o povo chinês

«continuam a esforçar-se para concretizar a grande causa» de estabelecer em Macau o princípio de «um país, dois sistemas», após o retorno à «Pátria-mãe».¹⁷⁷ [1996/02/16]

“O chefe da diplomacia chinesa apelou esta semana ao fortalecimento da cooperação sino-portuguesa acerca de Macau, considerando «lento» o progresso registado em algumas questões do processo de transição do território. «Esperamos que o Grupo de Ligação Conjunto acelere o trabalho», disse o vice-primeiro-ministro chinês e ministro dos Negócios Estrangeiros, Qian Qichen, num encontro de personalidades de Macau. (...) Lu Ping, director do gabinete do Conselho de Estado para os Assuntos de Hong Kong e Macau, congratulou-se com «amizade sino-portuguesa» e a «constante cooperação» acerca de Macau, afirmando que «a transição está a decorrer em ordem».¹⁷⁸ [1997/04/18]

“O presidente chinês, Jiang Zemin, exortou esta semana as autoridades de Taiwan a «voltarem efectivamente ao princípio de uma só China» e a «concretizarem a reunificação total da Pátria» (...) O presidente chinês elogiou a «amigável cooperação sino-portuguesa em Macau» e disse que o regresso daquele território à administração chinesa «será o outro grande acontecimento para a nação chinesa».¹⁷⁹ [1997/07/04]

“O primeiro-ministro chinês, Li Peng, elogiou ontem a forma como está a decorrer a transição de Macau e qualificou o «regresso do território à pátria» como «um grande acontecimento para a nação chinesa».¹⁸⁰ [1998/03/06]

“O primeiro-ministro chinês, Zhu Rongji, manifestou-se confiante que a transferência de poderes em Macau, a realizar em Dezembro, «decorrerá sem sobressaltos». (...) Zhu Rongji sublinhou também que o trabalho da Comissão Preparatória do futuro governo de Macau «entrou agora numa fase crucial», referindo que o seu primeiro chefe-executivo será escolhido «em meados do ano».¹⁸¹ [1999/03/12]

“O governo da futura RAEM ‘deve acarinhar os valores e a manutenção da sociedade multicultural que Macau representa’, afirmou o secretário indigitado para os Assuntos Sociais e Cultura, Fernando Chui Sai On.¹⁸² [1999/10/22]

O conjunto de excertos acima apresentados serve para verificar a existência de uma presença constante dos *chineses* nos discursos do *Ponto Final*. Por sua vez, estes demonstram que as vozes chinesas presentes não incluem nenhum elemento da

comunidade chinesa de Macau, apenas dirigentes políticos e outros membros do Governo da China. A expressão chinês ou chineses é empregue para representar o grupo de entidades políticos envolvidas na transição de soberania. Assim, as notícias relativas às questões políticas do processo são determinadas por um conjunto de discursos onde as autoridades e dirigentes políticos chineses predominam. Pode, então, dizer-se que o emprego das expressões chinês ou chineses se refere, em cerca de 90 por cento dos casos, às autoridades chinesas, com apenas 10 por cento das notícias a dedicar-se a questões afectas à população chinesa residente em Macau e consequências da transição para este grupo específico.

“Território de pequenas dimensões, Macau não deixa por isso de ser uma cidade multifacetada, onde a riqueza e a tentação vivem paredes meias com zonas degradadas e sobrelotadas. Também no tecido humano, a diversidade é evidente, convivendo aqui comunidades de muitas e diferentes origens. Não se estranhará, assim, que haja nestes escassos 2km perspectivas muito diversas sobre a transição, consoante se esteja no Fai Chi Kei, o bairro com maior densidade populacional em todo o mundo, ou nas hortas da Taipa, o último vestígio de uma comunidade agrária no Território. (...) Ou ainda entre as comunidades estrangeiras, com as suas diversas preocupações quanto ao futuro. (...) Era assim, no princípio do mês no Bairro do Tamangnini Barbosa, não longe da fronteira por onde, pelas doze horas de segunda-feira entram os efectivos do Exército (...). A excitação, se a havia, não estava à vista e as ruas, feias, sombrias e tristes, não tinham qualquer indicação da aproximação da transferência. Por essa altura, já o centro de Macau vivia já a grande febre do «handover». (...) No Bairro do Tamangnini Barbosa, a euforia podia esperar. (...) Lau, 75 anos, antigo cozinheiro no Quartel General, tem um pedido para fazer – «Levem-me com vocês». (...) A transição não o afecta, sabe o que vem aí, mas não quer comentar. Entredentes, queixa-se de não ter sido ouvido no processo (...) No Fai Chi Kei, a 20 dias da transferência, Ah-Seng servia chá e sonhava com as folgas extra que virão ou não. (...) A transferência de administração não parece ‘mexer’ muito com as comunidades estrangeiras radicadas em Macau, a julgar pelas afirmações de confiança mil vezes repetidas por cidadãos de várias nacionalidades. Mas essa ideia poderá ser mais aparente do que real, sobretudo no caso da comunidade filipina, justamente a mais numerosa (...) receiam agora que a transferência de poderes signifique a perda de emprego e o regresso forçado ao seu país.”¹⁸³ [1999/12/20]

É, ainda, de destacar a desigualdade no tratamento noticioso dado às comunidades chinesa e portuguesa e respectivas preocupações relativamente à mudança de

administração em Macau¹⁸⁴. Tal evidência advém, provavelmente, do facto do *Ponto Final* se dirigir a uma audiência de falantes de língua portuguesa, essencialmente constituída por indivíduos considerados “culturalmente” portugueses (metropolitanos).

4.2.3. Retórica discursiva da transição

Aqui, o conceito de modalização cumpre um papel fundamental na averiguação dos principais cenários da transição de Macau, como se poderá verificar mais à frente. Modalização é aquilo que, juntamente com a explanação dos temas e dos actores, conclui a fase de análise. Este aspecto refere as lógicas gramaticais e semânticas contidas num discurso, situando-os, cronologicamente, num contexto específico:

“Modality is to do with speaker or writer authority, and there are two dimensions to modality, depending on what direction authority is oriented in. Firstly, if it is a matter of the authority of one participant in relation to others, we have *relational modality*. Secondly, if it is a matter of the speaker or writer's authority with respect to the truth or probability of a representation of reality, we have *expressive modality*, i.e. the modality of the speaker/writer's evaluation of truth.”¹⁸⁵

A modalização – que surge sob a forma de estratégias gramaticais e de argumentação – é o conjunto de ferramentas que permite que o jornalista seja capaz de produzir significado no texto por si criado. Existem vários tipos de modalização, dos quais se salientam:

- Assertiva (expressa certeza e/ou afirmação/negação);
- Epistémica ou hipotética (implica dúvida e/ou colocação de hipóteses);
- Deôntica (indica permissibilidade ou obrigatoriedade).

Vai, então, determinar-se a natureza e tipologia de cada uma das notícias que permite analisar os eixos certeza/incerteza, permissibilidade/obrigatoriedade e outros. Tal análise poderá indicar o grau de inferência do jornalista no discurso produzido, com relação aos temas e os actores referidos.

Enquanto ferramenta, a modalização refere-se aos vários significados contidos nos discursos. Esta pode ser classificada de alta, baixa ou inexistente. As duas primeiras categorias focam a dicotomia certeza/incerteza; a ausência de modalização discursiva pressupõe uma maior objectividade por parte do enunciador.

“Rocha Vieira **afirmou** que a autonomia e estabilidade, confiança e a cooperação com a China são importantes na criação de condições para que as pessoas permaneçam em Macau após 1999. O Governador **disse** ter abordado com Jorge Sampaio as principais questões de Macau e as grandes linhas de acção política para o território. Reforçar os interesses dos portugueses, assegurar condições para a sua permanência no território após 1999 e prosseguir uma cooperação com a China na base da franqueza e do diálogo **foram metas apontadas** por Rocha Vieira.”¹⁸⁶

A inexistência de modalização no exemplo acima referido revela um elevado grau de objectividade discursiva; é puramente factual. Contudo, a grande maioria das notícias revelam o uso de modalizadores discursivos, materializados através das já referidas figuras de estilo, por exemplo.

A modalização alta é dotada de um elevado grau de certeza – o que, naturalmente, aumenta o nível de subjectividade noticiosa. É gramaticalmente representada por advérbios como *definitivamente*, *certamente* ou *tacitamente*, ou pela conjugação dos verbos *ir*, *ter* ou *estar*. No próximo exemplo, o advérbio *seguramente* mostra que o jornalista *está certo* de que o tema será desenvolvido nas reuniões seguintes.

“Entre a parte portuguesa há quem entenda que pode ser a China a fazer a proposta dos critérios para aferir quem é culturalmente português. Um tema para desenvolver, **seguramente**, nas próximas reuniões plenárias e encontros bilaterais.”¹⁸⁷

A modalização baixa caracteriza-se por um alto grau de incerteza por parte do jornalista. É expressa através dos verbos *crer* ou *dever*, conjugados no futuro, e de advérbios como *aparentemente*, *provavelmente* ou *possivelmente*:

“O governador Rocha Vieira **deve** permanecer em Macau «a fim de assegurar a estabilidade política do Território» - considerou o deputado Rui Afonso em recente entrevista publicada no *Ou Mun*, o diário de maior circulação em Macau. (...) Para Rui Afonso, as alterações governativas **deverão** ir ainda mais longe, abrangendo **eventualmente** as áreas da economia e da cultura, onde «há que emprestar um novo dinamismo para impulsionar a mudança». O deputado criticou, por outro lado, o processo de localização jurídica em Macau, **que a seu ver** se processa «de modo muito lento», e defendeu um maior «dinamismo» nos trabalhos do Grupo de Ligação Conjunto (...).”¹⁸⁸

O excerto demonstra dúvida implícita por parte do jornalista, pois não existe a certeza de que Rocha Vieira permaneça em Macau; existe, apenas, a *hipótese* da sua permanência. Mais à frente, o enunciador – através do discurso indirecto de Rui Afonso – sublinha a incerteza face à permanência do ex-Governador, recorrendo ao uso da expressão “pouco certo”. O enunciado “as alterações governativas deverão ir ainda mais longe, abrangendo eventualmente as áreas da economia e da cultura” revela não só incerteza, como distanciamento temporal, visível através do uso do tempo verbal futuro (“virão”). Regina Souza Gomes (2010) discorre sobre as utilizações do verbo *dever*, clarificando os significados que lhe são atribuídos, dependendo da posição que este elemento ocupa no discurso:

- Pode, como já foi referido, dizer respeito a discursos representativos de incerteza ou dúvida;

- Em algumas situações, o uso de *dever* pode representar obrigatoriedade, inevitabilidade, necessidade ou probabilidade: “(...) há quem defenda que o trabalho **deva ser todo feito agora. Para reduzir** Ho à mera figura de mestre-de-cerimónias.”¹⁸⁹ O discurso demonstra necessidade (de que o trabalho seja feito), com o intuito de “reduzir Ho à mera figura de mestre-de-cerimónias”; No excerto seguinte, *deverá* é empregue para representar obrigatoriedade, pois é imperioso que a transição de Macau resulte, para que a reconquista de Taiwan siga o mesmo caminho:

“(...) o presidente chinês, Jiang Zemin, **disse que o** regresso de Hong Kong à soberania chinesa será «o primeiro passo» para a reunificação da China **e deverá «servir de exemplo» para Macau e Taiwan (este último objectivo espinhoso, de futuro ainda incerto e potencialmente violento)** [ênfase gráfico da investigadora].”¹⁹⁰

O uso dos verbos *pensar*, *crer*, *julgar* ou *ponderar* indicam, igualmente, a presença de dúvida, podendo ainda ser parte integrante de um discurso interpretativo por parte do jornalista. São utilizadas para introduzir ou abordar um assunto sem a necessidade de recorrer a certezas ou afirmações absolutas, técnica discursiva que iliba o profissional de ser “acusado” de fazer falsas declarações:

“**Pensa-se** que algumas personalidades de Hong Kong, com relações próximas de Pequim terão igualmente um papel fundamental na transição de Macau. **Esta ideia indicia** a existência de uma equipa coerentemente treinada por Pequim para controlar conjuntamente, em Macau e Hong Kong, os problemas da transição. **Em Macau teme-se que** no futuro os interesses do território fiquem, **uma vez mais**, subordinados aos interesses da ainda colónia britânica [ênfase gráfico da investigadora].”¹⁹¹

Gomes clarifica um terceiro uso do verbo *dever*, enquanto modalizador discursivo: pode remeter para a criação de discursos antecipatórios e de previsão: “Há notícias (...) em que a principal ação narrativa somente aparece como virtualidade, como intenção, previsão, estimativa.”¹⁹² Já foi dito que o período de pós-transição se caracteriza por um elevado grau de movimentos discursivos de antecipação, onde a maioria dos argumentos apontam para uma acção que *vai acontecer*, ao invés de uma acção que efectivamente *aconteceu* ou *acontece*. Ou seja, os discursos que antecipam determinada acção não implicam, necessariamente, a veracidade e certeza de que esta se vai realizar. No fundo, apenas supõem a sua realização, nunca sendo possível assumi-la como certa.

Os discursos antecipatórios têm um carácter essencial para esta investigação, não só porque se encontram presentes durante todo o espectro temporal de análise, como são os mais pertinentes para apurar as principais mudanças e o panorama geral de Macau no período posterior a 99. Tal é justificado pelo facto do *handover* ter sido caracterizado por um longo processo no qual se inscreve, principalmente, a previsão de cenários daquilo que acontecerá depois de 1999.

A antecipação ou previsão é materializada num discurso através do verbo *dever* e de outros no tempo futuro – como *ter* ou *ser* –, onde surge enquanto hipótese ou possibilidade, mas onde o encerramento da acção é inexistente: “**Nos próximos tempos será nomeado – garantiram-nos** — um investigador que, muito embora **não se vá dedicar** em exclusivo a Macau, **terá** os assuntos do Território como uma das principais preocupações [ênfase gráfico da investigadora].”¹⁹³

Esta afirmação revela uma “certeza incerta”, pois embora *alguém* tenha garantido ao elemento enunciador (*Ponto Final*) que vai ser nomeado um investigador, não existe mais informação sobre a natureza desta acção. Ou seja, a nomeação é uma acção que ainda não

começou, tratando-se apenas de uma previsão, esperando-se que o investigador – *se e quando* for nomeado – tenha Macau como principal prioridade.

A análise das notícias ao nível gramatical, lexical e de retórica deixa transparecer um estilo e tom jornalísticos altamente críticos. Contudo, a entoação crítica não é empregue parcialmente: abrange as duas partes do process. Ou seja, é dado o mesmo tipo de tratamento noticioso aos grupos português e chinês. Na verdade, os resultados da análise apontam para uma produção jornalística que cobre os acontecimentos mais importantes e relevantes para a audiência à qual o *Ponto Final* se se destina. A atitude crítica do jornalista não se concentra em personagens específicas, mas sim no processo de transição e nos temas a si adjacentes.

Pode, por isso, afirmar-se que a linguagem e as estratégias argumentativas utilizadas apontam para um alto grau de subjectividade noticiosa, mas, ao contrário do que acontece na maioria dos casos, esta é aplica-se a todo o eixo temporal do processo, como comprova o seguinte excerto de uma reportagem:

“Guo Jiading, 64 anos, foi embaixador da República Popular da China em Lisboa de Setembro de 1989 a Janeiro de 1993 e **fala correctamente a língua portuguesa, enquanto nenhum dos chefes da parte portuguesa no GLC até hoje dominou o idioma chinês. Por outro lado, o representante máximo de Pequim** no GLC tem residência permanente em Macau. Pelo **contrário, os chefes da parte portuguesa** no GLC nunca residiram no Território, deslocando-se a Macau apenas em visitas esporádicas. Outra característica que se tem acentuado, **entre os chefes portugueses no GLC, é o seu progressivo desconhecimento das realidades locais.** Simões Coelho e Pedro Catarino — que, nos anos 70, estiveram colocados no consulado geral de Portugal em Hong Kong - conheciam bem Macau. **Mas os seus sucessores nunca haviam sequer visitado o Território** quando assumiram funções no GLC.”¹⁹⁴

Este excerto coloca as partes portuguesa e chinesa do Gabinete de Ligação Conjunto em confronto – questão focada durante a exploração dos temas – através de lógicas gramaticais de comparação: *enquanto nenhum, por outro lado, pelo contrário, mas*. Primeiro, o jornalista caracteriza um dos membros – Guo Jiading –, como tendo as qualidades certas para aquele cargo em específico. Depois, introduz a ideia de que todos os intervenientes do processo deveriam ter um profundo conhecimento de Macau e das naturezas económica, social e política do território.

À luz daquilo que foi dito, é essencial frisar, novamente, a dualidade do retratamento das posições chinesas durante o processo de transição. Se, por um lado, os discursos são representativos de esforço e empenho por parte dos chineses na comunicação com os portugueses durante o processo de transição – algo perceptível através da fluência na língua portuguesa e no facto de residirem em Macau, por exemplo – por outro, são demonstrativos de um grau de desconfiança e inflexibilidade implícitos, como pode verificar-se pela leitura dos seguintes excertos¹⁹⁵, sendo que o primeiro revela uma condição de atrito menos denunciada, enquanto os dois seguintes representam a “inflexibilidade” da posição chinesa em relação ao diploma das localizações de uma forma mais explícita:

“O representante português no grupo de trabalho do Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês (GLC) anunciou esta semana que os próximos meses vão registar progressos **muito significativos** na localização de quadros da função pública. **Pedro Moutinho de Almeida respondia ao seu homólogo da parte chinesa do GLC, que pediu à parte portuguesa para acelerar a localização** especialmente ao nível de directores, cumprindo assim o que disse ser uma promessa do governo de que a mesma estaria concluída no final de 1998. **O responsável da parte portuguesa assegurou a Wong Xi An** que «a administração tem feito a localização gradual e obviamente a localização dos directores será das últimas a acontecer (...).”¹⁹⁶ [1998/09/11]

“Depois das tropas, dos feriados e da hipótese de pena de morte, **aí está o novo ataque chinês a posições portuguesas**, desta vez no GLC. Durante a última reunião plenária, **os representantes de Pequim disseram não à regulamentação das línguas** – e mais importante – deixaram perceber uma secundarização da língua portuguesa na RAEM. **Uma atitude muito grave para as posições portuguesas**, até por ter sido a primeira vez que isto aconteceu...”¹⁹⁷ [1998/10/30]

“Está **aberto mais um contencioso entre as diplomacias de Lisboa e Pequim**. **O incidente** teve lugar ontem na capital chinesa, durante uma reunião do grupo de assuntos jurídicos da Comissão Preparatória. (...)”¹⁹⁸ [1999/01/15]

O emprego de expressões como *assegurar*, *ataque chinês*, *atitude muito grave*, *contencioso* e *incidente* denotam uma produção discursivo crítico e fortemente interpretativa por parte do jornalista. Assim, a substituição, a adjectivação, a alusão (cumpre, quase sempre, a mesma função do trocadilho) e a hipérbole assumem um papel

particularmente importante para esta análise. As figuras de estilo acima enumeradas são, na maioria dos casos, empregues no corpo da notícia, contrariamente ao que acontece com a alusão¹⁹⁹, cuja aplicação surge com maior frequência nos títulos noticioso – como ilustra o seguinte quadro:

Emprego da alusão	
Original	Título no <i>Ponto Final</i>
“Ser ou não ser: eis a questão”, in <i>Hamlet</i> , de William Shakespeare (1601)	<i>Ser ou não ser português</i>
<i>Sensibilidade e Bom Senso</i> , de Jane Austen (1811)	<i>Determinação e consenso</i>
“Silêncio que se vai cantar o fado!” (origem desconhecida)	<i>Silêncio, vamos negociar</i>
Declaração Conjunta – documento que oficializou, em 1987, a transferência de soberania de Macau	<i>Nostalgia Conjunta</i>
Referência ao slogan publicitário da marca alimentar portuguesa, Nacional	<i>O que é nacional é bom</i>
Referência à expressão idiomática “Cair na boca do lobo”, significativa de cair numa armadilha	<i>Na boca do lobo</i>
Semelhança com a forma como os resultados de competições desportivas são graficamente expostos	<i>Jiang, 4 – Portugal, 0</i>

As necessidades de conhecimento da audiência deste jornal concentram-se nas alterações governamentais que pautam, inevitavelmente, o seu futuro enquanto residentes de Macau. Pensa-se que o enfoque nas políticas e decisões portuguesas – muitas vezes, em detrimento das chinesas – se deve, principalmente, ao facto de se acreditar que estas podem, de certa forma, ser *moldadas* às vontades das comunidades portuguesa e macaense desta região. Por outro lado, as resoluções da parte chinesa deverão implicar um grande impacto na forma de vida dos portugueses depois de 99. Posto isto, estabelecem-se algumas conclusões importantes:

- As novidades sobre o processo de transição são, no fundo, a centralidade de toda a produção noticiosa referente ao tema.
- Contudo, parece haver uma maior necessidade – por parte do público-alvo – em tomar conhecimento das notícias relativas às decisões portuguesas, ainda que as chinesas possam vir a ter um impacto bastante mais significativo na vida política e social de Macau, a partir de 2000. A justificação para esta tendência encontra-se no plano narrativo dos discursos: os dirigentes lusos, encarregues do processo político, são percebidos como heróis ou salvadores. O factor “proximidade” deveria ter um papel preponderante na tomada de decisões governamentais, relativamente ao futuro de Macau e, mais importante, da população portuguesa aí residente.

5. Conclusões

Embora a RAEM só se tenha estabelecido oficialmente em Dezembro de 1999, o processo de mudança de soberania foi um tema fortemente focado pelos *media* e pela sociedade nos anos anteriores. *Narrativas da Transição* procurou responder a um conjunto de perguntas que, em última instância, culminam numa grande questão: qual o enquadramento feito ao processo de transferência, pelo jornal português de Macau, *Ponto Final*?

A análise – focada nos temas, nos agentes e nas estratégias retóricas e argumentativas utilizadas – permitiu concluir que este evento político decorreu sob a égide de um jornalismo dominado por discursos antecipatórios, antevendo e prevendo o futuro do território sob administração chinesa. A utilização frequente de figuras de estilo como a ironia e a hipérbole evidenciam o predomínio de um tom crítico e fortemente interpretativo, por parte dos jornalistas.

À semelhança de mitos como o do Monstro de Loch Ness ou do Abominável Homem das Neves, também neste jornal foi produzido um conjunto de discursos que nem sempre coincidiam com a realidade. Esta, é, contudo, uma falsa questão: no plano dos discursos, o contexto não contribui para qualificar a sua fidedignidade, mas sim para contextualizar a sua produção e a sua leitura.

O quadro geral de cenários antecipatórios identificado geram os enquadramentos jornalísticos predominantes, enunciando o receio de mudança, materializado numa aparente alteração dos modos de vida até então conhecidos e praticados. A transição de Hong Kong, que teve lugar cerca de dois anos e meio antes da de Macau, serviu de plataforma de comparação, tendo-se verificado uma quantidade significativa de discursos denotativos de possíveis semelhanças entre as transições.

Os mesmos discursos demonstram, ainda, que as eventuais consequências da transição poderiam ocorrer a vários níveis. No entanto, os discursos salientam uma eventual diluição identitária (no caso dos macaenses), bem como o eventual desaparecimento da cultura portuguesa em Macau. Os mesmos discursos são fortemente caracterizados pela presença constante de perspectivas polissémicas, onde a temática da (potencial) instabilidade é confrontada com a estabilidade até aí vivida.

A análise diacrónica das notícias permite, ainda, definir que a estrutura discursiva ocorre a dois níveis em simultâneo:

- A “transição-acto”, que representa o processo de negociação em tempo real, abordando e expondo questões discutidas a nível governamental. No fundo, podem assumir-se enquanto a representação mais aproximada da realidade efectiva.
- A “transição-negociação” é uma estrutura que não segue uma linha temporal, confirmando-se a existência de múltiplos epicentros de um mesmo assunto disseminados ao longo dos seis anos de análise. Esta estrutura compreende um conjunto específico de problemáticas que dependem das necessidades de conhecimento e de informação da audiência e não propriamente daquilo que acontece na realidade. Esta estrutura caracteriza-se por um conjunto de discursos de cariz mais interpretativo e crítico, implicitamente sugerindo que os jornalistas actuam enquanto porta-vozes da população a quem se dirigem, expondo os seus receios e preocupações, relativamente à transição e a todas as problemáticas subjacentes ao evento político.

Estas duas linhas estruturais apontam para a evidente existência de uma produção discursiva assente na procura de respostas sobre um “futuro incerto”, conjugando um jornalismo de carácter especulativo – constituído por uma série de associações entre os comportamentos esperados e as decisões tomadas – e outro mais sério e objectivo, correntemente utilizado aquando da referência a figuras de políticas chinesas e portuguesas.

6. Bibliografia

I. Primária

Ponto Final. Macau (Janeiro 1996 – Dezembro 2001).

II. Secundária:

Abordagem

ALLAN, Stuart & ZELIZER, Barbie (2010) *Keywords in News and Journalism Studies*. Grã-Bretanha: McGraw-Hill.

BAKER, Paul & ELLEGE, Sebonile (2011) *Key Terms in Discourse Analysis*. Nova Iorque: Continuum.

BELL, Allan (1984) “Language style as audience design”, in *Language in Society*. vol. 13, nº 2. Grã-Bretanha: Cambridge University Press, pp. 145-204.

BOURDIEU, Pierre (1989) “Social Space and Symbolic Power”, in *Sociological Theory*, vol. 7, nº 1. EUA: American Sociological Association.

EDGAR, Andrew & SEDGWICK, Peter (2008) *Cultural Theory: The Key Concepts*. 2ª Ed. Londres: Routledge.

FOUCAULT, Michel (1972) *The Archaeology of Knowledge & the discourse on language*. Tradução de A. M. Sheridan Smith. Nova Iorque: Pantheon Books.

HALL, Stuart (1996) “Who needs ‘Identity?’” in *Questions of Cultural Identity*. (eds)

HALL, Stuart & DU GAY, Paul. Londres: Sage Publications.

HARTLEY, John (2011) *Communication, Cultural and Media Studies: The Key Concepts*. 4ª Ed. Nova Iorque: Routledge.

LAKOFF, George, DEAN, Howard & HAZEN, Don (2004) *Don't think like an elephant!: Know your values and frame the debate*. Grã-Bretanha: Chelsea Green.

MCQUAIL, Dennis (1992) *Media Performance: Mass Communication and the Public Interest*. Grã-Bretanha: Sage Publications.

GRAMSCI, Antonio (1995) *An introduction to theories of popular culture*. Londres, Routledge.

WEBER, Max (1947) *The Theory of Social and Economic Organization*. (ed) PARSONS, Talcott. EUA: The Free Press Glencoe.

Metodologia

CARVALHO, Anabela (2008). “Media(ted) Discourse and Society”, in *Journalism Studies*. vol. 9, nº 2. Grã-Bretanha: Routledge.

FAIRCLOUGH, Norman (1989). *Language and Power*. EUA: Longman.

FAIRCLOUGH, Norman (2001). *Critical Discourse Analysis*. (s. ed). (s.l).

FAIRCLOUGH, Norman (2001a). “The dialectics of discourse”, in *Textus*. vol. 14, nº 2 [ac. 2013.06.24, http://www.tilgher.it/textusart_fairclough.html]

FAIRCLOUGH, Norman (2003). *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. Londres: Routledge.

GOMES, Regina Souza (2010). “Uma abordagem semiótica da modalização na mídia impressa”, in *Estudos Linguísticos*, vol. 5. Lisboa: Colibri.

McQUAIL, Denis (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian.

RICHARDSON, John E. (2007). *Analysing Newspapers: An Approach to Critical Discourse Analysis*. Grã-Bretanha: Palgrave Macmillan.

SHOEMAKER, Pamela & REESE, Stephen (1996). *Mediating the Message: Theories of Influences on Mass Media Content*. 2ª Ed. EUA: Longman.

WODAK, Ruth (2008). “Discourse Studies: Important Concepts and Terms”, in *Qualitative Discourse Analysis in Social Sciences*. (eds.) Wodak, Ruth & Kryzanowski, Michał. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

YIN, Robert (2011). *Qualitative Research From Start to Finish*. Nova Iorque: Guilford Press.

Macau – identidade e contextos socio-político e económico

“Não damos mais à Escola Portuguesa”, in *Tribuna de Macau*. 18/03/2013. Macau. [Acedido a 24/10/2013]. Disponível em <http://jtm.com.mo/local/nao-damos-mais-a-escola-portuguesa/>.

ALVES, Jorge Manuel dos Santos & SALDANHA, António de Vasconcelos [eds.] Pinto, Paulo Jorge de Sousa; Vale, António Martins do; Silva, Teresa Lopes da & Dias, Alfredo Gomes. *Governadores de Macau*. Macau: Livros do Oriente.

ALVES, José dos Santos (2000). *A opinião pública em Macau: A imprensa macaense na terceira e quarta décadas do Século XIX*. Lisboa: Fundação Oriente.

AMARO, Ana Maria (1988). *Filhos da Terra*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

CARAPINHA, José Alberto Correia (1998). “A transição política e administrativa de Macau”. *Administração*, 10 (35), Macau: Serviços de Administração e Função Pública, pp. 17-26.

CHENG, Christina Miu Bing (2002) “Cultural Significance: The Identity of Macao”, in *The Conservation of Urban Heritage: Macao Vision Internacional Conference*. Macau, 10-12 de Setembro de 2002. Macau: Centro Cultural de Macau.

CHOU, Bill, K., P (2007) “Interest Groups Politics in Macau after Handover”, in *Journal of Contemporary China*. Grã-Bretanha: Routledge, pp. 191-206.

CHUNG, Thomas & TIEBEN, Hendrik (2009). “Macau: Ten Years after the Handover”. *Journal of Current Chinese Affairs*. *China aktuell*, 38 (1), pp. 7-17.

CLAYTON, Cathryn Hope (2009). *Sovereignty at the edge: Macau & the question of Chineseness*. Cambridge: Harvard University Press.

COSTA, Francisco Lima (2004) “Fronteiras da Identidade: O caso de dos macaenses em Portugal e em Macau”, in *Sociologia, Problemática e Práticas*, nº46. Lisboa: Mundos Sociais.

Escola Portuguesa de Macau perdeu 700 alunos em dez anos, in *Expresso*. 17/12/2009 [Acedido a 05/10/2013]. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/escola-portuguesa-de-macau-perdeu-700-alunos-em-dez-anos=f553617>.

- FERNANDES, Moisés Silva (1997). “O comportamento português perante a transição política e a integração regional de Macau na região do Rio das Pérolas”. *Administração*, 10 (36), Macau: Serviços de Administração e Função Pública, pp. 529-542.
- FERREIRA, Márcia Rosa dos Reis (2006). *Cultura e Sociabilidades em Macau nos finais de Oitocentos: O Eco Macaense (1893-1899)*, [Tese de Mestrado em História Contemporânea], Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- GOMES, Clara (2001). *Freedom of the Portuguese Press during the transition period (1987-99) in Macau*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Leicester: Leicester.
- HAO, Zhidong (2010). *Macau: history and society* LIMA, Fernando (1999). *Macau: As duas transições*. Macau: Fundação Macau.
- MENDES, Carmen Amado (2013) *Portugal, China and the Macau Negotiations: 1986-1999*. Hong Kong: Hong Kong University Press.
- MORBEY, Jorge (1990). *Macau 1999: o desafio da transição*. Lisboa: Edição do Autor
- NEVES, Miguel Santos (1998). “Francisco Gonçalves Pereira, “Portugal, a China e a “Questão de Macau”, in *The China Quarterly*, nº 156. Londres: Cambridge University Press.
- OLIVEIRA, Fernando Correia (1998). *500 anos de Contactos Luso-Chineses*, Lisboa: Público & Fundação Oriente.
- PINA-CABRAL, João (2002). *Between China and Europe: Person, Culture and Emotion in Macao*. vol 74. (eds) Londres: Continuum.
- PINA-CABRAL, João (2005). “New age warriors: negotiating the handover on the streets of Macao”, in *Journal of Romance Studies*, vol. 5, nº1, Londres: Berghahn, pp. 9-22.
- RAMOS, João de Deus (2000). “Declaração conjunta sobre Macau: Um olhar retrospectivo”. *Portugal e a China: Conferências nos Encontros de História Luso-Chinesa*, ed. Alves, Jorge Manuel dos Santos, Lisboa: Fundação Oriente, pp. 421-430.

SALDANHA, António & ALVES, Jorge Manuel dos Santos (ed.) (1995). *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês (séculos XVI-XIX)*. Macau: Instituto Português do Oriente.

SARAIVA, Rute (2004). Ventos de Este, Ventos de Oeste: A "Questão de Macau" nas relações luso-chinesas. [Dissertação de mestrado], Lisboa.

RANGEL, Sofia (2013). *Filhos da terra: a comunidade macaense, ontem e hoje*. Lisboa: Instituto Internacional de Macau.

TEIXEIRA, Manuel, Padre (1965). *Os macaenses*. Macau: Centro de Informação e Turismo.

YEE, Herbert S. (2001). *Macau in Transition: From colony to autonomous region*. Londres: Palgrave Macmillan.

Documentos oficiais e legislação

“Criminalidade violenta em Macau e sua evolução” – Ministério Público da RAEM. [Acedido a 18/10/2013]. Disponível em <http://www.mp.gov.mo/pt/int/2007-10-30.htm>.

DECRETO-LEI nº5 “Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China” (31/03/1993). Macau.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos – Censos 1991 (1991). Macau: DSEC. [Acedido a 22/08/2013]. Disponível em <http://www.dsec.gov.mo/Statistic.aspx?NodeGuid=8d4d5779-c0d3-42f0-ae71-8b747bdc8d88>.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos – Estimativas para a população de Macau (1999/2001/2005/2012). Macau: DSEC. [Acedido a 22/08/2013]. Disponível em <http://www.dsec.gov.mo/Statistic.aspx?NodeGuid=3c3f3a28-9661-4a5f-b876-83d8b3eade28>.

ANEXO I

Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China, recordando com satisfação o desenvolvimento das relações amistosas entre os dois Governos e os dois povos existentes desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, acordaram em que uma solução apropriada da questão de Macau legada pelo passado, resultante de negociações entre os dois Governos, seria propícia ao desenvolvimento económico e estabilidade social de Macau e a um maior fortalecimento das relações de amizade e de cooperação entre os dois países. Para esse efeito, os dois Governos concordam, no termo das conversações entre as suas delegações, em fazer a seguinte declaração:

1. O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China declaram que a região de Macau (incluindo a Península de Macau, a ilha da Taipa e a ilha de Coloane, a seguir designadas como Macau) faz parte do território chinês e que o Governo da República Popular da China voltará a assumir o exercício da soberania sobre Macau a partir de 20 de Dezembro de 1999.

2. O Governo da República Popular da China declara que, em conformidade com o princípio «um país, dois sistemas», a República Popular da China aplicará, em relação a Macau, as seguintes políticas fundamentais:

1. De acordo com as disposições do artigo 31.º da Constituição da República Popular da China, a República Popular da China estabelecerá, ao voltar a assumir o exercício da soberania sobre Macau, a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China.
2. A Região Administrativa Especial de Macau ficará directamente subordinada ao Governo Popular Central da República Popular da China e gozará de um alto grau de autonomia, excepto nas relações externas e na defesa, que são da competência do Governo Popular Central. À Região Administrativa Especial de Macau serão

atribuídos poderes executivo, legislativo e judicial independente incluindo o de julgamento em última instância.

3. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau e o órgão legislativo da Região Administrativa Especial de Macau serão ambos compostos por habitantes locais. O Chefe do Executivo será nomeado pelo Governo Popular Central, com base nos resultados de eleições ou consultas realizadas em Macau. Os titulares dos principais cargos públicos serão indigitados pelo Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau para serem nomeados pelo Governo Popular Central. Os nacionais chineses e os portugueses e outros estrangeiros, que previamente tenham trabalhado nos serviços públicos (incluindo os de polícia) de Macau podem manter os seus vínculos funcionais. Os nacionais portugueses e de outros países poderão ser nomeados ou contratados para desempenhar certas funções públicas na Região Administrativa Especial de Macau.
4. Os actuais sistemas social e económico em Macau permanecerão inalterados, bem como a respectiva maneira de viver; as leis vigentes manter-se-ão basicamente inalteradas. A Região Administrativa Especial de Macau assegurará, em conformidade com a lei, todos os direitos e liberdades dos habitantes e outros indivíduos em Macau, designadamente as liberdades pessoais, a liberdade de expressão, de imprensa, de reunião, de associação, de deslocação e migração, de greve, de escolha de profissão, de investigação académica, de religião e de crença, de comunicações e o direito à propriedade privada.
5. A Região Administrativa Especial de Macau definirá, por si própria, as políticas de cultura, educação, ciência e tecnologia e protegerá, em conformidade com a lei, o património cultural em Macau. Além da língua chinesa, poder-se-á usar também a língua portuguesa nos organismos do Governo, no órgão legislativo e nos Tribunais da Região Administrativa Especial de Macau.
6. A Região Administrativa Especial de Macau poderá estabelecer relações económicas de benefício mútuo com Portugal e outros países. Serão devidamente tidos em consideração os interesses económicos de Portugal e de outros países em Macau. Os interesses dos habitantes de ascendência portuguesa em Macau serão protegidos em conformidade com a lei.

7. Com a denominação «Macau, China» a Região Administrativa Especial de Macau poderá manter e desenvolver, por si própria, relações económicas e culturais e nesse âmbito celebrar acordos com os países, regiões e organizações internacionais interessados. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau poderá emitir, por si próprio, documentos de viagem para entrada e saída de Macau.
 8. A Região Administrativa Especial de Macau manter-se-á como porto franco e território aduaneiro separado, para desenvolver as suas actividades económicas. Manter-se-á livre o fluxo de capitais. Como moeda com curso legal na Região Administrativa Especial de Macau, a Pataca de Macau continuará em circulação, mantendo-se a sua livre convertibilidade.
 9. A Região Administrativa Especial de Macau manterá a sua independência financeira. O Governo Popular Central não arrecadará quaisquer impostos na Região Administrativa Especial de Macau.
 10. A manutenção da ordem pública na Região Administrativa Especial de Macau será da responsabilidade do Governo da Região Administrativa Especial de Macau.
 11. Além da bandeira nacional e do emblema nacional da República Popular da China, a Região Administrativa Especial de Macau poderá usar a sua própria bandeira e emblema regionais.
 12. As políticas fundamentais acima mencionadas e os respectivos esclarecimentos no Anexo I à presente Declaração Conjunta serão estipulados numa Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China pela Assembleia Popular Nacional da República Popular da China e permanecerão inalterados durante cinquenta anos.
3. O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China declaram que durante o período de transição compreendido entre a data de entrada em vigor da presente Declaração Conjunta e 19 de Dezembro de 1999, o Governo da República Portuguesa será responsável pela administração de Macau. O Governo da

República Portuguesa continuará a promover o desenvolvimento económico e a preservar a estabilidade social de Macau, e o Governo da República Popular da China dará a sua cooperação nesse sentido.

4. O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China declaram que, a fim de assegurar a aplicação efectiva da presente Declaração Conjunta, e criar as condições apropriadas para a transferência de poderes em 1999, será instituído o Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês quando da entrada em vigor da presente Declaração Conjunta. O Grupo de Ligação Conjunto será criado e funcionará em conformidade com as disposições respectivas do Anexo II à presente Declaração Conjunta.

5. O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China declaram que os contratos de concessão de terras em Macau e outros assuntos a eles relativos serão tratados em conformidade com as disposições respectivas dos Anexos à presente Declaração Conjunta.

6. O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China acordam em executar as declarações acima mencionadas e os Anexos à presente Declaração Conjunta, da qual fazem parte integrante.

7. A presente Declaração Conjunta e os seus Anexos entrarão em vigor a partir da data da troca dos instrumentos de ratificação, que terá lugar em Beijing. A presente Declaração Conjunta e os seus Anexos terão igual força vinculativa.

Feita em Beijing a 13 de Abril de 1987, em dois exemplares em português e chinês, ambos fazendo igualmente fé.

Pelo Governo da República Portuguesa:

Aníbal António Cavaco Silva.

Pelo Governo da República Popular da China:

Zhao Ziyang.

ANEXO II

Organização temática das unidades discursivas

- **Identidade – macaenses e questão da nacionalidade**

“Enquanto Portugal tem uma lei que admite a dupla nacionalidade, para a China cada pessoa tem apenas uma nacionalidade, assente em laços sanguíneos. Para os muitos portugueses de Macau de etnia, língua e cultura chinesas, levantar-se-ão problemas difíceis de resolver se quiserem conservar o actual estatuto, incluindo a protecção consular e a liberdade de viajar sem passaporte português”¹. [1996/09/13]

“Acho que não devo optar [entre duas nacionalidades]. Tenho a nacionalidade portuguesa e quero continuar a ter. (...) Mesmo que em termos de nacionalidade optasse pela nacionalidade chinesa nunca viveria como uma chinesa, portanto seria uma falsa nacionalidade. Penso que a nacionalidade deve corresponder às características culturais da pessoa e eu sou culturalmente portuguesa. Seria impossível algum dia ser como os chineses”². [1996/08/16]

“O tempo corre para a inevitável retirada assumida pela assinatura da Declaração Conjunta. E a nostalgia anunciada, há dez anos, agarra-se hoje à pele. A comunidade portuguesa divide-se ainda em sentimentos de optimismo e pessimismo em relação ao futuro do Território. Menos dúvidas parece haver em relação aos destinos pessoais, canalizados em massa para Portugal. E a debandada já começou, antes que o regresso se complique. Curiosamente, o inverso também é verdadeiro: ainda há quem aterre em Macau em busca do fascínio do Oriente. Mas agora em assumida aventura a prazo. Em Portugal, por muito pouco que se ligue a Macau, 1999 é uma data que vai minando a

¹ “Convergência Mínima”, in *Ponto Final*. 13/09/1996. Macau, p. 15.

² Filhos da terra: “Recuso ser estrangeira em Macau”, in *Ponto Final*. 16/08/1996. Macau, p. 4-5.

consciência colectiva. Mas, afinal, há quem pense que mais vale arriscar, mesmo à última da hora, do que render-se à crise portuguesa.”³ [1997/04/11]

“A questão da nacionalidade é outro aspecto essencial do processo de transição. É cada vez mais urgente a definição do quadro das pessoas que, após 1999, terão garantias de permanecer em Macau como portugueses (...)”.⁴ [1996/07/12]

“A conclusão de um acordo sobre a nacionalidade é encarada pelos macaenses como um ponto fundamental para a sua permanência após 1999. A maioria não aceita ficar se não houver uma garantia clara e explícita de que poderá manter a nacionalidade portuguesa e não quer correr o risco de lhe ser imposta a nacionalidade chinesa. (...) Rita Santos afirma que existe entre os funcionários macaenses um sentimento de desilusão e diz mesmo que «se o governo continuar com este tipo de nomeações penso que os macaenses perdem a confiança no futuro». A permanência de uma forte permanência portuguesa em Macau depois de 1999 é encarada como a melhor garantia de sobrevivência da comunidade macaense. A afirmação de uma identidade cultural diferente é a aposta da nova geração que não quer ser absorvida pela China. «os macaenses que continuarem em Macau vão teimar na manutenção da diferença, caso contrário o Território passará a ser um bairro de Zhuhai, o que seria uma tristeza», afirma Carlos Marreiros. (...) Acima de tudo, os macaenses lamentam não terem sido ouvidos durante o processo de transição.”⁵ [1996/09/20]

“Os dois ex-dirigentes [Jorge Fão e Francisco Manhão] recordam ainda que, devido aos sinais positivos dados pela China (incluindo os relativos à nacionalidade), verificou-se uma mudança de atitude entre a comunidade macaense, com um grande movimento no sentido da permanência em Macau, ao contrário da tendência para deixar o Território, que se tinha constatado nos primeiros anos após a assinatura da Declaração Conjunta (...)”.⁶ [1998/10/30]

³ Nostalgia conjunta, in *Ponto Final*. 11/04/1997. Macau, p. 5.

⁴ As teias da transição, in *Ponto Final*. 12/07/1996. Macau, p. 2.

⁵ Um olhar sobre os macaenses, in *Ponto Final*. 20/09/1996. Macau, p. 18-19.

⁶ O dia seguinte, in *Ponto Final*. 30/10/1998. Macau, p. 18.

“A «urgência em melhor caracterizar e conhecer a comunidade macaense, quer no seu modo de pensar e actuar, quer nas suas aspirações e intenções, enquanto realidade viva dessa herança inegável» é uma preocupação também sentida pelo antropólogo Carlos Piteira, que no decurso do seu trabalho sobre a comunidade macaense concluiu que, ao contrário do que seria de esperar, «todas as instituições contactadas, quer a nível oficial ou informal, admitiram uma lacuna neste contexto, ou seja, a inexistência de uma base de caracterização sólida da população macaense residente no Território». A ausência de um termo jurídico para a definição de macaense e a dificuldade em encontrar um conceito jurídico aplicável à totalidade do universo de estudados macaenses tem sido um dos obstáculos encontrados no âmbito das negociações sobre a nacionalidade. A definição sociológica e antropológica do macaense também não é consensual (...).”⁷ [03/05/1996]

“[Carlos Piteira] Defende a ideia de que essa cultura híbrida e minoritária na panóplia de etnias que polvilha esta complexa malha urbana, foi capaz de se afirmar, apenas em razão directa da tolerância do poder político português. E essa malha de acolhimento desenlaça-se inexoravelmente nos dias da transição.”⁸ [1997/01/24]

“O Ponto Final apurou que o próximo passo é a necessidade de conseguir disponibilidade chinesa para apreciar o caso dos «culturalmente portugueses», ou seja, é necessário estabelecer critérios para que a questão não se limite aos ascendentes portugueses (...) A China chegou a falar numa «prova de sangue», medida que Portugal pensar ser dispensável. Os descendentes de portugueses poderão – na esmagadora maioria dos casos – prová-lo com recurso a documentos. (...) A situação dos culturalmente portugueses (...) é bem mais complicada, estando Portugal disponível para deixar que a outra parte estabeleça a primeira linha de critérios para se encontrar um modelo.”⁹ [1997/10/24]

“Como seria de esperar, o ponto mais sensível continua a ser a maneira como será tratado, em termos concretos, o estatuto dos macaenses que, a ser aplicada de forma

⁷ Um olhar sobre os macaenses, in *Ponto Final*. 03/05/1996. Macau, p. 3.

⁸ Morte anunciada, in *Ponto Final*. 24/01/1997. Macau, p. 11.

⁹ A tecla «cultural», in *Ponto Final*. 24/10/1997. Macau, p. 18.

inflexível a lei da nacionalidade da RPC, seriam considerados chineses. Ora, conhecendo-se a profunda ligação a Portugal (em termos de nacionalidade) da generalidade dos macaenses, qualquer solução que não resolva de maneira airosa este ponto sensível arrisca-se a gerar novos problemas, de acordo com opinião comum nos meios macaenses. (...) Onde as ideias parecem não estar tão assentes é em relação ao estatuto que essas mesmas pessoas terão entre as zero horas do dia 20 de Dezembro de 1999 e o momento em que fizerem a opção: serão consideradas portuguesas, chinesas ou gozarão de um estatuto indefinido?”¹⁰ [1998/10/16]

“Os macaenses consideram-se portugueses e assim querem continuar, por mais respeito que tenham pela China e pela cultura chinesa. Para o presidente da associação «Macau Sempre», Carlos Marreiros, «é difícil aos macaenses aceitar que, depois de tantos anos como portugueses, sejam considerados chineses». Por outro lado, «o facto de sermos macaenses, portugueses, residentes em Macau, que temos dado provas de que respeitamos a cultura chinesa e termos que fazer a opção por uma coisa que já não somos faz profunda confusão a todos». (...).”¹¹ [1998/10/30]

“Quanto a Macau, dá como provado não haver qualquer hipótese de manutenção da forma tradicional de ser e de estar macaense. Resistir é mudar, adoptando a nova cultura dominante. Diz, Carlos Piteira, que a cultura macaense, no território de origem, «vai perdendo os seus referenciais básicos e, tal como no seu processo evolutivo, tenderá a ser aglutinada por outras culturas dominantes que tratarão de apagar os seus traços e os seus modos específicos de viver». Carlos Piteira advoga que a «ausência de configuração territorial que lhe era peculiar em termos de legitimidade, a aplicação do estatuto de estrangeiro em terra própria e a ausência da relação preferencial com o poder enquanto interlocutor privilegiado assente no bilinguismo», consequências da transição, serão golpes fatais para a cultura macaense.”¹² [1997/01/24]

¹⁰ Culturalmente correcto, in *Ponto Final*. 16/10/1998. Macau, p. 2.

¹¹ O dia seguinte, in *Ponto Final*. 30/10/1998. Macau, p. 18.

¹² Morte anunciada, in *Ponto Final*. 24/01/1997. Macau, p. 11.

“(…) Carlos Marreiros vai mais longe: considera que o fim da tropa «foi um dos maiores erros políticos de Portugal» porque se tal não tivesse acontecido «teríamos hoje uma Comunidade macaense e lusófona muito mais expressiva [...]”, dando maiores garantias da presença da língua e macaenses tradicionais e os chineses. (...) O acentuar desta tendência, diz Carlos Marreiros, foi e vá eliminando a componente portuguesa (...) O conceito de macaense tem sofrido várias evoluções ao longo dos anos, e face ao período de transição assiste-se a agora a um processo de adaptação às novas realidades — com 1999 tão perto é tempo de fazer novas alianças para o futuro.”¹³ [1996/05/03]

“Construir um modelo de sociedade com uma identidade própria ao nível cultural, político e económico deverá ser a prioridade de Macau até 1999 – considera uma fonte diplomática, que preferiu manter o anonimato. (...) Portugal tem todo o interesse em que, depois de 1999, a RAEM mantenha as suas características próprias. Por seu lado, a China precisa de Portugal para manter uma identidade forte em Macau, o que passará, acima de tudo, pelo reforço da autonomia do Território e pela manutenção do grau de abertura internacional que actualmente detém. (...) a grande aposta de Portugal deverá ser a de formar as futuras elites do Território.”¹⁴ [1996/07/12]

“Carlos Marreiros manifestou-se “moderadamente optimista” quanto ao futuro de Macau como Região Administrativa Especial da China mas afirmou ter “receio” de uma diluição da identidade própria de Macau. “Tenho alguns receios sobre a perda de identidade porque as instituições portuguesas em Macau têm a ‘pátina do tempo’, mas só poderão subsistir com a participação efectiva da comunidade”.”¹⁵ [2000/01/21]

- **Localização das línguas oficiais, dos quadros da administração pública e dos subsídios de reintegração da função pública**

“O vice-director do Gabinete dos Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado chinês, Chen Ziyang, garantiu em Pequim que não ocorrerão «despedimentos em

¹³ Os novos macaenses, in *Ponto Final*. 03/05/1996. Macau, p. 2-3.

¹⁴ As teias da transição, in *Ponto Final*. 12/07/1996. Macau, p. 2.

¹⁵ Apoio às tropas, in *Ponto Final*. 21/01/2000. Macau, p. 6

massa», na administração de Macau após 1999. (...) Para Chen Ziying, acrescenta o Ou Mun, os funcionários públicos devem permanecer e dar «novos contributos para uma transição sem sobressaltos em Macau e para um futuro melhor».¹⁶ [1998/08/28]

“O representante português do grupo de trabalho do Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês (GLC) anunciou esta semana que os próximos meses vão registar progressos muito significativos na localização de quadros da função pública.”¹⁷ [1998/09/11]

“O governo de Macau declarou esta semana encerrado o processo de localização de quadros da função pública em preparação para a transferência da administração do território para a China em 20 de Dezembro. «Podemos dizer com tranquilidade que a localização de quadros foi uma aposta ganha e bem ganha», afirmou o governador de Macau, Rocha Vieira (...).”¹⁸ [1999/02/05]

“As vozes chinesas uniram-se e em unísono atacaram, durante esta semana, o recente parecer da Procuradoria Geral da República (...) que atribui a responsabilidade aos cofres de Macau no pagamento dos subsídios de reintegração a todos os governantes do Território que exerceram funções após 1974. (...) Para Wang Qiren, Macau dispõe de um quadro legal, como território regidos por leis próprias, que «os regulamentos de Portugal devem ter em consideração, a par dos interesses da população». E para que não restem dúvidas, Wang rematou em seco «a parte chinesa está atenta ao assunto». (...) Posição idêntica demonstrou Pun Iok Lan, vice-presidente da Associação Geral de Operários, reafirmando a inexistência de qualquer razão no pagamento da «bolada» por parte de Macau, onde as «autoridades competentes têm de assumir responsabilidade na defesa dos interesses do Território». (...) Apesar dos protestos, fonte oficial reconfirmou ao Ponto Final a intenção de dar andamento ao processo (...) «O parecer da Procuradoria é claro, é para se pagar e a Administração de Macau vai cumprir».¹⁹ [1998/07/31]

¹⁶ Pós-1999 sem despedimentos, in *Ponto Final*. 28/08/1998. Macau, p. 5.

¹⁷ China pede mais localização, in *Ponto Final*. 11/09/1998. Macau, p. 20.

¹⁸ Localização encerrada, in *Ponto Final*. 05/02/1999. Macau, p. 18.

¹⁹ Críticas cerradas, in *Ponto Final*. 31/07/1998. Macau, p. 4-5.

“O Governo de Macau tem algumas possibilidades de «contornar» a polémica dos subsídios a serem pagos aos governadores e secretários-adjuntos que cumpriram serviço depois de 1974. Por aquilo que o Ponto Final apurou, o Governador estuda ainda uma solução que se enquadre neste princípio: a lei tem que ser cumprida e a lei é, neste momento, o parecer da Procuradoria Geral da República (...) No caso deste cenário não se concretizar, resta ao governador mandar aplicar a decisão da procuradoria e pagar!”²⁰ [1998/08/14]

“Pode ser a decisão mais inesperada na polémica dos subsídios: Lisboa paga! Ainda não há decisão, mas há vontade em que isso aconteça. Para já é Sousa Franco quem faz as contas ao dinheiro disponível. Entre uma previsível polémica legal e o medo de represálias por parte dos chineses, há quem peça «uma atitude construtiva de Lisboa»... O que conseguimos apurar é que, depois da polémica em Macau, agora é a vez do assunto suscitar alguma polémica em Lisboa. Se Lisboa – num gesto de boa vontade para com a RPC – assumir esse pagamento, há que salvaguardar todas as partes envolvidas. (...) Se Lisboa optar por uma «atitude construtiva», (...) chamando a si o pagamento – até porque se trata de uma verba ridícula no global do Orçamento – é de esperar a sensibilização da RPC para a cedência – exigindo contrapartidas, que podem passar pelos inúmeros assuntos bloqueados ou estacionados.”²¹ [1998/09/25]

“Está tudo pronto, o dinheiro até existe, mas os pagamentos ainda não foram feitos: não se sabe como transferir de Lisboa para Macau a verba. Um problema para os especialistas de finanças, quando encontrarem tempo... (...) Não há memória de Portugal ter transferido dinheiro para Macau, pelo que resolver tecnicamente este precedente é o grande desafio do momento.”²² [1998/11/31]

- **Criminalidade e clima de insegurança em Macau**

²⁰ Subsídios: e agora?, in *Ponto Final*. 14/08/1998. Macau, p. 7.

²¹ E se Lisboa pagar?, in *Ponto Final*. 25/09/1998. Macau, p. 17.

²² Dinheiro parado, in *Ponto Final*. 13/11/1998.

“O debate sobre a segurança terminou com os deputados e o Executivo a reconhecerem a necessidade de se melhorar a comunicação entre as autoridades e a população. (...) Manuel Monge, secretário-adjunto para a Segurança, afirmou que «um excessivo tratamento noticioso de actos criminosos contribui para a criação de um clima de insegurança», chegando mesmo a afirmar que «a criminalidade em Macau tornou-se numa moda».²³ [1997/11/28]

“As autoridades chinesas confundem cooperação bilateral com não-ingerência nos assuntos de Macau, que competem exclusivamente à parte portuguesa até 19 de Dezembro de 1999, disse uma fonte da administração. «A China está a furtar-se à cooperação em matéria de repressão à criminalidade transfronteiriça, sob o argumento de não-interferência nos assuntos do Território», adiantou a mesma fonte.²⁴ [1998/05/29]

“O vice-ministro adjunto da Segurança Pública da República Popular da China, Zhu Entao, elogiou em Macau os «resultados positivos» da cooperação entre o território e a China no combate ao crime. (...) Zhu Entao reiterou que, durante o período de transição, «cabe ao Governo do território a manutenção da segurança» local mas manifestou disponibilidade para «encetar mais esforços» para cooperar com Macau no combate à criminalidade e na manutenção da «segurança social».²⁵ [1998/12/11]

“A China exigiu que Portugal «assuma responsabilidades efectivas» para garantir a segurança em Macau e que, nesse sentido, tome medidas «eficazes» para que o território sob a administração portuguesa «volte a ter boa ordem social».²⁶ [1998/05/29]

“A China espera que o governo de Macau "assuma verdadeiramente as suas responsabilidades" e melhore a situação da segurança pública no território, disse um responsável chinês pelos assuntos locais. "A menos de um ano (da transferência da administração de Macau, para a China, em 20 de Dezembro) esperamos que o governo de Macau assuma verdadeiramente as suas responsabilidades e melhore a situação da

²³ Continuidade na transição, in *Ponto Final*. 28/11/1997. Macau, p. 25.

²⁴ Diferendo sobre segurança, in *Ponto Final*. 29/05/1998. Macau, p. 24.

²⁵ Cooperação anti-crime, in *Ponto Final*. 11/12/1998. Macau, p. 18.

²⁶ China exige responsabilidades, in *Ponto Final*. 29/05/1998. Macau, p. 24.

segurança pública como única maneira de concretizar uma transição serena e uma transferência de poderes pacífica", disse Chen Ziying, vice-director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau.²⁷ [1999/01/08]

- **Estacionamento das tropas do Exército de Libertação Popular em Macau**

“O debate [sobre o envio de tropas para Macau] extremou-se quando se iniciou a intervenção dos académicos da Universidade da Ciência e Tecnologia de Hong Kong. (...) são da opinião que o estacionamento das tropas não garante, por si só, a soberania do Território. (...) os que se pronunciam contra a presença das tropas, também invocaram a Lei Básica, para dizer que a permanência do Exército será encarada como uma questão de defesa nacional e não um garante de segurança da população (...) Por outro lado, consideram ainda que a presença das tropas em Zhuhai é suficiente, uma vez que a distância até Macau é muito reduzida.”²⁸ [1998/10/16]

“Portugal já mostrou e vai continuar a mostrar algum desagrado pela forma como a China, através do vice-primeiro-ministro Qian Qichen, tratou a questão da instalação das tropas em Macau antes de 20 de Dezembro. (...) Para além do incómodo e, mais do que isso, da irritação que todo este contexto provocou no Presidente, (...) Portugal só entende a atitude de Qian Qichen como demonstrativa de algum «desespero» por ainda não ter sido dada uma resposta à pretensão chinesa de fazer avançar alguns militares em regime de preparação.”²⁹ [1999/04/09]

“Existem suspeitas, entre a administração portuguesa de Macau, de que a Lei dos estacionamento das tropas contenha disposições que facilitem a intervenção do Exército na segurança interna da RAEM, apurou o Ponto Final. (...) Algumas pessoas que primeiro tiveram acesso ao primeiro texto que a Comissão de Assuntos Jurídicos da Assembleia Nacional Popular está a discutir ficaram um pouco assustadas foi quando surgiu a

²⁷ Criminalidade em Macau: China atenta, in *Ponto Final*. 08/01/1999. Macau, p. 28.

²⁸ O Exército da Discórdia, in *Ponto Final*. 16/10/1998. Macau, p. 19.

²⁹ Portugal “zangado”, in *Ponto Final*. 09/04/1999. Macau, p. 14.

indicação de que o Exército chinês em Macau teria competências na área da segurança pública (...).”³⁰ [1999/05/28]

“Uma vez que com ou sem Jorge Sampaio, Jiang Zemin estaria presente nas cerimónias (...), o tema das tropas transformou-se no ponto mais complexo das negociações: depois do que o Presidente português disse na despedida de Macau (...), a situação radicalizou-se e a China começou a equacionar a possibilidade de obter uma recusa taxativa de Portugal. Entre o tudo, que seria a autorização para o destacamento avançado, e o nada, que esteve «em cima da mesa», Pequim obteve menos que o meio termo mas ainda assim o suficiente para deixar os responsáveis chineses satisfeitos (pelo menos aparentemente).”³¹ [1999/10/29]

- **Questões relacionadas com as Fundações Oriente e Jorge Álvares**

“Dos vários *dossiers* pendentes entre Portugal e a China sobre a transição de Macau, a resolução da questão da Fundação Oriente é o único que poderá sofrer avanços significativos a curto prazo. O Ponto Final apurou (...) que estão concluídos os trabalhos preparatórios sobre a reformulação dos estatutos da Fundação Macau, com vista a adaptá-la ao mandato específico de suceder à FO na percepção das receitas previstas no contrato de jogos da STDM.”³² [1996/09/13]

“É a grande novidade do GLC. Se a Fundação Oriente quiser desbloquear o último obstáculo, terá que gastar em Macau dinheiros que transferiu para Lisboa. A bola está agora nas mãos de Carlos Monjardino. (...) o «caso FO» está «por um fio», ou seja, apenas um único assunto divide os diplomatas portugueses e chineses (...) Até Junho, portanto, caberá ao presidente daquela fundação decidir se concorda ou não com o que

³⁰ Tropas sob suspeita, in *Ponto Final*. 28/05/1999. Macau, p. 23.

³¹ “Exército avançado”?, in *Ponto Final*. 29/10/1999. Macau, p. 12.

³² Convergência mínima, in *Ponto Final*. 13/09/1996. Macau, p. 15.

terá sido proposto pelos chineses, com o posterior processo negocial a abordar qual o montante implicado na tal «retransferência».”³³ [1997/03/21]

“«As nossas relações estão perfeitamente arrumadas. Já não há quaisquer contenciosos», disse o presidente da FO, Carlos Monjardino (...) O contencioso ficou resolvido em 1996, quando o Grupo de Ligação Luso-Chinês, o organismo encarregue de acompanhar o processo de transição de Macau, decidiu que os fundos atribuídos à FO passariam para uma nova fundação, com sede em Macau.”³⁴ [2000/03/24]

“Rocha Vieira na presidência... da Fundação Jorge Álvares, criada em Macau nos últimos dias da administração portuguesa. Na véspera das cerimónias houve mesmo uma reunião – a primeira – com os ex-governantes e futuros curadores, a que assistiu Stanley Ho. O presidente da STDM levava 50 milhões de patacas no bolso para o arranque. (...) alguns elementos com quem o Ponto Final falou referiram ter dúvidas sobre o processo de constituição da Fundação Jorge Álvares: se Carlos Monjardino foi (e é) muito criticado por presidir a uma instituição que ele ajudou a criar, enquanto governante, o mesmo se passará – em certa medida – com alguns dos elementos que vão integrar a nova Fundação.”³⁵ [2000/01/14]

“A FJA nasce marcada pela polémica mas também pelos escassos recursos financeiros: uma fundação com três milhões de contos tem poucas possibilidade de sobrevivência, a menos que receba ajudas regularmente. E esse terá sido outro dos temas discutidos na reunião de curadores: é pacífico entre todos que a Fundação tem de encontrar meios complementares. (...) Vários políticos responsáveis em Lisboa, com quem o Ponto Final falou nos últimos dias, mostraram-se “chocados” com as notícias relacionadas com a Fundação Jorge Alvarez (FJA). “Incredulidade”, “má imagem” para Portugal e “degradantes” foram algumas das palavras que ouvimos junto das pessoas que até há

³³ Os dinheiros da nuvem, in *Ponto Final*. 21/03/1997. Macau, p. 2.

³⁴ Relações «estão arrumadas», in *Ponto Final*. 24/03/2000. Macau, p. 24.

³⁵ Vieira a Presidente!, in *Ponto Final*. 14/01/2000. Macau, p. 12.

pouco tempo mantinham ligação institucional a Macau ou, em dois casos, ainda estão em funções.”³⁶ [21/01/2000]

“A opção de Edmund Ho por uma abordagem minimalista, a confirmar-se, poderá estar relacionada (...) sobretudo com o milindre de algumas questões ali [num relatório oficial] suscitadas. (...) Quando ao antigo governador (a que o relatório se refere quase sempre como o sr. Vasco Rocha Vieira), começa por dizer que, enquanto presidente do Conselho de Curadores da FCDM, deveria ter submetido a concessão do subsídio à aprovação daquele mesmo órgão. (...) Depois, o documento cita vários preceitos das leis em vigor para concluir que o ex-governador deveria ter-se considerado impedido (por interesse manifesto na questão) em tudo que estivesse relacionado com a concessão do subsídio. (...) o relatório conclui também, como corolário lógico, que Rocha Vieira violou a lei e que, ao fazê-lo, terá incorrido numa infracção disciplinar grave. Finalmente, o ex-governador é ainda acusado de ter interferido directamente na concessão de um subsídio de momento elevado sem ter fundamento legal para o fazer.”³⁷ [2000/03/24]

- **Continuidade da presença portuguesa através da permanência de instituições educativas (Escola Portuguesa de Macau) e culturais (Livraria Portuguesa e órgãos de comunicação social)**

“«A criação da Escola Portuguesa de Macau, cujo funcionamento se iniciará em 1998/99, marca (...) o fim de uma fase e o início de outra em que, pelo menos durante 50 anos, mas provável e desejavelmente para sempre, serão muitas as nossas responsabilidades», afirmou. Ana Benavente escusou-se a especificar pormenores sobre a EPM, alegando que a questão continua a ser discutida entre Portugal e a China (...).”³⁸ [1997/05/23]

“Até agora, pouco se sabe sobre a Escola Portuguesa. Falta um ano lectivo para a data prevista da entrada em funcionamento. (...) O ano lectivo que vai começar na próxima

³⁶ Choque frontal, in *Ponto Final*. 21/01/2000. Macau, p. 3.

³⁷ Acto ilegal e anulável, in *Ponto Final*. 24/03/2000. Macau, p. 12-13.

³⁸ Escola Portuguesa arranca, in *Ponto Final*. 23/05/1997. Macau, p. 11.

semana, será o último antes do início da Escola Portuguesa. No ano seguinte, deverá entrar em funcionamento a escola que terá como principal função, assegurar a continuidade do ensino da língua portuguesa em Macau.”³⁹ [1997/09/12]

“As próximas despesas da Escola Portuguesa vão ser pagas com recurso ao fundo patrimonial da Fundação [Oriente] (...). Por um lado, ainda não existe orçamento aprovado para o próximo ano lectivo, por outro continua a faltar dinheiro para pagar as obras.”⁴⁰ [1999/09/10]

“Uma melhor integração dos jovens na sociedade local, chinesa, está na origem da decisão de maior impacto sobre o futuro próximo da Escola Portuguesa: a introdução – possivelmente já no próximo ano – do chinês como disciplina curricular, logo obrigatória. (...) Se há os que defendem o mandarim pela sua aparente maior facilidade de aprendizagem e pela maior importância que detém, outros contrapõem com a pouca relevância do mandarim a nível local, uma vez que no território o quotidiano é expresso em cantonês.”⁴¹ [2001/04/12]

“«Os jornalistas desempenham em Macau, e neste período de transição, uma função social de enorme interesse público», afirmou Afonso Camões durante a apresentação dos cursos de formação para jornalistas (...).”⁴² [1996/07/29]

“Reforçando o interesse no serviço da Lusa em Macau, Salavessa da Costa salientou que a agência noticiosa portuguesa «não pode abandonar Macau em momento algum», e referiu ser importante que «os objectivos da Lusa se reforcem face aos desafios que surgirão com o advento da administração chinesa para além de 1999».”⁴³ [1996/08/02]

“A importância dos órgãos de Comunicação Social de Macau na manutenção da estabilidade do território, durante o período de transição, foi defendida pelo secretário-adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura. (...) «A comunicação social tem um

³⁹ No segredo dos deuses, in *Ponto Final*. 12/09/1997. Macau, p. 2.

⁴⁰ Escola recorre ao fundo, in *Ponto Final*. 10/09/1999. Macau, p. 24.

⁴¹ Factor casa, in *Ponto Final*. 12/04/2001. Macau, p. 13.

⁴² Jornalismo: função de interesse público, in *Ponto Final*. 29/07/1996. Macau, p. 9.

⁴³ Apoio à Lusa, in *Ponto Final*. 02/08/1996. Macau, p. 10.

papel importante na estabilidade de Macau e na confiança no futuro, após Dezembro de 1999», referiu Salavessa da Costa.⁴⁴ [1997/02/14]

“O matutino Macau Hoje apresentou-se (...) com a determinação de continuar a sua publicação para além de 1999 na sequência de uma nova sociedade onde os trabalhadores assumiram 49 por cento do capital (...) Os novos estatutos definem ainda o Macau Hoje como um jornal «objectivo, aberto à opinião entre as diferentes comunidades de Macau» e que «pretende contribuir para a identidade própria de Macau, desenvolvendo a sua expansão num universo cada vez mais heterogéneo de leitores locais que se exprime, ou apenas lê, em português.»⁴⁵ [1997/11/07]

“O futuro da imprensa portuguesa de Macau é uma questão «de primeira linha», que tem que ver com a manutenção da «autonomia e valores próprios» do Território (...) O secretário-adjunto disse que a permanência de imprensa de língua portuguesa em Macau depois da transferência da administração é um assunto a que o governo local está a dar atenção.»⁴⁶ [1998/02/20]

- **Candidatura e governação de Edmund Ho**

“O magnata do jogo, Stanley Ho, considerou que o banqueiro Edmund Ho é o único sério candidato ao cargo de chefe do executivo (...). A afirmação constitui uma alteração significativa face às declarações proferidas pelo magnata do jogo de Macau em Abril de 1998 quando previu que a corrida ao cargo mais importante da RAEM teria três candidatos (...).”⁴⁷ [1999/04/01]

“(...) Edmund Ho Hau Wah admitiu hoje a possibilidade de macaenses poderem vir a integrar o primeiro governo do território sob administração chinesa. «A constituição do

⁴⁴ O papel da Comunicação Social, in *Ponto Final*. 14/02/1997. Macau, p. 9.

⁴⁵ Hoje Macau quer ficar, in *Ponto Final*. 07/11/1997. Macau, p. 9.

⁴⁶ Futuro da imprensa portuguesa, in *Ponto Final*. 20/02/1998. Macau, p. 22.

⁴⁷ Edmund Ho «candidato único», in *Ponto Final*. 01/04/1999. Macau, p. 17.

governo da RAEM não deve ter um regime de quotas para chineses e para macaenses, deve ter como base o encontrar da pessoa certa com disponibilidade para ocupar o lugar certo». (...) Edmund Ho Hau Wah disse que, se for escolhido para chefe do executivo, ao constituir governo, considerará «chineses e macaenses numa base de igualdade».⁴⁸ [1999/05/07]

“O governador de Macau apelou esta semana para que as comunidades macaense e portuguesa radicadas no território apoiem o chefe do executivo indigitado da futura RAEM. (...) Rocha Vieira (...) garantiu também que Portugal ‘nunca esquecerá’ o território, cujo ‘processo de transição de poderes e soberania foi executado de forma original, em cooperação, com sentido de responsabilidade e fundamentalmente a pensar no futuro’.”⁴⁹ [1999/10/01]

“Para além de mudanças imediatas ocorridas logo a 20 de Dezembro de 1999 – como a substituição dos símbolos e a entrada em Macau das tropas do Exército Popular de Libertação – os primeiros 100 dias são considerados pelo governo nos seus contactos com a população e empresários como «business as usual». (...) Enquanto a comunidade portuguesa, agora reduzida a pouco mais de mil pessoas, estuda as formas mais correctas de associação para manter a sua identidade em Macau como uma sociedade civil activa e interveniente, os olhos estão postos na visita anunciada pelo chefe do Executivo da RAEM, Edmund Ho, a Portugal.”⁵⁰ [2000/03/31]

“A estratégia política para 2001 é parca em novidades, mas revela os muitos desejos de Edmund Ho em reformar parte do sistema. A liberalização do jogo é dado certo, assim como a intenção do governo em apostar em mais infraestruturas. Os funcionários públicos, esses, saíram «chamuscados». (...) Paralelamente, Edmund Ho apela ao aumento da qualidade dos serviços públicos. Apesar de reconhecer um maior esforço, este foi o ponto mais negativo na apreciação do chefe (...) Consequência directa ou não, o

⁴⁸ Edmund Ho admite macaenses no governo, in *Ponto Final*. 07/05/1999. Macau, p. 17.

⁴⁹ Apoio a Edmund Ho, in *Ponto Final*. 01/10/1999. Macau, p. 6.

⁵⁰ Os primeiros 100 dias, in *Ponto Final*. 31/03/2000. Macau, p. 7.

certo é que o principal responsável da RAEM, duas horas mais tarde, poria o dedo nas feridas dos funcionários públicos (...).”⁵¹ [2000/11/10]

“O Chefe do Executivo (...) garantiu que o governo local «respeitará e protegerá os direitos dos portugueses residentes em Macau». Edmund Ho Hau Wah manifestou-se também confiante em que os portugueses residentes e as empresas portuguesas estabelecidas em Macau sejam «parte activa do desenvolvimento da RAEM».”⁵² [2001/06/15]

- **Transição de Hong Kong**

“Morais Alves é uma das personalidades locais que assume com maior convicção as repercussões decorrentes da transferência da colónia britânica para a China. (...) considera fulcral, em 97, «ver o que se lá vai passar, porque não deixará de ter reflexos em Macau, como sempre teve através da história (...) Por analogia de processos, é comum a ideia de que a análise do comportamento da China em Hong Kong condicionará os comportamentos em Macau. Mas o enquadramento político-diplomático não esconde diferenças abismais no comportamento das economias dos dois territórios. O comentário mais optimista em relação à transferência de Hong Kong foi o de Simões Redinha (...) «Não vejo condições objectivas para ser pessimista, porque o processo de Hong Kong será um bom ponto de referência e, passados alguns meses, quando for possível verificar a normalidade com que espero que tudo aconteça, Macau poderá respirar de alívio».”⁵³ [1996/12/20]

“Pensa-se que algumas personalidades de Hong Kong, com relações próximas de Pequim terão igualmente um papel fundamental na transição em Macau. Esta ideia indicia a existência de uma equipa coerentemente treinada por Pequim para controlar conjuntamente, em Macau e em Hong Kong, os problemas da transição. Em Macau teme-

⁵¹ Muitos desejos, poucas novidades, in *Ponto Final*. 10/11/2000. Macau, p. 3.

⁵² Respeito pelos direitos dos portugueses, in *Ponto Final*. 15/06/2001. Macau, p. 6.

⁵³ O teste em Hong Kong, in *Ponto Final*. 20/12/1996. Macau, p. 2.

se que no futuro os interesses do território fiquem, uma vez mais, subordinados aos interesses da ainda colónia britânica.”⁵⁴ [1996/02/02]

“A partir de agora fica mais viva a consciência de que falta menos de um ano e meio para 01 de Julho de 1997, para que a colónia britânica se transforme na primeira Região Administrativa Especial da República Popular da China, e ficará mais viva também a consciência de que dois anos e meio depois surgirá a segunda região administrativa especial, a de Macau. (...) o presidente chinês Jiang Zemin disse que o regresso de Hong Kong à soberania chinesa será o «primeiro passo» para a reunificação da China e deverá «servir de exemplo» para Macau (...).”⁵⁵ [1996/02/02]

“Quanto a Macau, Yash Ghai considera que os problemas serão mais fáceis de resolver, «por uma questão de dimensão. Além disso, Pequim confia mais nas intenções da administração portuguesa, em contraponto com a administração britânica». Refere ainda que as maiores dificuldades que Macau terá que enfrentar relacionam-se com a localização da administração pública e do sistema judiciário, «mas a nível político, penso que será mais fácil do que em Hong Kong, até porque foram feitas mais concessões à China».”⁵⁶ [1996/08/09]

“Macau vai passar a ser administrado pela China em 20 de Dezembro de 1999, mas terá dentro de pouco mais de quatro meses e meio uma oportunidade de antever o futuro, com a transferência de soberania de Hong Kong em 1 de Julho. (...) Apesar das diferenças de escala entre os dois territórios, a «receita» que a China vai aplicar é a mesma, fundada no princípio «Um País, Dois Sistemas» (...) A generalidade dos observadores políticos locais concorda que os primeiros anos de existência de Hong Kong como Região Administrativa Especial da China será uma «bola de cristal» para observar o futuro de Macau (...) A transferência de soberania de Hong Kong é, entretanto, vista como um factor positivo para Macau quer pelos representantes da China no Território, quer pelo governo local. (...) A menos de três anos de um passo histórico, Macau vai ter o

⁵⁴ Xinhua de Macau em Comissão de HK, in *Ponto Final*. 02/02/1996. Macau, p. 6.

⁵⁵ 1997 já tão perto..., in *Ponto Final*. 02/02/1996. Macau, p. 4.

⁵⁶ Os nervos da transição, in *Ponto Final*. 09/08/1996. Macau, p. 15.

privilégio raro de poder observar com alguma clareza aquilo que o futuro lhe reserva.”⁵⁷
[1997/02/14]

“(…) os observadores ocidentais vão manter os seus olhos daquele lado do Rio das Pérolas, já os chineses vão ter mais com que se preocupar. Obviamente com o que vem a seguir. E a seguir vem Macau. Os que acompanham os processos de transição não têm ilusões: depois da questão de Hong Kong estar resolvida, os chineses vão finalmente dar prioridade a Macau, focando a sua atenção no território sob administração portuguesa. Tudo indica que parte destes homens destacados por Pequim transitarão para os assuntos de Macau. E teme-se o pior. Trata-se de diplomatas habituados a negociar com os ingleses, useiros e vezeiros na «diplomacia do trombone», gente sem papas na língua e pouco acostumados a discursos como o da «secular amizade» e etc (...).”⁵⁸ [1997/05/01]

“As experiências de trabalho da Comissão Preparatória da Região Administrativa Especial de Hong Kong são importantes para Macau, mas não devem ser copiadas, disse ontem um dirigente chinês (...). O responsável chinês (...) disse ainda que «o governo português de Macau deve reforçar a sua administração para enfrentar os problemas que afectam o território neste fase final do período de transição, nomeadamente no que toca à estabilidade social e desenvolvimento económico».”⁵⁹

- **Representação chinesa**

“O director da delegação agência Xinhua, Wang Qiren, garantiu ontem que o Território terá uma «alta autonomia» após a sua integração na China, em 20 de Dezembro de 1999,

⁵⁷ Antever o futuro, in *Ponto Final*. 14/02/1997. Macau, p. 11.

⁵⁸ Adeus Hong Kong, olá Macau, in *Ponto Final*. 01/05/1997. Macau, p. 21.

⁵⁹ Macau não deve seguir Hong Kong, in *Ponto Final*. 12/06/1998. Macau, p. 9.

e será governado por elementos da sua população. (...) Wang Qiren sublinhou que o Governo e o povo chinês «continuam a esforçar-se para concretizar a grande causa» de estabelecer em Macau o princípio de «um país, dois sistemas», após o retorno à «Pátria-mãe».⁶⁰ [1996/02/16]

“O chefe da diplomacia chinesa apelou esta semana ao fortalecimento da cooperação sino-portuguesa acerca de Macau, considerando «lento» o progresso registado em algumas questões do processo de transição do território. «Esperamos que o Grupo de Ligação Conjunto acelere o trabalho», disse o vice-primeiro-ministro chinês e ministro dos Negócios Estrangeiros, Qian Qichen, num encontro de personalidades de Macau. (...) Lu Ping, director do gabinete do Conselho de Estado para os Assuntos de Hong Kong e Macau, congratulou-se com «amizade sino-portuguesa» e a «constante cooperação» acerca de Macau, afirmando que «a transição está a decorrer em ordem».⁶¹ [1997/04/18]

“O presidente chinês, Jiang Zemin, exortou esta semana as autoridades de Taiwan a «voltarem efectivamente ao princípio de uma só China» e a «concretizarem a reunificação total da Pátria» (...) O presidente chinês elogiou a «amigável cooperação sino-portuguesa em Macau» e disse que o regresso daquele território à administração chinesa «será o outro grande acontecimento para a nação chinesa».⁶² [1997/07/04]

“O primeiro-ministro chinês, Li Peng, elogiou ontem a forma como está a decorrer a transição de Macau e qualificou o «regresso do território à pátria» como «um grande acontecimento para a nação chinesa».⁶³ [1998/03/06]

“O primeiro-ministro chinês, Zhu Rongji, manifestou-se confiante que a transferência de poderes em Macau, a realizar em Dezembro, «decorrerá sem sobressaltos». (...) Zhu Rongji sublinhou também que o trabalho da Comissão Preparatória do futuro governo de

⁶⁰ Autonomia garantida, in *Ponto Final*. 16/02/1996. Macau, p. 7.

⁶¹ Transição lenta, in *Ponto Final*. 18/04/1997. Macau, p. 8.

⁶² Reunificação total, in *Ponto Final*. 04/07/1997. Macau, p. 8.

⁶³ Li Peng elogia transição, in *Ponto Final*. 06/03/1998. Macau, p. 21.

Macau «entrou agora numa fase crucial», referindo que o seu primeiro chefe-executivo será escolhido «em meados do ano».⁶⁴ [1999/03/12]

“O governo da futura RAEM ‘deve acarinhar os valores e a manutenção da sociedade multicultural que Macau representa’, afirmou o secretário indigitado para os Assuntos Sociais e Cultura, Fernando Chui Sai On.”⁶⁵ [1999/10/22]

- **Desigualdade do tratamento noticioso das diferentes comunidades em Macau**

“Território de pequenas dimensões, Macau não deixa por isso de ser uma cidade multifacetada, onde a riqueza e a tentação vivem paredes meias com zonas degradadas e sobrelotadas. Também no tecido humano, a diversidade é evidente, convivendo aqui comunidades de muitas e diferentes origens. Não se estranhará, assim, que haja nestes escassos 2km perspectivas muito diversas sobre a transição, consoante se esteja no Fai Chi Kei, o bairro com maior densidade populacional em todo o mundo, ou nas hortas da Taipa, o último vestígio de uma comunidade agrária no Território. (...) Ou ainda entre as comunidades estrangeiras, com as suas diversas preocupações quanto ao futuro. (...) Era assim, no princípio do mês no Bairro do Tamangnini Barbosa, não longe da fronteira por onde, pelas doze horas de segunda-feira entram os efectivos do Exército (...). A excitação, se a havia, não estava à vista e as ruas, feias, sombrias e tristes, não tinham qualquer indicação da aproximação da transferência. Por essa altura, já o centro de Macau vivia já a grande febre do «handover». (...) No Bairro do Tamangnini Barbosa, a euforia podia esperar. (...) Lau, 75 anos, antigo cozinheiro no Quartel General, tem um pedido para fazer – «Levem-me com vocês». (...) A transição não o afecta, sabe o que vem aí, mas não quer comentar. Entredentes, queixa-se de não ter sido ouvido no processo (...) No Fai Chi Kei, a 20 dias da transferência, Ah-Seng servia chá e sonhava com as folgas extra que virão ou não. (...) A transferência de administração não parece ‘mexer’ muito com as comunidades estrangeiras radicadas em Macau, a julgar pelas afirmações de confiança mil vezes repetidas por cidadãos de várias nacionalidades. Mas

⁶⁴ Zhu confiante na transição, in *Ponto Final*. 12/03/1999. Macau, p. 16.

⁶⁵ Sociedade multicultural é para manter, in *Ponto Final*. 22/10/1999. Macau, p. 9.

essa ideia poderá ser mais aparente do que real, sobretudo no caso da comunidade filipina, justamente a mais numerosa (...) receiam agora que a transferência de poderes signifique a perda de emprego e o regresso forçado ao seu país.”⁶⁶ [1999/12/20]

⁶⁶ As “várias transições” de Macau, in *Ponto Final*. 20/12/1999. Macau, pp. 18-20.